

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

VICTOR REIS MAZZEI

**JORNAL O DIÁRIO: A CENSURA E O PAPEL
DA PUBLICIDADE NOS ANOS DE CHUMBO
(1968-1974)**

VITÓRIA
2011

VICTOR REIS MAZZEI

**JORNAL O DIÁRIO: A CENSURA E O PAPEL
DA PUBLICIDADE NOS ANOS DE CHUMBO
(1968-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco

VITÓRIA
2011

VICTOR REIS MAZZEI

**JORNAL O DIÁRIO: A CENSURA E O PAPEL DA PUBLICIDADE
NOS ANOS DE CHUMBO (1968-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Izildo Corrêa Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Jessie Jane Vieira de Sousa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Julio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

A meu pai, saudoso e incrível.

AGRADECIMENTOS

É inegável que esse período como aluno do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo compõe o mais enriquecedor momento de minha vida acadêmica. Todo o aporte teórico recebido, o carinho dos colegas, além do convívio com professores extremamente atualizados e dedicados fazem com que eu me sinta um verdadeiro privilegiado por esses dois anos de mestrado.

Agradeço primeiramente ao meu orientador professor Sebastião Pimentel Franco pela paciência, atenção total e irrestrita, segurança na condução do processo e, acima de tudo, pela autonomia concedida. Ao mesmo tempo que me permitiu caminhar com as próprias pernas, permitindo explorar novos autores e perspectivas, estava sempre ao lado acompanhando a confecção dessa dissertação, fazendo sugestões, recomendações e correções. Meu muito obrigado com muita admiração e gratidão.

Não poderia deixar de mencionar todos os professores e funcionários que compõem o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Seja em sala de aula, nos corredores ou na cantina, a todos nutro meu sincero agradecimento pelo altruísmo na transmissão do saber.

Agradecimento muito especial aos professores Izildo Corrêa Leite e Julio Cesar Bentivoglio, que além de terem novamente aceitado participar de minha banca, fizeram contribuições valiosas a esse estudo na ocasião da qualificação em setembro de 2010. Meu obrigado também à professora Jessie Jane Vieira de Sousa, por gentilmente ter aceitado participar da defesa de minha dissertação.

Também sou muito grato a meus colegas mestrandos. Tive a honra de cursar essa etapa ao lado de companheiros que, em diversas situações, foram suporte e motivação para que prosseguisse sem fraquejar.

Sem dúvida, não poderia deixar de mencionar a contribuição fornecida por todos entrevistados nesse trabalho. Em especial, meu sincero agradecimento a Cacau Monjardim, por ter me fornecido um amplo material do seu arquivo pessoal relacionado

ao jornal *O Diário*, além obras extras que poderiam me ajudar; a Hesio Pessali, o primeiro entrevistado, que ajudou na definição dos demais entrevistados, além de comunicar em *off* inúmeros acontecimentos ocorridos na referida publicação; e a Milson Henriques, também pela disponibilidade e por ceder o último exemplar de um de seus livros para que pudéssemos dar seqüência a esse estudo. A todos, meu profundo agradecimento.

Minha gratidão também aos amigos professores do curso de Comunicação Social, da FAESA, sobretudo a Vanessa Maia, que me emprestaram vários livros de acervo pessoal, a fim de acompanhar as disciplinas e fundamentar essa dissertação.

Todo o meu agradecimento especial a Mariana. Pela paciência, cumplicidade e apoio.

RESUMO

Revisitar a história do jornal *O Diário* é resgatar um pouco da história da imprensa no Espírito Santo. A referida publicação circulou em terras capixabas entre 1955 e 1980, e deixou como legado a formação de uma brilhante geração de profissionais, que, mais tarde, ocuparam as mais destacadas posições da imprensa local. Trata mais detidamente acerca da relação entre o jornal *O Diário* e a censura, sobretudo nos Anos de Chumbo (1968-1974). Em boa parte do período em que *O Diário* circulou, o Brasil estava imerso em uma ditadura militar (1964-1985), que impôs o cerceamento da liberdade de expressão aos veículos de comunicação. O controle sobre o que era noticiado era intenso. As sanções sobre quem ousasse enfrentar o regime eram imensas. Jornalistas foram pressionados, ameaçados, torturados e até presos. A censura se fez presente na atividade diária do profissional da imprensa. A maioria dos veículos de comunicação, em grande parte, dependente do Estado, seja na liberação de empréstimos ou no recebimento de anúncios publicitários, acabaram por acatar as determinações oficiais sob o risco de sofrer com retaliações. Estabelecia-se, assim, uma relação assimétrica de poder sobre aquilo que era publicado e divulgado pelos veículos de comunicação. Estratégias de resistência foram montadas por parte das publicações, a fim de fugir da censura, bem como buscar meios de noticiar as reportagens produzidas. Nesse ínterim, um novo elemento entra em destaque: publicidade. Por meio dela, o governo externou o seu humor e simpatia aos veículos. Àqueles que caminhassem de acordo com os ditames propostos pelos militares, o governo acenava com a possibilidade de recebimento de bons volumes de anúncios de propaganda. Já aos que intentassem enfrentar o regime vigente, havia não só a retirada dos anúncios oficiais, como também dos oriundos de empresas particulares, em função das pressões do Estado. O jornal *O Diário* vivenciou amplamente a censura em sua prática diária. Diretores foram chamados constantemente para prestar esclarecimentos, jornalistas foram detidos várias vezes, sendo que um deles até perdeu o emprego por causa de uma matéria em que divulgou o patrimônio de políticos capixabas. Apesar da constante atmosfera de medo, o jornal *O Diário* era considerado um jornal alinhado e simpático à proposta ideológica sugerida pelos militares no poder. Por conta própria, a publicação incluía em suas páginas matérias e anúncios em consonância aos ideais do regime autoritário. Em contrapartida, em várias ocasiões, *O Diário* foi beneficiado no recebimento de anúncios

publicitários vindos de fontes oficiais, bem como por empresas particulares dependentes financeiramente do Estado. Os diretores do Diário enxergaram aí um filão a ser explorado e não mediram esforços a fim de potencializar a relação com os militares e obter, com isso, favorecimentos financeiros, além de trabalhar para que se evitasse que o jornal entrasse em choque direto com a pesada mão dos militares.

Palavras-chave: Censura. Poder. Ditadura. Jornalismo. Publicidade.

ABSTRACT

To revisit the history of the *O Diário* newspaper is to rescue a little of the history of the press in the state of Espírito Santo. The aforesaid publication circulated in the lands of this state between 1955 and 1980, and has left as a legacy the upbringing of a generation of professionals who later occupied the most outstanding posts in the local press. The present dissertation deals in more detail with the relationship between *O Diário* newspaper and censorship, especially in the so-called “Leaden Years” (1968-1974). During a relevant period in which *O Diário* circulated, Brazil was immersed in a military dictatorship (1964-1985), which imposed to communication means a retrenchment in freedom of speech. The control of what was published was intense. The sanctions to those who dared defy the regime were immense. Journalists were coerced, threatened, tortured and even arrested. Censorship made itself present in the daily activities of media professionals. Most means of communication, which were to a great extent dependent on the State, be it by the granting of loans or by being paid for advertisements, ended up obeying official determinations; otherwise, they would run the risk of being retaliated. In this way, an asymmetrical power relation was established over what the means of communication could publish and make public. Strategies for resistance were assembled by publications so as to escape from censorship as well as to find means of making their reports and articles public. In the meantime, a new element gains prominence: publicity. Through publicity, the Government manifested its good will and sympathy to the means of communication. To those who followed the precepts proposed by the military, the Government would offer the possibility of being granted a substantial volume of official advertisement. On the other hand, for those who attempted to challenge the established regime, there would not only be a withdrawal of official advertisement, but also of advertisement coming from private enterprises, due to the pressure exerted by the State. The *O Diário* newspaper has amply experienced censorship in its daily practice. Directors were constantly summoned in order to be cross-examined, journalists were many times arrested; one of them even lost his job due to an article in which he publicized how wealthy a number of politicians from the state of Espírito Santo were. In spite of the constant atmosphere of fear that hovered over the editorial room, the *O Diário* newspaper was considered to be a paper that sympathized and was in tune with the ideological proposals of the military in power then. By its own

account, the publication would insert in its contents articles and advertisements that condoned the ideals of the authoritarian regime. On the other hand, in various occasions, *O Diário* got the benefit of receiving a considerable amount of advertisement coming from official sources, as well as from private enterprises that depended on the State financially. The directing board of *O Diário* saw this as a threshold to be exploited and made all the efforts to strengthen the link with the military so as to obtain financial favors as well as to prevent the newspaper from getting into conflicts with the heavy hand of the military.

Keywords: Censorship. Power. Dictatorship. Press. Advertising.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do jornal <i>A Gazeta</i> do dia 12 de abril de 1964	10
Figura 2 – Slogan publicitário proposto pelo regime militar brasileiro	14
Figura 3 – Carta de autocensura	17
Figura 4 - Capa do jornal <i>Opinião</i>	73
Figura 5 - Capa da revista <i>Realidade</i>	76
Figura 6 - Capa da revista <i>Realidade</i> com a reportagem <i>Nossa juventude diante do sexo</i>	78
Figura 7 - Capa da revista <i>Realidade</i> , que traz a reportagem <i>A Mulher Brasileira, Hoje</i>	79
Figura 8 - Capa da revista <i>Veja</i>	81
Figura 9 - Capa da revista <i>Veja</i> que traz a reportagem a atriz Darlene Glória.....	84
Figura 10 - Página do jornal <i>O Estado de São Paulo</i>	87
Figura 11 - Páginas da revista <i>Veja</i> com imagens em substituição às matérias vetadas.....	89

Figura 12 - Página do jornal <i>O Movimento</i> com espaço vetado pela censura.....	91
Figura 13 - Capas da revista <i>O Cruzeiro</i>	99
Figura 14 - Imagem do anúncio publicitário intitulado <i>Os subversivos</i>	106
Figura 15 - Capas do jornal <i>O Diário</i>	111
Figura 16 - Matéria do ano de 1969 que apresenta a equipe do <i>Diário</i>	115
Figura 17 - Páginas do jornal <i>O Diário</i> , em que a diagramação apresenta muitos espaços não preenchidos com matéria.....	118
Figura 18 - Edições do jornal <i>A Gazeta</i> dos dias 16/08/1968 e 14/12/1969.....	123
Figura 19 - Reprodução digital da agenda do pesquisador, cuja página foi utilizada por um jornalista entrevistado para simular como eram os textos emitidos via autocensura.....	131
Figura 20 - Texto padrão utilizado na imposição da autocensura.....	132
Figura 21 - Comunicado visando proibir notícias sobre Don Helder Câmara	133
Figura 22 - Manchete do jornal <i>O Diário</i> com entrevista de Milson Henriques.....	140

Figura 23 - Trecho do artigo em que Milson Henriques comenta a relação com os censores	144
Figura 24 - Charges de Milson Henriques que foram censuradas.....	147
Figura 25 - Charges de Milson Henrique que, apesar da alusão direta ao regime militar, não foram censuradas.....	148
Figura 26 - Reprodução da carta original que, devido à ação do tempo, tornou-se ilegível.....	152
Figura 27 - Cópia da carta original, empreendida por um dos entrevistados	152
Figura 28 - Cópia datilografada pelo diretor do jornal <i>O Diário</i> a partir da original, no qual os jornalistas pediam demissão em virtude da proibição interna de não circulação do caderno especial.....	153
Figura 29 - Carta redigida por um dos jornalistas do jornal <i>O Diário</i> , contrário à decisão dos colegas que decidiram se demitir	154
Figura 30 - Caderno de veículos do jornal <i>O Diário</i>	159
Figura 31 - Anúncios nas páginas do jornal <i>O Diário</i>	160
Figura 32 - Anúncios com mensagens patrióticas	162
Figura 33 - Matérias do jornal <i>O Diário</i> retratando os presidentes militares.....	163

Figura 34 - Matérias no jornal <i>O Diário</i> que mencionam o Ministro dos Transportes Mario Andreazza	166
Figura 35 - Matéria no jornal <i>O Diário</i> destacando a ação da empreiteira Queiroz Galvão.....	167
Figura 36 - Matérias no jornal <i>O Diário</i> que destacam inauguração de estradas.....	169
Figura 37 - Editais e anúncios oficiais nas páginas do jornal <i>O Diário</i>	171
Figura 38 - Anúncios em homenagem o presidente eleito Emílio Garrastazu Médici.....	173
Figura 39 - Anúncios de empresas particulares no jornal <i>O Diário</i> mencionando as comemorações alusivas à data da Independência do Brasil.....	174

TABELA DE SIGLAS

AAB – Aliança Anti-Comunista Brasileira

AI-5 – Ato Institucional 5

AMFNB – Associação dos Marinheiros e a dos Fuzileiros Navais do Brasil

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento

CENIMAR – Centro de Informação da Marinha

CIA - Central Intelligence Agency (Em português, podendo ser traduzida por Agência Central de Inteligência)

CIEx – Centro de Informações do Exército

CISA – Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica

DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FMI – Fundo Monetário Internacional

LSN – Lei de Segurança Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

PSD – Partido Social Democrático

SNI – Serviço Nacional de Informações

TV – Televisão

UDN – União Democrática Nacional

UNB – Universidade de Brasília

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO DA DISSERTAÇÃO

1 INTRODUÇÃO	1
2 DITADURAS MILITARES NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA	27
2.1 VIOLÊNCIA E PODER: IDENTIDADE E DIFERENÇA	46
3 A CENSURA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA	61
3.1 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA	86
3.2 CENSURA COMERCIAL	93
3.3 BOICOTE COMERCIAL	100
4 CARACTERIZANDO O JORNAL O DIÁRIO	110
4.1 A POLÍTICA NAS PÁGINAS DO JORNAL O DIÁRIO.....	122
4.2 A CENSURA E O PAPEL DA PUBLICIDADE NO JORNAL O DIÁRIO.....	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
6 REFERÊNCIAS	189
ANEXO A – ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTAS.....	196
ANEXO B – TEXTO ANÚNCIO SUBVERSIVOS.....	198

1 INTRODUÇÃO

No dia 1º de abril de 1964, o Brasil acordou sob novo regime político. Com a tomada do poder pelos militares, tinha início um dos períodos mais conturbados da história do país. Instaurou-se a ditadura, que, se a princípio foi instituída e imposta sob alegação de caráter provisório, a fim de promover a recuperação urgente do país diante de um quadro de insatisfação econômica e social, acabou por adquirir contornos mais duradouros, permanecendo até o ano de 1985.

Para compreensão mais apurada e contextualizada das condições e motivos que propiciaram essa tomada de poder, é importante recuarmos no tempo e nos situarmos no governo de Jânio Quadros. Eleito por voto direto e com sólida votação, Jânio Quadros tornou-se presidente do Brasil em 1961. Político de carreira meteórica, foi vereador pela cidade de São Paulo, em 1947; em 1950, foi eleito deputado estadual; prefeito, em 1953; governador, em 1954; e deputado federal, em 1958. Segundo Pereira e Marvilla (2005), Jânio apresentava-se como um sujeito simples, que lutaria contra os poderosos, a fim de trazer benefícios aos menos favorecidos.

Ao assumir, Jânio Quadros herdou do antecessor, o ex-presidente Juscelino Kubitschek, uma dívida de dois bilhões de dólares e uma inflação altíssima, em virtude da proposta de crescimento acelerado do país. Para Dreifuss (1987, p. 128), Jânio precisou administrar “[...] um legado de problemas [...], incluindo a inflação, que se tornava incontrolável, a estagnação agrária, as dificuldades na balança de pagamentos, bem como a exaustão do mercado de consumo de bens duráveis”.

O governo de Jânio Quadros adotou a política de contenção de despesas que objetivava reter uma escalada inflacionária, o que agradava as classes produtoras e os Estados Unidos. Além disso, implementou uma política externa independente, de neutralidade, mantendo relações diplomáticas com países em função dos próprios interesses nacionais (PEREIRA; MARVILLA, 2005). Destarte, buscou restabelecer relações diplomáticas com a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e também enviou o seu vice, João Goulart, à China comunista, apoiando seu ingresso na Organização das Nações Unidas (ONU). Entre outras medidas polêmicas de seu governo, destacou-se a

condecoração da Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional, concedida por Jânio ao argentino Ernesto “Che” Guevara, um dos líderes da revolução cubana.

Essas ações relativas à política externa resultaram num óbvio descontentamento dos Estados Unidos, levando ao rompimento com a tradicional relação de alinhamento entre brasileiros e norte-americanos, que, à época, cobravam dos países latino-americanos uma posição de contrariedade com o governo cubano, além de rechaçarem qualquer possibilidade de diálogo com nações cujos regimes fossem socialista ou comunista (SKIDMORE, 1998).

Para Pereira e Marvillla (2005), a iniciativa mais polêmica de curto mandato de Jânio Quadros refere-se à política de reforma agrária encaminhada ao Congresso. A União Democrática Nacional (UDN), partido que elegeu Jânio e que era tradicionalmente ligado ao liberalismo e vinculado aos militares e à classe média alta, criticou ferozmente essa proposta. Para o então presidente, a transformação do campo, com uma nova distribuição de terras e combate aos latifúndios, era questão vital, idealizada desde o início do governo. Além dos próprios produtores rurais, um grupo conservador de parlamentares defendia a intocabilidade da propriedade privada, “[...] sugerindo que qualquer reforma que viesse a ocorrer deveria se limitar às terras devolutas” (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 46).

Nesse contexto, a crise atingiu seu ápice no período compreendido entre 23 e 25 de agosto de 1961. A primeira data corresponde à rejeição da proposta da reforma agrária enviada ao Congresso Nacional. Dois dias depois, Jânio renunciou. Jacob Gorender (1987) defende a tese de que Jânio Quadros pretendia, com o seu desligamento, “[...] obrigar o Congresso a castrar suas prerrogativas constitucionais e fortalecer as atribuições do Presidente de República” (p. 19). Dreifuss (1987) complementa essa proposição alegando que, Jânio, na verdade, renunciou na esperança de que, sob os apelos e apoio da classe média, dos empresários e dos militares, retornasse com plenos poderes, “[...] que o capacitariam a impor soluções econômicas e políticas às demandas conflitantes” (p. 129).

A estratégia da renúncia súbita e uma recondução ao governo nos “braços do povo” não ocorreu como desejado. Jânio não recebeu apoio do empresariado do seu próprio bloco, nem dos militares, tampouco dos seus ministros. Dreifuss (1987), inclusive, enfatiza que, após a renúncia, houve uma indiferença popular quanto ao seu destino político.

Assim, abria-se espaço para a posse do vice-presidente, João Goulart, pelo menos em tese. Jango, que na ocasião da renúncia estava em missão especial na China Popular, com o intuito de restabelecer relações diplomáticas e fomentar contatos tendo em vista a atividade exportadora, era, sob concepção dos militares e de relevantes setores do empresariado, fortemente associado aos comunistas. Contribuiu para essa imagem sua atuação como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, em 1953, quando concedeu um aumento de 100% no salário mínimo (PEREIRA; MARVILLA, 2005). Tanto importantes setores das Forças Armadas, quanto a maioria dos congressistas posicionaram-se de forma contrária a sua posse como presidente, buscando alternativas para impedi-la, em favor da ilegalidade. Porém, houve uma grande adesão da sociedade civil¹, que se mobilizou para que se cumprisse a Constituição.

Digno de registro é a declaração de João Pinheiro Neto, ex-Ministro do Trabalho e Previdência Social de Jango, ao formular que este era o legítimo representante da linhagem política nacionalista de Getúlio Vargas. O autor cita que Vargas “[...] tivera o cuidado de fazer de um moço estancieiro [João Goulart], o fiel depositário de suas últimas palavras, repletas de angústia e esperança” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 35). A seguir, conclui com uma duvidosa carga dramática que Jango “[...] torna-se, dessa maneira, o herdeiro político de Getúlio Vargas. Assim quis o velho Vargas, embora assim não o quisesse o jovem Jango” (p. 35).

Nesse ínterim, Jango recebeu um importante apoio do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que liderou o movimento “Campanha pela Legalidade”. Do Palácio Paratini, sede do governo gaúcho, Brizola montou uma rede radiofônica que transmitia

¹ Para melhor compreender a dimensão da referida parcela da sociedade civil que ensejou se opor a Jango, recorremos a Stepan (1986) a fim de buscar fundamentos mais precisos. Para o autor, sociedade civil pode ser vista como o “[...] cenário em que múltiplos movimentos sociais (como, por exemplo, associações de bairro, movimentos de mulheres, grupos religiosos e correntes da intelectualidade) e organizações cívicas de todas as classes sociais (como advogados, jornalistas, sindicatos e empresários) que se esforçam por se organizar em torno de um conjunto de arranjos com a finalidade de expressar e promover seus interesses” (p. 09-10).

informações ao restante do país buscando defender João Goulart. “Vetar a posse tornou-se difícil, pois não seria apenas um golpe contra a Constituição, mas contra a vontade popular politicamente mobilizada e contra parte das Forças Armadas. Poderia ter sido uma guerra civil” (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 49).

Em meio a todo esse turbulento e intrincado contexto, costurou-se um acordo que visava a limitar os poderes de João Goulart como presidente. Dessa forma, no dia 2 de setembro de 1961, o Congresso votou a favor do regime de governo parlamentar, cuja continuidade deveria ser submetida a um plebiscito que se realizaria ao fim do governo em 1965. Dreifuss (1987) alerta que, diante do fracasso do modelo parlamentar implementado, com as sucessivas renúncias de primeiros-ministros, o plebiscito relativo ao regime de governo foi antecipado para 1963, cujo resultado nas urnas apontou para o retorno do presidencialismo. Goulart conseguiu, enfim, mais poderes para tentar impor suas propostas de reforma urbana e agrária.

A gestão de João Goulart foi marcada pelas constantes lutas e mobilizações populares. Trabalhadores rurais, urbanos, assalariados, estudantes, sindicalistas perceberam que aquele era o momento propício para mudanças radicais de ordem estrutural. O governo apresentava, então, o que seria o grande alicerce do seu programa: as Reformas de Base. Reis (2005, p. 24) descreve os setores envolvidos nessa proposta política:

A reforma agrária, para distribuir a terra, com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando os votos para os analfabetos, que então constituíam quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais.

Simultaneamente, as Reformas de Base seriam acompanhadas pelo Plano Trienal, que teria como objetivo conter a alta inflação e direcionar o país para um crescimento econômico. Segundo Pereira e Marvilla (2005), a crise econômica, a recessão e o

desemprego eram tamanhos que constituíam os principais motivos para o enfraquecimento político de João Goulart, o que o levou, inclusive, a acatar as determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em contrapartida, na obra *Brasil nunca mais*, redigida pela Arquidiocese de São Paulo, é descrito um cenário econômico de alta inflacionária que urgia por reformas, mas que estava bem longe de ser desesperador. “É um período de forte inflação, mas os trabalhadores conseguem, regra geral, reajustes salariais equivalentes ao aumento do custo de vida” (1985, p. 58).

De qualquer forma, evidenciou-se um amplo debate acerca da conjuntura política, mobilizando tanto grupos que apoiavam integralmente as Reformas de Base e a sua implantação, quanto aqueles que se opunham a elas. Reis (2005, p. 26-27) entende que a resistência abrangia “[...] das elites tradicionais a grupos empresariais favoráveis a projetos modernizantes”. E define esse bloco como uma “frente social” composta por “[...] toda uma constelação de profissões e atividades beneficiadas pelo dinamismo da economia brasileira” (p. 27).

No que tange à reforma agrária, a proposta de Jango era bem mais branda do que a planejada por Jânio Quadros. Enquanto para este a terra era passível de confisco e de punições em caso de absentéismo produtivo, para aquele, as fazendas produtivas seriam intocadas, sendo utilizados títulos públicos a fim de indenizar os proprietários de terras desapropriadas. Ou seja, era uma proposta que não cogitava o confisco autoritário e deliberado. Pereira e Marvilla (2005) explicam que o projeto de Jango tinha um viés comercial interessante e bem vantajoso para os agricultores. Sá Motta (2004) atenta para o fato de que o próprio João Goulart era fazendeiro, de fortuna e grande proprietário de terras no Rio Grande do Sul, o que, de certa forma, colabora para a compreensão de que seria altamente incoerente a elaboração um projeto de reforma agrária arbitrário que viesse de encontro aos próprios interesses pessoais do presidente.

Questões como a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa, a lei que restringia a remessa de lucros de empresas multinacionais, a estatização de diversas empresas do segmento petrolífero, a aproximação com a classe sindical, além da forte ligação com o populismo de Getúlio Vargas, associadas a um período de declínio e descontrole econômico, contribuíram para fortalecer a imagem de comunista de João Goulart e, com efeito, enfraquecê-lo aos olhos de parte da sociedade.

René Dreifuss (1987) elenca outras ações empreendidas por Jango e que serviram para o rotularem como um presidente socialista, não obstante, como já foi citado anteriormente, a sua lucrativa atividade como fazendeiro:

O governo de João Goulart, seguindo as diretrizes iniciais de Jânio Quadros, fixou uma linha política independente para o Brasil dentro da Organização dos Estados Americanos, das Nações Unidas e outros organismos internacionais. Finalmente, João Goulart propôs uma reestruturação do sistema tributário baseado na taxação da renda, uma reforma eleitoral dando a analfabetos e soldados o direito a voto e concedendo novamente a sargentos a elegibilidade ao legislativo, bem como uma reforma do sistema educacional estendendo seus benefícios às classes populares. Em outras palavras, seu programa era sem dúvida reformista, favorecendo a participação popular (p. 132).

Outro elemento, dessa vez situado na região caribenha, colaborou para desestabilizar ainda mais o governo Jango. Vivia-se o período histórico conhecido como Guerra Fria, de grande rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, dois países que saíram amplamente fortalecidos da Segunda Guerra Mundial. As superpotências eram consideradas detentoras dos sistemas econômicos e políticos vigentes em seus territórios: o capitalismo e o socialismo, respectivamente.

Cuba, país historicamente dependente dos Estados Unidos, ousou desgarrar-se do jugo norte-americano, com a tomada do poder por Fidel Castro, em 1959, na ação intitulada Revolução Cubana. Pereira e Marvillla (2005) revelam que, inicialmente, o novo governo tinha caráter meramente democrático e popular, mas que, assim que começou a colocar suas reformas sociais em prática, passou a se chocar com os interesses dos Estados Unidos. Diante das restrições sofridas, Cuba manifestou uma aproximação com a União Soviética, que, por sua vez, passou a abastecê-la de armamentos para a montagem e o estabelecimento de uma base militar. “É importante entendermos que a Revolução Cubana não foi uma revolução socialista” (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 31). Aliar-se politicamente à União Soviética foi muito mais uma questão de sobrevivência e preservação do que uma identificação ideológica.

Os Estados Unidos, no entanto, não pretendiam que outro país latino-americano se alinhasse aos ideais soviéticos, assim como fez Cuba. Reis (2005) simula quais questões deviam orbitar no pensamento norte-americano diante do panorama político de

1963 proposto por Jango: “O projeto nacional-estatista brasileiro levaria também, como em Cuba, à comunização do Brasil? Não seria esse o resultado, considerando-se o protagonismo crescente dos movimentos sociais?” (REIS, 2005, p. 28).

Fico (2008) informa que, embora a relevância estratégica do Brasil tivesse diminuído consideravelmente após a Segunda Guerra Mundial, havia sim o temor de que, seguindo o exemplo da Revolução Cubana, o maior país da América do Sul também decidisse adotar o caminho socialista. Fico (2008) ainda apresenta informações que demonstram que a participação dos Estados Unidos na tentativa de desestabilizar o governo de Jango realmente aconteceu, porém se deu basicamente no campo estratégico e de forma clandestina, a partir de orientações logísticas aos militares brasileiros. A intervenção presencial, ostensiva e identificada, de fato, só ocorreria se os países tidos como inimigos socialistas intervissem no combate.

Ainda do ponto de vista estratégico geral, o plano estabelecia que no caso de algum tipo de confronto, nenhum apoio seria dado a Goulart, muito ao contrário, já que os Estados Unidos deveriam “providenciar apoio secreto ou mesmo ostensivo [aos golpistas], particularmente suporte logístico (derivados de petróleo, comida, armas e munição), mas intervir com forças somente se houvesse clara evidência de intervenção soviética ou cubana do outro lado” (FICO, 2008, p. 73).

Com toda a agitação política, aguda crise e sofrendo constantes ataques, João Goulart decidiu agir com ousadia e organizou uma série de grandes comícios como forma de angariar a adesão de parcelas significativas da sociedade. O primeiro deles (e único) realizou-se no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, para um público estimado em 350 mil espectadores. Segundo Pinheiro Neto (1993, p. 184),

[...] em seu discurso, João Goulart teria oportunidade de desfilar a série de medidas que deveria tomar logo de imediato, visando à reestruturação do arcabouço político e econômico do país, através das chamadas Reformas de Base. Explicaria de viva voz, diante da multidão que reformas seriam essas. E aproveitaria a ocasião, ainda, para assinar de público decretos da maior relevância, chaves mestras do seu programa de Governo, como a estatização das três refinarias de petróleo ainda em mãos de empresas privadas e a desapropriação de terras e outras medidas ligadas à Reforma Agrária.

Pereira e Marvilla (2005) refletem sobre o impacto dessa apresentação pública de João Goulart e a forma como ela foi amplamente rejeitada pela elite e segmentos mais conservadores da sociedade: “O simples fato de o presidente se apresentar numa praça pública, com propostas socializantes, em favor dos menos favorecidos, sem quebrar, no entanto, a legalidade burguesa, foi criticado como crime político” (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 52). Os autores concluem de forma enfática que “[...] a participação popular, portanto, era intolerável, na visão da elite brasileira” (p. 52).

As forças opositórias que até então estavam em compasso de espera também partiram para a ofensiva utilizando vários mecanismos para difundir ostensivamente propagandas anticomunistas, a fim, decerto, de atingir Jango. Dreifuss (1987) assevera que foi montada e financiada uma operação anti-Jango por uma suposta elite, composta basicamente de políticos, empresários, a alta hierarquia da Igreja Católica, militares e com anuência dos norte-americanos, que buscava defender não só seus interesses comerciais, mas também impedir que o Brasil adotasse um regime socialista.

A resposta da oposição veio imediatamente. Apenas seis dias após o grande comício no Rio de Janeiro, foi organizada, em São Paulo, a primeira *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, levando às ruas 500 mil pessoas. Faixas com os dizeres *Tá chegando a hora de Jango ir embora* eram levantadas com o intuito de inflamar a multidão e convencer os demais da gravidade da situação. Pereira e Marvilla (2005) apresentam uma curiosidade em relação a esse evento: posteriormente, foi revelado que um dos organizadores, o padre Patrik Peiton, considerado especialista em inflamar as massas e que veio diretamente das Filipinas para participar da Marcha, era, na verdade, um agente da *Central Intelligence Agency* (CIA), ou seja, de um serviço de inteligência norte-americano.

O embate estava aberto e declarado. Reis (2005) aponta como o estopim da crise a reunião entre a Associação dos Marinheiros e a dos Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). Ali, começava a se desintegrar a unidade entre os militares.

Nesse encontro,

Em vez de um enfrentamento entre projetos políticos, entre reforma e contra-reforma, uma luta entre os defensores da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas e os que desejavam subverter esses valores. Um desastre político para Jango e para as forças reformistas, cujo dispositivo militar começou a ruir (REIS, 2005, p. 32).

Pereira e Marvilla (2005) complementam que a insubordinação, a quebra de hierarquia e a falta de comando para gerir aquele levante levaram à demissão do Ministro da Marinha, que se negou a reprimir o movimento.

A situação de João Goulart tornava-se insustentável, e um forte apoio popular referendava a sua deposição. “Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista” (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 59).

Skidmore (1988) acentua que a tensão política era tão extrema que o movimento para um possível golpe já contava com a adesão dos mais importantes meios de comunicação e da imprensa. Esta, por sua vez, deixava claro em suas páginas o desejo de mudança, além de reiterar constantemente que havia uma crescente insatisfação também por parte dos civis.

A partir do dia 30 de março de 1964, o golpe direitista começou a ser colocado em prática. Embrionariamente, em Minas Gerais, tropas militares, sob o comando do general Olímpio de Mourão Filho, marcharam até o Rio de Janeiro, cidade em que João Goulart estava. O governo praticamente não impôs resistência. Goulart voou para Brasília e de lá para Porto Alegre. Fico (2001) descreve que no dia 2 de abril de 1964, o presidente do Congresso Nacional, Auro de Moura Andrade, declarou que o cargo de presidente da República estava vago. O golpe estava consumado.

Gorender (1987, p. 66) responsabiliza o governo e seus apoiadores pela improvável e fácil vitória da resistência conspiradora:

Nenhuma das lideranças operárias e nacionalistas mostrou audácia e iniciativa de luta. Todos ficaram à espera do comando do Presidente da República. Fracassaram não só os comunistas, mas também Brizola, Arraes e os generais nacionalistas. Jango não quis a luta, receoso de que a direção política lhe escapasse e se transferisse às correntes de esquerda. Colocou a ordem burguesa acima de sua condição política pessoal.

Tinha início no Brasil uma ditadura militar que duraria por longos 21 anos. Sobre esse período, compreendido entre em abril de 1964 e janeiro de 1985, sobretudo os Anos de Chumbo (1968-1974), é que esta dissertação pretende debruçar-se mais detidamente.



Figura 1 - Capa do jornal *A Gazeta* do dia 12 de abril de 1964.
Fonte: Lindenberg Neto (2008, p. 102).

Acerca da orquestração e unidade sobre a autoria e ação do golpe, encontramos algumas leituras dissonantes entre si. Gorender (1987) discorda da visão de Dreifuss (1987) sobre a atuação do bloco oposicionista a Goulart. Para Dreifuss, o golpe havia sido articulado de forma homogênea, estrategicamente coordenada entre o empresariado, a classe política, os norte-americanos e os militares. Na visão de Gorender, além de ter sido configurada já a partir da posse de Jango em 1961, “[...] a conspiração golpista partiu de vários focos desconexos [...]”, de modo que “[...] houve conjunturas em que a

burguesia julgou viável controlar Jango até o término do seu mandato e garantir as eleições presidenciais em 1965” (1987, p. 52).

Moraes (2007) vai ao encontro da tese de Gorender, observando que em boa parte das obras acadêmicas é salientado que os militares estiveram a serviço tanto da burguesia quanto do empresariado. Para a autora, o golpe, no entanto, foi de autoria integralmente militar, independentemente de expressar o desejo de vários focos de oposição. Ou seja, por mais que houvesse o desejo de parte da elite, imprensa, Igreja e até dos Estados Unidos, foram, de fato, os militares que assumiram a dianteira do movimento e tomaram plena iniciativa da tomada do poder.

De acordo com Skidmore (1988), o golpe foi uma operação eminentemente militar. Segundo o autor, ao identificar que as forças civis também contrárias ao governo Jango eram inconsistentes e não compunham um bloco homogêneo nos princípios e ações, os militares decidiram, por conta própria, que caberia a eles o movimento estratégico de destituição do presidente. “Aliás, foi a relativa fraqueza das forças civis adversárias do presidente que levaram oficiais de alto nível a concluir que somente sua intervenção podia salvar o Brasil de uma prolongada guerra civil” (SKIDMORE, 1988, p. 44).

Essa dianteira no comando das operações golpistas por parte do militares fornece algumas explicações sobre as principais ações desse novo governo que se instaurou. Smith (2000, p. 33) sintetiza as características do regime militar que tomou o poder em 1964:

Formulou sua própria ideologia de segurança nacional e elaborou novos procedimentos jurídicos e fundamentos institucionais para suas ações. Também procurou exercer controle através da repressão, com uma pletera de órgãos de segurança vigiando, interrogando e torturando. O regime mudou ou menosprezou as leis à vontade, mesmo as que ele próprio instituía.

Propagando o lema nacionalista de “cumprir um dever patriótico”, os militares colocavam-se como aqueles que iriam purificar o país da ameaça socialista, além de redirecionar a economia para um crescimento e restabelecer a democracia. Porém, o que

se instaurou, de fato, foi um regime de exceção². Mandatos eletivos foram cassados; políticos tiveram seus direitos cassados por dez anos (entre eles, os ex-presidentes João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek); militares foram reformados e civis tiveram suas aposentadorias anunciadas. Reis (2005) nomeia essa fase como um tempo de “caça às bruxas”.

Para controlar os passos da sociedade, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), que atuava investigando o dia a dia de cidadãos considerados “suspeitos”, que logo foram tidos como potenciais inimigos à segurança nacional. Nessa atmosfera de medo, promoveu-se uma série de prisões. Segundo Smith (2000), multiplicaram-se os órgãos de vigilância e repressão, que agiam com enorme autonomia e impunidade. Os suspeitos eram submetidos a interrogatórios, torturas e, em certas ocasiões, por pressão, eram demitidos de seus empregos. Abriu-se, nesse período, uma era de cassações, prisões, torturas e da instituição do “dedurismo”, o ato de delatar possíveis simpatizantes do comunismo e inimigos do novo governo.

Nesse clima de ampla repressão, houve cerceamento à liberdade de expressão dos intelectuais. Universidades representativas, como a de Brasília (UNB) e a de São Paulo (USP), foram invadidas; houve apreensão de documentos e livros, além da prisão de professores e alunos (GASPARI, 2002).

Peças de teatro foram proibidas de ser encenadas. Artistas de diversas áreas (músicos, dramaturgos, cineastas) deveriam submeter suas obras à aprovação de censores ligados ao governo militar. Oliveira e Resende (2001) lembram que toda produção cultural não só deveria passar pelo crivo dos censores, mas teria que se adequar e obedecer aos padrões estabelecidos pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal. Todavia, as autoras acrescentam que após o AI-5 é que houve uma maior incidência de fechamento de espaços culturais, proibição de eventos, além de perseguição ainda mais intensa aos artistas e pessoas ligadas à arte.

² Ao termo “regime de exceção” costuma-se atribuir a suspensão dos mínimos direitos do ser humano, inclusive autorizando a tortura como método investigativo. A expressão também costuma ser utilizada em situações em que vigoram o regime ditatorial (PEREIRA; MARVILLA, 2005).

Fico (2004) descreve a relação entre cenário artístico e os representantes do regime militar:

Integrava, por exemplo, a rotina do profissional do pessoal do teatro, nada havendo de novo (após 1964) na presença de um censor durante o ensaio geral, nem nos atritos entre a classe e a censura moral das peças, com o tempo praticada contra o rádio, o cinema, a TV e até os circos e as churrascarias com música ao vivo (2004, p. 269).

Sem dúvida, vivia-se um momento de férreo controle daquilo que era veiculado, seja via imprensa, seja via atividades consideradas artísticas. Aquino (1999) salienta que o setor das informações recebeu uma atenção especial do regime militar. Ao mesmo tempo em que foi montado um aparato repressivo que exercia uma vigilância continuamente cerrada sobre a sociedade, a

[...] preocupação dos governos militares, a partir de 1964, atingiu a outra face da mesma moeda do setor de comunicação social: a informação veiculada aos cidadãos. Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida (AQUINO, 1999, p. 15).

Não obstante o cerceamento imposto, o novo regime necessitava dos meios de comunicação para, através de sua propaganda oficial, tentar imprimir um tipo de linguagem que fizesse com que a população brasileira se identificasse com os ideais sugeridos pelo governo militar. Reis (2005, p. 33) reconhece isso como um empecilho, tanto que “[...] a primeira grande dificuldade dos vitoriosos foi definir um programa construtivo, uma identidade política positiva”.

A divulgação de mensagens publicitárias com tons ufanistas, valorizando a causa brasileira e apontando o comunismo e o socialismo como inimigos a serem combatidos, tornava-se fundamental nesse contexto. O intuito era angariar apoio e adesão do restante dos cidadãos brasileiros. O regime militar, assim, explorou os meios de comunicação como forma de buscar uma legitimação de suas ações (GASPARI, 2002).

Caberia à ideologia dominante lançar mão desse aparato de comunicação para divulgar mensagens contendo uma simbologia das práticas que soassem como “naturais” e “espontâneas”, cuja finalidade seria a de que os demais cidadãos brasileiros interiorizassem naturalmente tais representações como se fossem suas.

Slogans³ foram elaborados e divulgados de forma maciça nas diversas mídias, como jornais, revistas, rádios, televisão e cinema.

Martelavam-se os slogans otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: Pra frente, Brasil; Ninguém segura mais este país; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente. Para os que discordavam, a porta de saída: Brasil, ame-o ou deixe-o (REIS, 2005, p. 56).



Figura 2 – Slogan publicitário proposto pelo regime militar brasileiro.
Fonte: <http://d-bedotti.blogspot.com/2009/01/os-radicaais-brasil-ame-o-ou-deixe-o-as.html>.

Graf (2003) explora esse tema ao relacionar a importância exercida pelos meios de comunicação, em especial a televisão, ao Governo Militar, como forma de divulgar não só sua ideologia e nacionalismo exacerbado, mas também como uma possibilidade de difundir todos os seus feitos e realizações. Ou seja, um mecanismo constante para renovar e tentar manter aceso o apoio popular, além de, com isso, buscar adesões ao regime ditatorial.

A imprensa, constituída por jornais, revistas, emissoras de televisão e rádio, que, em sua maioria, havia apoiado a tomada do poder pelos militares, percebeu-se inserida em uma “cultura do medo” (SMITH, 2000). Dependente do investimento em publicidade

³ Segundo Figueiredo (2007, p. 46), o slogan publicitário caracteriza-se por ser composto de “[...] frases simples, sonoras, repetidas à exaustão, fórmulas marteladas até penetrarem na mente dos consumidores, sem contestação, retuque ou discordância. Slogans existem para serem repetidos e seguidos, não para serem contestados ou discutidos”.

proveniente do Estado e impressionada com a política de terror, prisões e invasões, a imprensa se viu em um padrão coletivo de paralisação e consentimento. Entre essas razões de silêncio, destacam-se o temor da perseguição política, o medo de jornalistas e demais funcionários de perderem o emprego e a expectativa de que o novo regime haveria de recolocar, em pouco tempo, conforme alegavam os militares, o comando do país novamente nas mãos de um presidente civil assim que o “perigo comunista” fosse dissipado (SMITH, 2000).

Embora o ciclo ditatorial brasileiro tenha se iniciado em 1964, foi entre 1968 e 1974 que o regime militar exerceu de forma mais autoritária e arbitrária o poder que atribuiu a si. O Ato Institucional n. 5, instituído no dia 13 de dezembro de 1968, marcou o início do período conhecido como Anos de Chumbo.

O AI-5 fechou o Congresso por tempo indefinido pela primeira vez, desde 1937; suspendeu todas as garantias constitucionais e individuais; restabeleceu as demissões sumárias, cassações de mandatos, suspensões de direitos políticos. Suspendeu também as franquias constitucionais de liberdade de expressão e de reunião (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 61).

Nesse contexto de recrudescimento do controle político, o Governo Federal passou a exercer férrea censura aos veículos de comunicação. “Acobertada pelo novo instrumento militar legal, a censura atingiu a imprensa, não poupando nem mesmo os jornalistas de maior prestígio” (SKIDMORE, 1988, p. 166).

Barbosa (2007) sublinha que, nesse contexto de vigilância extremada, quem se utilizasse dos jornais, panfletos, televisão, cinema, livros, boletins, teatro e demais meios de divulgação para a propagação de informações com conteúdo em oposição à revolução estava passível de represálias.

O argumento usado pelo Governo para a instauração da censura coloca em evidência o papel que se atribui naquele momento aos meios de comunicação: além de informar, estes deveriam “orientar” a população, tutelados pelo Executivo (BARBOSA, 2007, p. 189).

De acordo com Smith (2000), duas modalidades de censura foram impostas aos veículos de comunicação. A primeira delas foi a *autocensura*. Consistia basicamente na imposição, por parte do governo e militares, de que certos assuntos não deveriam ser divulgados. Foi através da autocensura que os “bilhetinhos” tornaram-se conhecidos da imprensa. Consistiam em simples folhas de papel assinadas por oficiais ligados a órgãos do governo e que chegavam de forma repentina às redações dos jornais. Neles estavam contidas ordens expressas e sucintas para não se abordar temas considerados contrários aos interesses do regime militar. Não havia nesses bilhetinhos justificativas mais fundamentadas ou aprofundadas sobre o porquê das proibições. Havia sim determinações, em linguagem imperativa, para que não se abordasse certos assuntos. Entre os temas que não deveriam ser abordados, geralmente constavam notas relacionadas à política, prisões, cultura e sobre o movimento de oposição.

A seguir, na Figura 3, um exemplo de autocensura, em que se recomendava não veicular nenhuma matéria relativa ao religioso Dom Helder Câmara.

PROIBICAO

Fim evitar distorções e interpretações tendenciosas, reitero/ determinações de determinação superior sentido manter total/ posição divulgação, através meios comunicação social, qualquer matéria relativa a DOM HEDER CÂMARA

SIGAB/DC/DPF

BRASIL HERALD	R. Rezende, 65	<u>[assinatura]</u>
OPINIAO	R. Rezende, 65	<u>[assinatura]</u>
Última Hora	R. [assinatura]	<u>[assinatura]</u>
A Gazetas de Noticias	R. L. Martins, 72	<u>[assinatura]</u>
O Cruzeiro	R do Livramento, 189	<u>[assinatura]</u>
O Jornal do Comércio	R do Livramento, 189	<u>[assinatura]</u>
O Pasquim	R. Saint Roman	<u>[assinatura]</u>
O Jornal do Brasil, EXX	Av. Brasil, 500	6666 <u>A</u>
XX		
O Diário de Noticias ...	R. da Constituição, 11	<u>[assinatura]</u>
Rádio Roquete Pinto	R. Brasão Brags, 118	<u>[assinatura]</u>
Rádio Vera Cruz,	R. B. Aires, 160	<u>[assinatura]</u>
Rádio Rio de Janeiro ...	R. Teodoro da Silva	<u>[assinatura]</u>
Rádio Mauá ...	Ed. o Ministério de Trabalho	<u>[assinatura]</u>
T.V. Rio	R. Alberto Campos 12 - Leblon	<u>[assinatura]</u>

666 _____ / / / _____

Rio de Janeiro—sa, 19 de julho de 1977

Nos papéis contendo as proibições oficiais funcionários dos jornais eram solicitados a colocar suas assinaturas, tomando ciência. Mas não havia assinatura de qualquer autoridade e nem timbre da Polícia Federal.

Figura 3 – Carta de autocensura.
 Fonte: Ferreira, 1985, p. 101 (In: SMITH, 2000; p. 142).

A outra modalidade de controle da informação foi a *Censura Prévia*. Jornais como *O Estado de São Paulo*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal da Tarde*, além do humorístico *O Pasquim* e a revista *Veja* estiveram fortemente submetidos a essa modalidade de censura (AQUINO, 1999). Determinava-se, por meio dela, que todo material jornalístico deveria ser analisado e visto previamente por agentes da Polícia Federal. Somente após aprovação, recomendação de ajustes e/ou vetos em relação ao conteúdo por parte de pessoas designadas pelo regime, a publicação poderia ser impressa.

A censura prévia poderia ser manifestada em duas configurações. Na primeira, os censores instalavam-se nas redações dos jornais, principalmente no caso daqueles cuja tiragem era diária, para dali mesmo lerem todas as reportagens e, posteriormente, definirem se poderiam ser publicadas ou se deveriam ser vetadas.

Na segunda situação, os veículos deveriam enviar à sede da Polícia Federal, em Brasília, uma prova, em papel, do jornal antes de este ser publicado. Lá, ela era lida e analisada e, posteriormente, devolvida às sedes dos jornais com as considerações sobre o que havia sido aprovado, vetado ou o que deveria ser reescrito (SMITH, 2000).

Conforme cita Marconi (1980), jornais de caráter independente, como *Opinião*, *Correio da Manhã*, dentre outros, eram considerados pelo regime militar como meios midiáticos que divulgavam em suas páginas conteúdo editorial contrário aos interesses do governo. Questionavam aberta e duramente o regime imposto, denunciando a arbitrariedade e a violência dos atos cometidos pelos militares. O regime, então, como forma de enfraquecer e atingir esses veículos de comunicação alternativos buscava persuadir as empresas privadas para que não inserissem seu material publicitário na mídia que estivesse em oposição ao regime, isso porque a publicidade em forma de anúncios sempre teve um papel fundamental na vida financeira da grande maioria desses veículos. Estima-se que cerca de 50% de sua receita seja proveniente da veiculação publicitária, sendo o restante preenchido com assinatura e venda avulsa (SMITH, 2000).

Smith (2000) ainda menciona situações como a que ocorreu na década de 70, envolvendo o jornal *Opinião*. Essa publicação, por criticar ferozmente o governo, viu alguns de seus anunciantes desistirem de veicular material publicitário em suas páginas. A alegação das empresas era o temor de serem associadas a um veículo de comunicação com posicionamento ideológico contrário ao do regime militar e, dessa forma, serem impedidas de conseguir um empréstimo em um banco oficial e até mesmo sofrerem algum tipo de perseguição.

A Petrobras foi outro anunciante que rompeu seu contrato com a Opinião após vir anunciando durante três anos. Opinião mantinha posições nacionalistas bem definidas e sempre havia apoiado o monopólio estatal do petróleo. Quando o regime começou a reconsiderar esse monopólio e examinar a possibilidade de contratos de risco com o exterior, a Petrobras subitamente cancelou seus anúncios (SMITH, 2000, p. 82).

Outra publicação vítima do boicote à publicidade foi a revista *Veja*. Fundada em 1968 e pertencente à Abril, maior grupo editorial do Brasil, a revista viu anúncios previamente negociados e pertencentes a variados segmentos de mercado serem vetados pelos censores. Entre essas empresas anunciantes, estavam a fábrica de tecidos Tebrin, a revista *Nova* (também do grupo Abril), um curso por correspondência e a fabricante do absorvente íntimo OB (MARCONI, 1980).

Retirar a publicidade oficial (do próprio governo), como forma de pressionar veículos tidos como subversivos, foi uma prática bastante comum. Em 1974, o *Jornal do Brasil*, com sede no Rio de Janeiro, após divulgar um acordo nuclear entre Brasil e Estados Unidos, em que aludia a um suposto indício de corrupção, passou a sofrer restrições na concessão da publicidade dos órgãos públicos. Os anúncios escassearam, e o seu concorrente direto, o jornal *O Globo*, passou a receber a maior parte do material publicitário governamental, dentre anúncios oficiais e editais (MARCONI, 1980).

Assim, o encaminhamento da publicidade oficial para um determinado veículo de comunicação e as pressões sobre o anunciante privado para que não veiculasse materiais em jornais não simpáticos ao governo tornaram-se práticas comuns com o intuito de exercer um controle não somente econômico, mas também na linha editorial.

Boa parte das referências bibliográficas consultadas para fomentar este estudo enfoca o ocorrido a veículos de comunicação de repercussão nacional, sobretudo do eixo Rio-São Paulo. Com esta dissertação, pretendemos resgatar e reconstituir como se procedeu a relação entre a imprensa capixaba, em especial o jornal *O Diário*, e a censura jornalística e comercial imposta pelos militares aos órgãos da imprensa.

Como ponto de partida da nossa investigação, escolhemos o jornal *O Diário*, de circulação no Espírito Santo, fundado em 7 de julho de 1955 por partidários do Partido Social Democrático (PSD), com a função inicial de promover oposição ao governador Francisco Lacerda de Aguiar, o Chiquinho. Ironicamente, no ano seguinte, 1956, o governador adquire o jornal, passando a utilizá-lo como um meio de enaltecer suas ações e atacar a oposição e, sobretudo, Carlos Lindenberg, seu inimigo político e proprietário do jornal *A Gazeta*.

Inicialmente, o *Diário* abordava uma gama de assuntos como política, informações nacionais, comércio, cultura e esporte. Segundo Alves e Dal Col (2005),

O Diário foi pioneiro dentro do Espírito Santo justamente por se propor a experimentar. Do movimento cultural às inovações editoriais e gráficas, da luta contra a ditadura com um enfrentamento alegre e independente ao lançamento de colunas e cadernos diversos, o jornal sempre inovou e por isso sobrevivia (2005, p. 127).

Neste estudo, cujo recorte temporal localiza-se no período nomeado Anos de Chumbo (1968-1974), considerado o mais repressivo período dentre os 21 anos em que o Brasil esteve sujeito a uma ditadura militar, examinamos como procedeu a censura ao jornalismo e o papel da publicidade no jornal *O Diário*, e como este veículo de comunicação posicionou-se ideologicamente na produção de reportagens e qual o reflexo disso nas finanças e no recebimento dos anúncios publicitários para suas páginas.

Como verificamos previamente em base bibliográfica, o período proposto para este estudo caracterizou-se pelo fato de o regime militar ter exercido de forma mais ferrenha, autoritária e arbitrária o controle do que deveria ou não ser publicado, instrumentalizado nas modalidades de censura.

Segundo Lima e Mioto (2007, p. 38) “[...] a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. Com efeito, empreendemos nossa investigação buscando contemplar bibliografias diversas sobre a temática da censura no Brasil, de

âmbito interdisciplinar, que permitissem não somente o resgate e uma adequada fundamentação, mas também a reflexão crítica.

Adotamos muita cautela e precaução em evitar cercar em demasia a temática proposta, uma vez que a cada nova leitura, um novo leque de informações descortinava-se, o que exigiu do pesquisador um olhar atento aos novos movimentos que o estudo conduzia.

Lima e Miotto (2007) asseveram que a flexibilidade na pesquisa bibliográfica torna a tarefa do estudioso ainda mais árdua, no entanto resulta em

[...] maior alcance no trabalho dialético desses dados, pois o objeto de estudo pode ser constantemente revisto, garantindo o aprimoramento na definição dos procedimentos metodológicos, como também a exposição mais eficiente do percurso de pesquisa realizado (LIMA; MIOTTO, 2007, p. 45).

A censura aos jornalistas foi e tem sido amplamente documentada, tanto em âmbito nacional, quanto regional. Já sobre as restrições relativas à publicidade, concluímos ser um campo de conhecimento inexplorado, que requer uma investigação sistemática e com densidade, com metodologia específica e de relevância para esclarecer a história da publicidade e da imprensa no Brasil, em especial no Espírito Santo.

Foram realizadas entrevistas com os jornalistas Hesio Pessali, Milson Henriques, Rubinho Gomes e Cacau Monjardim, e com o publicitário George Bomfim, que tiveram uma estreita relação com o mencionado periódico e vivenciaram o impacto do regime militar nas atividades jornalísticas e publicitárias.

Os entrevistados foram escolhidos por terem atuado no jornal *O Diário* em cargos de liderança e pelo relacionamento exercido com profissionais externos, como anunciantes, políticos e os próprios militares. Por ocuparem tais postos, acreditamos que eles sentiram de forma mais sensível o impacto intervencionista dos censores no período do regime militar.

No que tange ao perfil e à definição do quadro de profissionais entrevistados, seguimos a orientação de Alberti (2004, p. 31):

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da posição do entrevistado no grupo, do significado de sua experiência. Assim, em primeiro lugar convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos.

As entrevistas foram marcadas por telefone, com antecedência, inclusive com confirmação na véspera, sendo que o local e o horário de sua realização ficaram a critério do entrevistado. Acreditamos que esse foi um fator importante para que o depoente se sentisse à vontade e bem relaxado, colaborando, assim, para a fluidez e dinâmica do processo de perguntas/respostas.

A mecânica da entrevista foi semelhante a um bate-papo, sob a orientação de um roteiro básico (anexo A), que apresentava questionamentos mais leves no início e se aprofundava à medida que o entrevistado sentia mais confiança e tranquilidade. Salientamos que buscamos contemplar a flexibilidade na ordem das perguntas, bem como, a partir das respostas e pistas fornecidas, partir para novos questionamentos. Nossa participação esteve focada em promover a espontaneidade nos testemunhos e jamais um confronto direto.

Para as entrevistas, lançamos mão de um gravador e um caderno de notas, onde eram registradas observações, contradições com relatos anteriores, reações e ênfases durante a sabatina. A duração média de cada encontro foi em torno de uma hora; porém, em uma ocasião, o tempo excedeu a duas horas, uma vez que o entrevistado mostrara-se bastante interessado no assunto, o que resultou em um encontro bastante profícuo.

Após as entrevistas, fizemos a transcrição das fitas, buscando nelas ressaltar os trechos relevantes e pertinentes ao estudo proposto nesta investigação. Coletado e analisado o material gravado, empreendemos um confronto com as fontes bibliográficas e documentais. Buscamos os focos de concórdia, discordância e revelações, que nos levaram a uma informação qualificada, relevante, com credibilidade, além de permitir

ângulos diferentes sobre a influência da ditadura na imprensa e na publicidade capixaba, especialmente no período compreendido entre 1968 e 1974.

No intuito de extrair informações valiosas e inéditas para este estudo, comunicamos aos nossos entrevistados, logo no início de nossa conversa, que não revelaríamos a identidade dos autores de cada fala. Entendemos que, agindo assim, estaríamos atuando no sentido de preservar a integridade dos depoentes, além de evitar possíveis embaraços futuros.

Entretanto, em dois momentos desta dissertação urgiu a necessidade de identificar os responsáveis pelo depoimento. Consideramos que havia lacunas imprescindíveis a serem respondidas, para as quais somente pela consulta às fontes bibliográficas não conseguiríamos os esclarecimentos pretendidos por nós. Com a devida autorização e cientes de que apareceriam como responsáveis pelo depoimento, os jornalistas Cacau Monjardim e Milson Henriques, não só concordaram em serem identificados, como também, gentilmente, nos forneceram materiais de arquivo pessoal a fim de ilustrar a experiência vivida por eles no jornal *O Diário*.

Por se tratar de um relato específico de determinado período histórico, o método de entrevista escolhido foi o *temático*. Para Alberti (2004), as entrevistas temáticas contemplam a participação do entrevistado a partir de sua inserção em um tema, levando em consideração a função desempenhada, o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicas. Não nos focamos em entrevistas designadas como histórias de vida, que acabam por privilegiar biografias, trajetórias de vida e personalidades, mas sim naquilo que foi vivenciado, presenciado, considerado de relevância para o estudo no referido corte temporal. Buscamos extrair o que não foi documentado nem o que está escrito nos livros de história. Por meio dessa metodologia, foi possível a inclusão de fatos e percepções que se mantiveram ocultas e de acontecimentos que se manifestaram na sociedade.

Utilizamos, com o objetivo de enriquecer as narrativas, também o recurso do resgate da memória tanto coletiva quanto individual dos entrevistados, visando a reconstituir os acontecimentos. A validade dessa recuperação oral consiste em valorizar não somente momentos episódicos, mas também contemplar afetos, relacionamentos inter-pessoais e

uma multiplicidade de narrativas (SEIXAS, 2004). Nora (apud SEIXAS, 2004) reforça essa tese afirmando que a memória configura-se em uma tradição vivida e pulsante, capaz de dar voz a grupos sociais heterogêneos.

Podemos adiantar que ao estimular o resgate da memória nesta dissertação, acabamos por encontrar várias falas dissonantes, que divergem tanto do pesquisado em fontes bibliográficas, como do dito pelos demais entrevistados. No nosso entendimento, as rupturas no discurso e o desacordo nas perspectivas serviram para trazer a este estudo uma amplitude ainda maior, além de enriquecê-lo com a reflexão de novos olhares.

[...] a relação memória-história é mais uma relação de conflito e oposição do que de complementaridade, ao mesmo tempo – aqui se inscreve a novidade da crítica – em que coloca a história como senhora da memória, produtora de memórias (SEIXAS, 2004, p. 39).

A proposta metodológica desta dissertação constitui-se em uma pesquisa na perspectiva da história política. De acordo com Rémond, a Nova História Política deve contemplar e buscar uma relação com outros domínios interdisciplinares além do seu campo de estudo, a saber: “[...] sociologia, direito público, psicologia social, e mesmo psicanálise, lingüística, matemática, cartografia” (RÉMOND, 1996, p. 29). Esse instrumental vem ao encontro da proposta deste estudo, ao articular e problematizar temas como a censura, a ditadura militar, o jornalismo e a publicidade, além de contextualizá-los ao período dos Anos de Chumbo (1968-1974) e seus reflexos no Estado do Espírito Santo.

Por se tratar de um tema contemporâneo, cujos reflexos ainda repercutem na sociedade, este estudo também tomou como base a metodologia de investigação da História do Tempo Presente. Conforme descreve Muller (2007), nessa modalidade de investigação, o papel do historiador é ampliado, pois ele, simultaneamente, estuda de forma acurada determinado acontecimento e pode vivenciar o que descreve. Com efeito, a presença viva em uma relação com a história em movimento permite um contato maior com o tema e com o tempo, por ele ser atuante e participante em um dado contexto. Ou seja, a história abandona o seu caráter exclusivamente ligado a um passado não vivenciado para, com um menor recuo de tempo, tornar-se possível de ser presenciada, inclusive pela profusão de possibilidades midiáticas disponíveis no presente contexto.

Nesse sentido, o período estudado ainda não está encerrado, não existe aquela alteridade própria do estudo dos períodos mais remotos do tempo; as questões políticas, os paradigmas, a estrutura intelectual através da qual buscamos analisar o passado ainda são partes constitutivas do presente (MULLER, 2007, p. 21).

Uma das grandes dificuldades enfrentadas no desenvolvimento desta pesquisa, senão a maior, foi encontrar exemplares do jornal *O Diário* passíveis de serem analisados. Do tempo determinado pelo nosso recorte temporal (Anos de Chumbo) aos dias atuais, de confecção deste estudo, passaram-se mais de 30 anos. A todos os entrevistados foi perguntado se eles teriam alguma amostra do *Diário* para apresentarmos. A resposta mais frequente era que já haviam descartado o material. Vale lembrar que o papel em que é impresso o jornal é de qualidade inferior (se comparado a impressões em livros e revistas, por exemplo) e que, com o tempo, há uma tendência ao desbotamento das páginas.

Em nossa primeira incursão em busca dos exemplares, também visitamos a Biblioteca Pública do Espírito Santo. Apesar da cordialidade, atenção e presteza dos funcionários, o órgão não dispunha de nenhum registro do *Diário*.

Em seguida, procuramos o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. O órgão dispunha de poucas unidades do *Diário* para análise: apenas as do ano de 1969 e as de janeiro de 1970. Embora tenhamos acesso a esse número reduzido, a pesquisa mostrou-se amplamente produtiva e reveladora, uma vez que coincidiu com o período delimitado por esta dissertação.

Para efeito de um melhor entendimento que favoreça uma investigação mais acurada e com um diálogo mais amplo entre as fontes, decidimos dividir esta dissertação em três capítulos. No primeiro, cujo título é *Ditaduras militares no Brasil e na América Latina*, conceituamos ditadura, além de buscarmos fundamentos que promovam um entendimento maior acerca dos termos poder e autoridade. Analisamos também o processo ditatorial ocorrido e o terror de Estado aplicado no continente latino-americano, com enfoque ao praticado na Argentina, Chile e Uruguai, buscando sempre cotejá-lo com a experiência brasileira. A seguir, relacionamos esses modelos à

implementação do poder e da violência sobre a sociedade. Entre os autores mais consultados para a elaboração desse capítulo estão Hannah Arendt, Norberto Bobbio, Michel Foucault, Valter Pereira, Georges Balandier, Norbert Elias, Zigmunt Bauman, Pierre Bourdieu e Enrique Serra Padrós.

No capítulo posterior, intitulado *A censura na ditadura militar brasileira*, discutimos a censura como um mecanismo utilizado pelo regime militar para controlar as informações emitidas tanto pela imprensa, quanto de âmbito artístico (teatro, música, cinema). Abordamos também as duas modalidades de cerceamento (autocensura e censura prévia) do que era noticiado pela imprensa brasileira. Exploramos, outrossim, as estratégias de resistência dos jornalistas para burlar a intensa repressão sobre as notícias. A fim de obter um aporte teórico que ajude a compreender todo esse processo, concentramo-nos nas obras publicadas sobre o tema por Anne-Marie Smith, Maria Aparecida de Aquino, Carlos Fico, Daniel Aarão Reis, Marialva Barbosa, Sergio Mattos, René Dreifuss, Maria Fernanda Almeida e Paolo Marconi.

No último capítulo, chamado *Caracterizando o jornal O Diário*, concentramo-nos na história da publicação e trouxemos à luz o modo como foi operada a censura no jornal, com ênfase mais atenta ao período compreendido pelos Anos de Chumbo. São analisadas as entrevistas dos profissionais que fizeram parte do quadro funcional da referida empresa de comunicação, relatando as pressões sofridas e as formas de driblar toda a repressão mobilizada sobre o jornal. Nesse mesmo capítulo, contextualizamos os depoimentos dos entrevistados com os autores consultados em toda esta obra, contemplando o momento político vigente no país, a ditadura militar, com a intervenção do regime em todas as atividades relacionadas à produção de informação e cultura. São apresentados os casos de censura que concernem à divulgação de informação no formato jornalístico e também a relação entre o poder e a publicidade a ser veiculada no jornal *O Diário*.

2 DITADURAS MILITARES NO BRASIL E NA AMÉRICA LATINA

A fim de compreender melhor o processo ditatorial ocorrido no Brasil, entendemos ser prioritária uma revisão conceitual de alguns termos recorrentemente citados neste estudo, objetivando a reflexão mais precisa sobre o golpe militar de 1964.

Segundo Bobbio (1998), o termo ditadura remonta à Roma antiga, mais especificamente aos séculos V e III a.C., e sua designação original tem pontos extremamente distintos da acepção utilizada na atualidade. A ditadura romana era instaurada caso houvesse alguma situação considerada de emergência, geralmente caracterizada por guerras e ameaças extremas de invasão. O ditador, então, era nomeado pelos cônsules e teria até seis meses para conduzir aquela situação visando a solucionar determinada crise.

Os poderes dos ditadores eram extremamente amplos e incluíam o comando da força militar e a subordinação dos cônsules. Seus decretos tinham a validade de uma lei, e o cidadão não poderia questionar sobre suas sentenças deferidas. Todavia, havia ressalvas sobre a sua conduta: “O ditador não podia revogar ou mudar a Constituição, declarar a guerra, impor novos ônus fiscais aos cidadãos romanos, assim como não tinha competência na jurisdição civil” (BOBBIO, 1998, p. 368).

Bobbio (1998) alega que a instituição da ditadura romana tornava-se quase sempre uma necessidade, cujo intuito era unificar as ações em prol de um objetivo comum. A seguir, aponta algumas características da República romana à época que denotam a dificuldade de se obter consenso: “[...] pluralidade das assembléias, multiplicidade das magistraturas, sua organização como colegiado (com direito a veto)” (1998, p. 368). Diante desse quadro, acreditavam que a ascensão de um ditador, embora suspendesse temporariamente a ordem constitucional, preservaria a integridade de Roma.

Não obstante alguns pontos convergentes entre a ditadura romana e a moderna, praticada principalmente nos séculos XIX e XX, como a concentração de poder e a possibilidade de instauração diante de uma situação de crise repentina e violenta, para Bobbio (1998), a mais recente apresenta em suas configurações itens que a distingue do modelo anterior. Entre essas características, podemos citar sua relação de transgressão

às regras constitucionais: a instauração de uma ditadura não está prevista na Constituição, o que tem redundado costumeiramente em um poder autoritário que não se submete às normas jurídicas.

Esse tipo de instituição envolve, geralmente, a concentração do poder num órgão constitucional do Estado (frequentemente um órgão executivo), a extensão do poder além dos limites ordinários (por exemplo, a suspensão dos direitos de liberdade dos cidadãos) e a emancipação do poder dos freios e dos controles normais (BOBBIO, 1998, p. 369).

Consoante ao postulado de Bobbio, encontramos também o de Arendt (1989), que identifica nessa autonomia do ditador uma exagerada concentração de poder, que transgredir regras constitucionais em um ambiente autoritário, em que as ordens devem ser sempre cumpridas, sob sanção de severas punições.

Asseguram não apenas um absoluto monopólio de poder, mas a certeza incomparável de que todas as ordens serão sempre obedecidas; a multiplicidade das correias que acionam o sistema e a confusão da hierarquia asseguram a completa independência do ditador em relação a todos os subordinados e possibilitam as súbitas e surpreendentes mudanças de política pelas quais o totalitarismo é famoso (ARENDR, 1989, p. 458).

A fim de evitar eventuais confusões conceituais, convém promover distinções entre os fundamentos totalitarismo e ditadura autoritária. Muitas vezes entendidos como sinônimos, Bobbio (1998) argumenta que há distinções relativas à fundamentação e aplicação dos termos. No que concerne às diferenças, aponta que nas ditaduras autoritárias, embora exista uma concentração de poder, há espaço para um pluralismo político, embora limitado.

Outro ponto relativo, segundo Bobbio, refere-se à penetração na sociedade. O autor considera que as ditaduras autoritárias delimitam com precisão o espaço de atuação tanto do governo, quanto do restante da sociedade. Acrescenta que o controle dos meios de comunicação e da educação ocorre até certo limite, muitas vezes até com a anuência da oposição. “Para alcançar seus objetivos, os Governos autoritários podem recorrer

apenas aos instrumentos tradicionais do poder político: exército, polícia, magistratura e burocracia” (BOBBIO, 1998, p. 100).

Já no que tange ao totalitarismo, Bobbio (1998) faz um contraponto ao relatar que nesse modelo a penetração-mobilização na sociedade é muito alta. “Neles, é suprimido não apenas o pluralismo partidário, mas a própria autonomia dos grupos de pressão que são absorvidos na própria estrutura totalitária do poder e a ela subordinados” (p. 101). Nesse modelo, há a importância vital de um partido central que mobilize as massas, o uso ostensivo dos meios de comunicação, sobretudo a propaganda, a fim de arregimentar adeptos ao regime, além do uso da violência para aniquilar focos de oposição e questionamentos.

Os fundamentos fornecidos por Bobbio (1998) e Arendt (1989) oferecem grandes contribuições para entender o regime político que atuou no Brasil, já nos primeiros momentos após o golpe militar, em 1964. Assim que o Poder Executivo foi tomado pelos militares, foi implementada uma série de ações: o Congresso sofreu intervenção e vários parlamentares tiveram direitos políticos cassados; do sistema pluripartidário passou-se ao bipartidarismo, com a divisão em um partido de situação, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e um de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (FIGUEIREDO, 2005; SMITH, 2000).

O sistema jurídico brasileiro também sofreu transformações. Smith (2000) menciona os vários atos institucionais, as leis de segurança nacional, os inúmeros decretos secretos e a suspensão do *habeas-corpus* como medidas utilizadas para impor um novo regime e promover um intenso controle da população em geral. É importante citar que houve também uma redução da imunidade dos juízes a interferências em assuntos ligados ao Estado, sob o risco de os magistrados serem destituídos por vontade do próprio regime militar.

Diante de tanta arbitrariedade que afetou sobremaneira as instituições brasileiras, parece-nos fazer sentido a antipatia declarada à ditadura expressa nos textos do pensador Per Ahlmark (2000, p. 128): “Esse sistema ditatorial representa uma maldição para humanidade. É a encarnação da intolerância”. O autor ilustra, assim, sua insatisfação, citando que muitos países perseguem seus opositores de forma ferrenha e,

em alguns casos, até com assassinatos. Fazendo uma contraposição à ditadura, o sueco declara que sua simpatia à democracia, dada a sua tendência de promover o diálogo entre ideias, tende a criar “zonas de paz”. “Quanto mais democracias houver, menor o risco de guerras” (2000, p. 129).

Outro ponto particular que caracteriza as ditaduras modernas diz respeito a sua temporalidade. Se na República romana ao ditador era estabelecido até seis meses para tentar conduzir o Estado a uma situação que o retirasse de uma crise, nas ditaduras modernas a duração não é fixada antecipadamente. Bobbio, inclusive, ressalva que apesar de algumas ditaduras apresentarem-se como temporárias, “[...] a sua permanência, como a de qualquer outro regime político, depende das vicissitudes da história” (1998, p. 367).

O autor sintetiza as diferenças: “Em resumo, a ditadura romana é um órgão excepcional e temporário, a ditadura moderna uma forma de Governo normal e durável” (1998, p. 367).

Ao confrontarmos a ditadura romana ao modelo ditatorial brasileiro, percebemos, na fase inicial da segunda uma semelhança aos moldes da primeira, uma vez que o discurso dos militares pregava a instituição de um regime de exceção de duração temporária, e que, tão logo dirimida a ameaça comunista, seria restituída novamente aos civis. Lucas Figueiredo (2005, p. 121) resgata o discurso militar nos primeiros períodos após a tomada do poder em 1964.

Os militares tomaram o poder com uma idéia na cabeça. Queriam moralizar o país, acabando com a corrupção e a subversão, os dois males que, segundo eles, tinham consumido o Brasil nas décadas anteriores. [...] Bastava identificar os corruptos e os subversivos e depois neutralizá-los por meio de cassação de direitos políticos e prisão.

Entretanto, o provisório declarado acabou por se converter em longos 21 anos de cerceamento de liberdades individuais e endividamento público.

Em seu *Dicionário de Política*, Bobbio (1998) elenca a precariedade de regras relativas à sucessão no poder como um terceiro fator que tipifica as ditaduras modernas. Evidencia-se uma contradição no que tange a esse aspecto: embora as ditaduras se apresentem sempre como representantes legítimas em defesa dos interesses da população, ninguém se elege ditador. Coloca-se em confronto a legitimidade popular e a própria sustentação da estrutura do poder em uma ditadura.

Bobbio (1998) caracteriza a ditadura romana como de caráter emergencial e prevista em dispositivos legais, porquanto tinha conotação positiva, ao passo que as ditaduras modernas simbolizam um ambiente não-democrático, de autoridade política de cima para baixo, o que redundava em uma ideia sempre negativa.

Buscar uma ligação entre a população e uma legitimidade que dê sustentação ao regime militar torna-se essencial para a manutenção do poder sem tantos sobressaltos. Bobbio (1998) aponta duas alternativas: 1) o ditador possuir um alto grau de carisma que confira a ele uma capacidade de mobilização da população e 2) o suporte de um partido que sirva de base tanto como um apoiador do regime, quanto para estabelecer uma sucessão ordenada e supostamente organizada entre os futuros governantes.

Essa articulação constante com o intuito de obter uma estabilidade à governabilidade não impede que ocorram divergências internas entre os próprios membros da elite governante, que ambicionam ocupar o posto de ditador. Arendt (1989), em sua obra *Origens do Totalitarismo*, mostra como os conflitos internos e, muitas vezes, partidários colaboram para expor a fragilidade de um suposto sistema que visa à manutenção do poder de um ditador. “Nada caracteriza melhor os movimentos totalitários em geral – e principalmente a fama que desfrutam seus líderes – do que a surpreendente facilidade com que são substituídos” (ARENDR, 1989, p. 355).

A falta de unidade entre os componentes que integram o grupo dominante aliada aos conflitos gerados internamente impedem uma sucessão pacífica e transparente entre os ditadores totalitários. Arendt (1989) chama a prática sucessória entre ditadores de “desconcertante” e “incômoda”, seja para a população em geral, que acompanha a movimentação passivamente, seja, principalmente, para os indivíduos que se digladiam por cobiçados postos de poder.

No Brasil, durante o período ditatorial, havia claras divisões internas entre os militares que se alternavam no poder: de um lado, a ala moderada, associada aos presidentes Castelo Branco (1964-1967) e Ernesto Geisel (1974-1979); do outro, o setor linha-dura, identificado com o presidente Emilio Garrastazu Médici (1969-1974). “O embate entre as duas correntes duraria os 21 anos do regime militar e, no revezamento entre moderados e radicais no poder, só uma coisa era certa: a perseguição aos subversivos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 122-123).

Smith (2000) comenta que deve se rechaçar a ideia de que as Forças Armadas brasileiras estavam fortemente unidas por um objetivo comum, em um regime autoritário burocrático. Como consequência das divergências ideológicas internas, alguns atos institucionais foram criados para punir até os próprios membros da corporação, sob o risco de o conflito tornar-se incontrolável.

Hobsbawn (2003), autor da obra *Revolucionários*, confirma que dentro das Forças Armadas, independente da nação, em um regime militar em vigor, há grupos que podem divergir ideologicamente e que têm redundado em medidas, por parte dos líderes, que busquem eliminar ou prejudicar as correntes contrárias.

A própria existência de um exército parece induzir a governos militares – que tem sido a regra -, de forma que a eliminação destes parece exigir, freqüentemente, a eliminação das próprias forças armadas (2003, p. 184).

O jornalista Elio Gaspari contabiliza 421 oficiais das Forças Armadas que foram punidos com a passagem para a reserva por serem considerados suspeitos de se insurgirem dentro da corporação militar ou por adotarem posições ideológicas simpáticas ao ex-presidente João Goulart. “Pode-se estimar que outros duzentos foram tirados da ativa através de acertos, pelos quais escaparam do expurgo pedindo uma passagem silenciosa para a reserva” (GASPARI, 2002, p. 131.)

Outra característica marcante das ditaduras, segundo Bobbio (1998), refere-se ao fato de ela se impor, preferencialmente, como um rompimento com a tradição anterior de um

determinado território. Ao mesmo tempo em que, geralmente, conta com apoio de grande parte da sociedade, costuma subjugar outros setores considerados antagônicos, inclusive com o uso da violência.

Podemos relacionar esse cenário citado anteriormente por Bobbio ao ocorrido no Brasil na ocasião do golpe de Estado e a sua posterior instauração. Entre os setores que apoiaram decisivamente a tomada do poder protagonizada pelos militares, estavam segmentos majoritários da imprensa, importantes setores empresariais e parte expressiva da Igreja Católica, conforme visualizamos a partir de Smith (2000, p. 29):

A imprensa foi um catalisador do golpe de 31 de março de 1964. Algumas publicações tinham conhecimento da conspiração e outras contribuíram voluntariamente ou não para a rejeição pública de Goulart. Como grande parte da classe média e alta, a Igreja Católica e organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, a grande imprensa se opunha às mobilizações de massa de Goulart e suas pretendidas “reformas de base”, como a reforma agrária e a sindicalização dos militares.

O apoio concedido aos militares por setores do empresariado, da Igreja e dos advogados encontra ressonância na tese defendida por Arendt, que levanta uma questão característica dos movimentos totalitários quando de sua instauração: o apoio majoritário das elites. A autora classifica de “[...] espantoso o número de homens ilustres que são simpatizantes” (ARENDR, 1989, p. 376).

Um dado irônico acerca dessa tomada de poder é levantado por Reis (2005). Para o autor, esse mesmo grupo que apoiou a ação dos militares, tendo como finalidade a deposição de João Goulart, temia que as medidas reformistas prejudicassem a posição já estabelecida dos setores empresariais consolidados. Os setores religiosos, por sua vez, temiam que um comunismo ateu ameaçasse os seus princípios e valores cristãos. Ou seja, configurou-se uma situação contraditória: eles endossavam e integravam o aglomerado que clamava por uma mudança no comando do Poder Executivo, mas, ao mesmo tempo, objetivavam a manutenção plena e irrestrita de suas condições e privilégios obtidos. “Todos sentiam obscuramente que um processo radical de redistribuição de riqueza e poder na sociedade brasileira, em cuja direção apontava o movimento reformista, iria atingir suas posições, rebaixando-as” (REIS, 2005, p. 27).

Consideramos curioso o fato de os golpistas militares intitularem de “Ditadura Revolucionária” a ação da tomada de poder, uma vez que o termo revolução pressupõe mudanças. Contudo, naquele contexto, tudo o que certos grupos almejavam era conservar e defender a permanência de certas posições e convicções ideológicas. Reis explica o projeto desenvolvido pelos militares a fim de destituir João Goulart, suprimindo, assim, o risco de uma política nacionalista e socializante:

Pretendiam destruir, em seus fundamentos, a ordem e as tradições que Jango representava, e pôr no lugar uma alternativa internacionalista-liberal, centrada na abertura econômica para o mercado internacional, no incentivo aos capitais privados, inclusive estrangeiros, em uma concepção diferente do papel do Estado na economia, mais regulador que intervencionista (REIS, 2005, p. 34-35).

No que concerne a este tópico, consideramos pertinente promover o debate mais amplo sobre o efeito prático e retórico da utilização da expressão “revolução” pelos militares brasileiros. Reis (2005) entende que a referida expressão foi empregada como meio de simbolizar uma mudança estrutural de caráter mais profundo, e não somente uma intervenção de caráter passageiro. Porém, complementa que, dentre os oficiais que passaram a comandar os rumos do país, “[...] poucos, talvez nem eles mesmos, saberiam dizer [o que realmente significava uma revolução] naquele momento” (REIS, 2005, p. 36).

Segundo Reis (2005), nomear o movimento golpista de 64 de *revolução* é uma estratégia de caráter meramente retórica. O próprio ex-presidente Ernesto Geisel, cujo mandato foi de 1974 a 1979, em entrevista a Gaspari, assume que nem mesmo ele, nem os militares que idealizaram a tomada do poder tinham dimensão teórica precisa do que significava engendrar uma revolução.

O que houve em 1964 não foi uma revolução. As revoluções fazem-se por uma idéia, em favor de uma doutrina. Nós simplesmente fizemos um movimento para derrubar João Goulart. Foi um movimento contra, e não por alguma coisa. Era contra a subversão, contra a corrupção. Em primeiro lugar, nem a subversão nem a corrupção acabam. Você pode reprimi-las, mas não as destruirá. Era algo destinado a corrigir, não a construir algo novo, e isso não é revolução (GASPARI, 2002, p. 138).

A percepção de revolução proposta por Arendt (2009), encontra concordância em alguns pontos com o postulado por Reis (2005) e em boa parte com a explicação fornecida pelo ex-presidente Geisel, ao analisar a experiência de tomada de poder pelos militares entre março e abril de 1964. Para a autora, as revoluções não são realizadas arbitrariamente, mas “[...] sempre foram em toda a parte o resultado necessário de circunstâncias inteiramente independentes da vontade e do controle de partidos particulares e de classes inteiras” (ARENDR, 2009, p. 27). A citação anterior possibilita, dessa forma, entender o porquê de os militares terem assumido o papel de idealizadores e protagonistas na tomada do poder, sem que, anteriormente, tenham promovido um debate mais amplo com outros setores da sociedade civil.

Consideramos válido lembrar que, a despeito de toda a oposição a João Goulart formada por elites tradicionais, grupos empresariais, profissionais liberais, membros da Igreja Católica e oficiais das Forças Armadas, entre outros focos insatisfeitos, não havia um plano que contemplasse uma unidade de ação que orquestrasse todas as unidades contrárias. Fico (2008) enfatiza ainda que, apesar das tentativas tratativas com membros do governo norte-americano, quem, de fato, tomou a dianteira da ação “revolucionária” de deposição de Jango foram os militares brasileiros.

Apegar-se ao termo revolução foi um artifício recorrente dos ideólogos do regime militar para justificar muitas de suas ações arbitrárias de conotação claramente antidemocráticas. Pereira e Marvilla (2005, p. 55) lembram que o Ato Institucional n. 1⁴, decretado no dia 9 de abril de 1964, trazia em sua formulação a ideia de que a “[...] revolução legitima a si própria”. Sobre esse ato, Reis lembra que o principal mote da frente contrária a João Goulart consistia em “[...] salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo. E restabelecer a democracia” (2005, p. 33).

De acordo com Bobbio (1998), a ditadura revolucionária tem como característica a concentração de um poder absoluto, geralmente em posse de um homem ou de um grupo, e prevê a possibilidade de se sobrepor à legislação, além de vir datada de uma temporalidade, cuja delimitação deve ser determinada. A partir dessa classificação,

⁴ Segundo Reis (2005), o Ato Institucional n. 1 instaurou o estado de exceção no país. Com isso, políticos tiveram seus direitos políticos cassados e suspensos; civis e militares foram instados a se aposentarem; teve início uma onda de prisões de sujeitos considerados subversivos e inimigos do novo regime, além da censura a inúmeras publicações.

pode-se aferir que a ditadura militar brasileira observou os primeiros quesitos, porém, no que tange à duração, acabou se estendendo por 21 anos (de 1964 a 1985), bem além da característica provisória, conforme havia sido noticiado à época do golpe.

Marconi (1980) revela que assim que uma ditadura é instaurada, há uma preocupação premente em se controlar os aparelhos ideológicos de comunicação. Trata-se de um mecanismo para tentar unificar as informações emitidas, decerto propagadas em prol do grupo governante, evitando-se, assim, que as vozes dissonantes e opositórias sejam levantadas contra o regime imposto.

Esse autor prossegue assinalando que exercer o controle dos meios de comunicação permite a elaboração de imagens midiáticas de um “mundo inteiramente imaginário” e que redundaria na “[...] capacidade de isolar as massas do mundo real” (MARCONI, 1980, p. 26).

A fim de refletir sobre a importância real de exercer o domínio sobre o setor de informações relativas à imprensa e propaganda, encontramos o referencial teórico do sociólogo e filósofo Pierre Ansart. Esse autor utiliza o conceito de “mecanismo ideológico” para descrever o aparato de veículos de comunicação e sua preponderante utilização como instrumento de mobilização dos cidadãos por um regime ou partido dominante e pela inculcação de mensagens contrárias pela oposição. O autor francês entende que o cidadão comum acaba por ter contato com vários apelos contraditórios, de variadas áreas de difusão, que podem tornar esse mesmo sujeito “[...] livre para dar o seu apoio a um partido e, em seguida, a outro” (ANSART, 1978, p. 164).

Para evitar essa fluidez das posições ideológicas divergentes entre os indivíduos, além de impedir que eles passem entre duas ou mais doutrinas que combatam entre si, Ansart observa que os partidos, a fim de legitimar suas ações e angariar adeptos, devem lançar mão incessantemente do setor de comunicação, buscando persuadir os cidadãos pelo uso de um vasto repertório simbólico, seja de forma elogiosa, seja contornando uma situação tida como desagradável.

Os mecanismos dos partidos ocupam de modo permanente seu lugar no campo simbólico, não cessam de produzir as legitimações e condenações que tranquilizam o público, mas são obrigados a adaptar, com maior ou menor atraso, suas mensagens à mobilidade das situações (ANSART, 1978, p. 165).

Relacionando o conceito sugerido por Pierre Ansart ao ponto de vista da ideologia dos generais durante a ditadura estabelecida no Brasil, Marconi tece suas considerações:

Então como os militares vislumbram subversão em tudo, não admitem ser questionados ou criticados e, por fim, consideram que os meios de comunicação brasileiros são usados como uma arma pelos inimigos, ao tomarem o poder em 1964 começaram a se precaver, atacando principalmente duas frentes no que diz respeito à circulação de informações. A primeira foi supervalorizar a “informação” (não confundir com comunicação); a segunda foi controlar todo o fluxo de notícias, veiculado pelos meios de comunicação, através de decretos revolucionários e leis nem sempre legítimas (1980, p. 27-28).

Depreende-se dessa reflexão a estratégia dos ideólogos do regime militar brasileiro em priorizar o controle dos veículos de comunicação, seja através da implantação da censura à imprensa, seja pela criação de inúmeros órgãos de inteligência como objetivo de controlar e vigiar os passos dos cidadãos considerados subversivos, simpatizantes do comunismo e contrários aos ditames propostos pela ditadura.

Aquino (1999) corrobora a proposição formulada por Marconi (1980) e disserta sobre a preocupação destinada ao setor da informação: tanto sobre o conteúdo daquilo que deveria ser divulgado aos cidadãos, via imprensa ou propaganda, quanto sobre o enorme empenho e esforço em obter dados da sociedade como um todo, a partir de variados órgãos de vigilância. Em relação à relevância da informação a ser veiculada aos demais indivíduos,

Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação da visibilidade ao leitor, de suas próprias condições de vida (AQUINO, 1999, p. 15).

Padrós (2008), ao discorrer sobre repressão e violência nos regimes ditatoriais, aponta os veículos de comunicação como um dos alvos preferenciais do Estado em um regime

ditatorial. Segundo o autor, controlar o que haveria de ser noticiado pelos meios de comunicação tornava-se prioritário para as pretensões do governo, pois havia pleno conhecimento de que uma “[...] imprensa inconveniente, ao interpretar os fatos com autonomia da versão oficial, pode produzir tensões sobre situações que convém ter sob controle” (PADRÓS, 2008, p. 159).

Sobre a censura à imprensa e à publicidade, deteremo-nos mais especificamente, empreendendo um estudo mais acurado e reflexivo nos capítulos 2 e 3 deste estudo.

A implantação de órgãos e serviços de inteligência foi uma das marcas registradas do período ditatorial brasileiro. A eles não bastava somente direcionar, influenciar e “orientar” o conteúdo daquilo que poderia ser divulgado pelos meios de comunicação. Tinham também como incumbência reprimir qualquer voz dissonante que se insurgisse contra os interesses do regime. Pereira e Marvilla classificam esse modelo brasileiro de cerceamento de informações como um “[...] espetacular sistema de repressão” (2005, p. 56).

De acordo com a obra *Brasil Nunca Mais*, houve de fato uma preparação muito intensa das Forças Armadas para combater qualquer foco de oposição. Contudo, mais do que uma guerra noticiada, tratava-se de um embate que se dava silenciosamente, nos bastidores, onde era montado todo um aparato que se utilizava de

[...] interrogatórios, das investigações sigilosas, da escuta telefônica, do armazenamento e processamento das informações acerca de atividades consideradas oposicionistas – desde suas variantes reivindicatórias, lutas salariais e pressões em favor da democracia, até às formas de oposição clandestinas (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 72).

No dia 13 de junho de 1964, ou seja, pouco mais de dois meses após o golpe militar, foi instituído o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado pelo general Golbery do Couto e Silva, o SNI era diretamente subordinado à presidência da República e tinha como função “[...] a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contra-informações no país, em particular as que interessassem à segurança nacional” (ANTUNES, 2008, p. 218).

Pereira e Marvillla (2005) comentam que o SNI exercia um papel de extrema importância no que concerne à questão da segurança nacional, tendo, inclusive, o Ministério da Justiça e o Departamento de Polícia Federal como seus subordinados. Na prática, funcionava como uma agência de espionagem dos cidadãos; todos eram passíveis de ser apontados como suspeitos. Os autores exemplificam a atuação do SNI citando as palavras do idealizador do órgão, o general Golbery, que entendia o órgão como uma “[...] espécie de CIA⁵ voltada para dentro” (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 56).

Antunes (2008, p. 221) elenca algumas das ações empreendidas pelo SNI:

Interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, fossem adversários políticos e suspeitos de subversão, fossem integrantes da equipe governamental. Infiltrava pessoas tanto nas organizações clandestinas quanto nos organismos legalizados de oposição ao regime, como era o caso do MDB.

Smith (2000) e Stepan (1986) assinalam que a relevância do SNI era tamanha, ao ponto de o órgão possuir dependências próprias em todos os ministérios, empresas estatais e universidades. A partir do SNI vários outros órgãos de vigilância e repressão surgiram. Cada setor das Forças Armadas Brasileiras dispunha de um serviço de vigilância próprio e específico: Centro de Informações do Exército (CIEX), Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA).

Desde o início de suas operações, o SNI já mostrava quão ferozes e inclementes seriam as suas ações. Figueiredo (2005) enumera que, das 4.841 punições impostas nos 21 anos do regime, 2.990 ocorreram já nos cinco primeiros meses após o golpe militar, ainda no ano de 1964.

Ao descrever as atribuições do SNI, Stepan (1986) assevera que era um órgão de inteligência autônomo, que não se submetia a qualquer controle externo, exceto do da

⁵ Segundo o site da própria Central Intelligence Agency (CIA), www.cia.gov/about-cia/index.html, a principal função do órgão é agir relatando à presidência os principais problemas relacionados à segurança nacional.

presidência. A propósito, o grau de proximidade do SNI com o mais alto cargo do executivo era tão alto, que “[...] seus funcionários deveriam ser confirmados nos cargos pelo presidente, uma vez a cada ano” (STEPAN, 1986, p. 30).

O aparelho repressor abrangeu também numerosas fileiras policiais paralelas oriundas do círculo militar, federal, estadual e municipal. Smith (2000) comenta que, por esses organismos atuarem de forma quase clandestina e com autonomia própria, tornava-se muito complicado em muitos desses agrupamentos indicar quem era o responsável por uma ação.

Além desse aparelho oficial de vigilância, segurança e repressão, havia os múltiplos esquadrões da morte, grupos paramilitares de policiais ora de serviço, forças particulares de segurança que operavam não apenas impunemente, mas muitas vezes com o apoio ou a participação de oficiais (SMITH, 2000, p. 40).

Figueiredo (2005) nos informa sobre o grau de poder desfrutado pelo SNI e acentua que foi no governo Médici (1969-1974) que o Serviço atingia o ápice de autonomia e interferência na vida não só da sociedade civil, mas também dos militares. Logo na primeira reunião com os ministros, o presidente comunicou que o trabalho de cada um seria monitorado pelo SNI e que as denúncias relacionadas à administração pública que chegassem ao Planalto seriam levadas primeiro ao serviço secreto, antes de serem apresentadas aos próprios ministros. “A mensagem era clara. Cada um que cuidasse de si, pois o SNI cuidaria de todos” (FIGUEIREDO, 2005, p. 187).

Com a intensificação da burocracia da repressão decorreu a multiplicação do uso da tortura como forma de extrair informações dos cidadãos sob suspeição. Para a Arquidiocese de São Paulo, não havia um padrão estabelecido para a escolha das vítimas: há depoimentos tanto de homens adultos, quanto de mulheres grávidas, jovens menores de idade e até crianças que foram submetidas à tortura.

Justificada pela urgência de se obter informações, a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre relações efetivas de parentesco. Assim, crianças foram sacrificadas diante dos pais, mulheres grávidas tiveram seus filhos abortados, esposas sofreram para incriminar seus maridos (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 43).

Gorender (1987) assinala que as vítimas dessa modalidade repressiva compreendiam todas as classes sociais e ocupações profissionais. Muitos foram os casos de diretores de empresas importantes, indivíduos pertencentes a famílias tradicionais e reconhecidamente possuidoras de posses, além de políticos e militares que estiveram submetidos à truculência dos torturadores.

Comparando o processo de tortura ao de manipulação das informações que são originadas a partir do depoimento de outrem, Arendt acredita que sua utilização fundamenta-se no fato de que “[...] os homens podem ser ‘manipulados’ por meio da coerção física, da tortura ou da fome, e suas opiniões podem formar-se arbitrariamente em função da informação deliberada e organizadamente falsa” (ARENDR, 2009, p. 45).

A obra *Brasil Nunca Mais* (1985) enumera quase uma centena de métodos diferentes de tortura, que vão da agressão física à pressão psicológica, além de variados instrumentos que visavam a minar a resistência dos acusados. Entre os procedimentos mais recorrentes podemos citar o “pau-de-arara”, que consiste em uma barra de ferro colocada entre os punhos amarrados e a dobra do joelho, ficando o torturado dependurado entre duas mesas; o choque-elétrico, em que dois fios geram descarga elétrica no torturado, geralmente nu, em partes como ouvidos, dentes, línguas, dedos e genitália; o afogamento, em que um tubo de borracha era introduzido na boca do torturado e passava a lançar água. Produtos químicos também eram utilizados, seja por meio da aplicação de injeção, buscando causar sonolência, seja pelas situações nas quais foram jogados ácidos nos rostos dos torturados provocando deformações. Insetos e répteis, como cobras, baratas e jacarés, também eram colocados nas salas do interrogatório a fim de intimidar os supostos suspeitos.

A tortura praticada no período do regime era defendida e justificada pelos oficiais como um “[...] método científico, incluído em currículo de formação de militares” (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 32). Não foram raras as ocasiões em que pessoas capturadas foram utilizadas como cobaias em sala de aula para demonstrar como se executava na prática as teorias sobre os métodos de tortura. Conforme disserta Padrós (2008), essa variedade de aplicações de métodos no país ocorreu devido à ampla rede de transmissão de novas técnicas e da formação de especialistas, principalmente vindas de agências governamentais dos Estados Unidos.

Ainda segundo Padrós, “[...] o mais importante é reconhecer seu uso maciço e significativamente indiscriminado, a evolução no refinamento da sua aplicação com a contribuição do que foi identificado como tortura psicológica” (2008, p. 159).

Consideramos interessante ressaltar que, por mais que o regime se esforçasse em ocultar, esses métodos repressivos eram de conhecimento de boa parte da população. Rezaia, então, ao governo a responsabilidade de tentar explicar o desaparecimento de uma pessoa e até mesmo de justificar o porquê desses maus tratos contra os cidadãos. “As mortes por tortura eram atribuídas a suicídios, acidentes de trânsito ou tentativas de fuga. Cadáveres eram ocultados ou enterrados com nomes falsos” (SMITH, 2000, p. 41).

Smith (2000) alerta que, embora exista um grande esforço em produzir uma documentação precisa sobre os casos de tortura, certamente há vários episódios de brutalidade não registrados, deixando incompleto o mapeamento da incidência da prática de maus tratos.

A fim de promover um entendimento mais completo e atualizado do modelo ditatorial brasileiro, entendemos ser mister relacionarmos o ocorrido no país ao ocorrido na América Latina em um mesmo recorte temporal, conforme disserta Padrós (2008, p. 150):

Em nome da DSN (Doutrina de Segurança Nacional), da unidade nacional, do anticomunismo [...] o Estado se configurou como o macro instrumento repressivo que, variando em grau de violência nos diversos países no Cone Sul, deixou, como marca comum, a supressão das instituições democráticas.

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, com a vitória dos aliados, as duas superpotências vencedoras do conflito, Estados Unidos e União Soviética, deram início a um processo de rivalidade conhecido como Guerra Fria. Cada país considerava-se detentor de um modelo econômico bem sucedido e que deveria ser reproduzido, sendo os Estados Unidos os representantes do capitalismo e a URSS, do socialismo. Pela Conferência de Yalta, ambas as nações acordaram dividir o mundo em áreas de

influência e uma não deveria interferir no espaço do outro (PEREIRA; MARVILLA, 2005).

Em virtude da proximidade geográfica, a área da América Latina ficou sob influência dos Estados Unidos. Grande parte dos países aderiu à política norte-americana. No entanto, outros optaram por tentar não seguir o alinhamento. O caso mais emblemático é o cubano, que durante a primeira metade do século XX foi bastante explorado pelos Estados Unidos. Cuba decidiu insurgir-se, tomando o poder em 1959, sob a liderança de Fidel Castro, com propostas reformistas de cunho popular e social.

A represália norte-americana foi imediata, tanto de ordem econômica quanto pelo treinamento de forças capazes de depor e combater o governo de Fidel Castro. Em virtude das agressões sofridas, Cuba volta-se para a URSS, que, por sua vez, forma com a ilha uma parceria econômica e passa a abastecê-la de armamentos visando à montagem de uma defesa militar própria.

Pereira e Marvillla (2005) observam que, do ponto de vista norte-americano, Cuba representava um perigo não somente por aderir ao socialismo, mas, sobretudo, pelo temor de que sua política externa e independente servisse de exemplo para os outros países latino-americanos.

Impedir que outras nações adotassem a mesma postura dos cubanos era fundamental às pretensões expansionistas dos Estados Unidos de exercer domínio pleno no continente latino-americano. Para colocar em prática essa ideia, passaram a desenvolver um programa de militarização do poder político, fornecendo armamentos, recursos financeiros e treinamento às forças que deveriam conter um pretense ímpeto revolucionário. Tornava-se mais conveniente agir dessa forma, relativamente oculta, do que intervir diretamente, enviando tropas aos países que se insurgissem (PEREIRA; MARVILLA, 2005).

Propagando-se a concepção de que havia uma “guerra interna” a se combater, basicamente orquestrada por comunistas e socialistas, os Estados Unidos passaram a considerar como seus os assuntos ligados à segurança interna de cada país.

Diante de uma política claramente intervencionista na América Latina, Padrós assevera: “A responsabilidade dos EUA na promoção, sustentação ou apoio direto desses regimes, portanto, é mais do que evidente” (2008, p. 168). Havia da parte dos Estados Unidos interesses de âmbito político, econômico, estratégico e militar na região.

A título de ilustração, Pereira e Marvillla citam o ocorrido no Chile. Em 1970, Salvador Allende foi eleito presidente com apoio popular, em uma coligação partidária formada basicamente por setores socialistas e comunistas. “Isso era inadmissível aos olhos dos Estados Unidos, que acabaram por financiar uma conspiração contra o governo de Allende, culminando em seu assassinato, durante o golpe militar encabeçado pelo general Pinochet (1973)” (PEREIRA; MARVILLA, 2005, p. 32).

Outro país que vivenciou a mudança para o regime ditatorial foi o Uruguai. No final da década de 60, o país deixava para trás décadas de tradição calcada em valores progressistas e reformistas e se tornava cenário de uma violenta experiência repressiva na região latino-americana. A atuação repressora não ficou restrita às suas fronteiras, mas também vitimou vários exilados uruguaios que habitavam na Argentina, principalmente em Buenos Aires.

Buenos Aires e algumas outras cidades argentinas foram uma espécie de área de extensão do braço repressivo da ditadura uruguaia, como se fosse, quase, mais uma zona interna para a aplicação das ações da política repressiva; a esse ponto chegou o grau de colaboração entre as ditaduras rio-platenses (PADRÓS, 2008, p. 167).

Na Argentina, o regime ditatorial militar também se fez presente. Em boa parte da segunda metade do século XX, generais alternaram-se no poder, assumindo importante papel como protagonistas da política nacional. Antunes (2008) aponta o controle dos meios de comunicação e o alto grau de violência contra os civis como fortes características do regime argentino.

Assim como no Brasil e no Uruguai, para impedir um suposto avanço das ideias comunistas e socialistas, o regime argentino agiu de forma silenciosa, reprimindo a população considerada suspeita. Um traço que ilustra bem a arbitrariedade das ações das forças de segurança pode ser representado pela política chamada de “saneamento

ideológico”, caracterizada pelos inúmeros sequestros de crianças novas e mulheres grávidas supostamente comunistas ou simpatizantes do comunismo. Após assassinares as mulheres, dentre as que eram mães, o regime recolhia os filhos órfãos para serem educados conforme os ditames da cultura cristão-capitalista (ANTUNES, 2008).

Os órgãos de inteligência e segurança argentinos atuavam assassinando, prendendo e sequestrando os indivíduos com posições ideológicas contrárias ao regime, geralmente de forma clandestina. Antunes enfatiza que o propósito era “aniquilar” os grupos subversivos. “[...] pois o objetivo era impedir que o próximo governo civil levasse ao poder os inimigos ora combatidos e que, em decorrência desse novo papel, conduzissem projetos de caráter revanchista” (ANTUNES, 2008, p. 203). Agindo clandestinamente, a força militar poderia continuar atuando sem ser importunada, evitando também pressões internacionais e até a oposição do Vaticano, que poderia levantar vozes contrárias ao regime vigente na Argentina, a exemplo do ocorrido no Chile (ANTUNES, 2008).

No que concerne às arbitrariedades perpetradas pela ditadura nos principais países sul-americanos, Stepan (1986) apresenta-nos um quadro impressionante sobre a ação dos aparatos repressivos. O autor comenta que no Chile, antes e durante o golpe, houve, proporcionalmente, o mais alto índice de pessoas assassinadas. Na Argentina, de 1975 a 1979, ocorreu o maior percentual de desaparecimento em virtude da ação das forças de segurança interna. Já a ditadura do Uruguai teve o maior índice de pessoas que foram detidas e interrogadas.

E o Brasil? Para Stepan (1986), a característica marcante do Serviço de Inteligência brasileiro deriva do alto nível de expansão dos seus tentáculos repressivos por via legal e institucionalizado dentro do próprio aparelho do Estado.

A despeito das peculiaridades e especificidades da ditadura em cada país da América do Sul, havia entre a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai a formação de uma espécie de acordo que permitia a uma nação operar nos países fronteiriços no intuito de capturar e assassinar dissidentes e inimigos do regime. A esse conjunto de ações foi dado o nome de Grupo Condor. Dessa forma, os serviços de inteligência e de segurança dos países pertencentes ao grupo cooperavam mutuamente, fornecendo informações sobre o paradeiro dos suspeitos e material humano às tropas em buscas de

indivíduos procurados. A título de demonstração de quão arquitetadas e auspiciosas eram as ações do Grupo Condor, há registros de uma tentativa de assassinato em Paris, capital da França, de inimigos do regime argentino, uruguaio e chileno em uma mesma data e local e em horário simultâneo (ANTUNES, 2008).

Ações conjuntas, através de polícias secretas, em que países com regime ditatorial atuam no território do outro como se estivessem no seu, conforme o mencionado Grupo Condor na América do Sul, foram descritas por Arendt ao dissertar sobre as características do totalitarismo. A autora salienta que “[...] as ramificações internacionais da polícia secreta transformam a política ostensivamente externa do Estado totalitário no assunto potencialmente doméstico do movimento totalitário” (ARENDR, 1989, p, 471).

2.1 VIOLÊNCIA E PODER: IDENTIDADE E DIFERENÇA

É inegável que o regime militar lançou mão do recurso da violência e da repressão arbitrária sobre os opositores como forma de manutenção no poder. Inúmeros são os registros de tortura a cidadãos. Soma-se a isso a espantosa quantidade de pessoas processadas pelo governo.

Os computadores informaram que esses 695 processos somaram um total de 7.367 nomes de pessoas que foram levadas ao banco dos réus em processos políticos formados na Justiça Militar no período. Necessário se faz registrar que um certo percentual desses nomes é composto de cidadãos que responderam a mais de um processo. A média de réus por unidade fica, então, próxima do número 10 (ARQUIDIOCESE, 1985, p. 85).

Não havia uma metodologia clara para apontar quem seriam, na verdade, os verdadeiros inimigos do regime militar. A Arquidiocese (1985) entende que, no afã de punir opositores, a perseguição tinha ares de vingança pessoal, tamanha a arbitrariedade e falta de uma ponderação mais sensata e dialogada com quem se posicionasse de forma contrária ao pensamento dos generais.

O período compreendido entre 1964 e 1985 também se destaca pela relação tensa e tumultuada entre o regime e a imprensa. Segundo Moraes (2007), o governo reconhecia a imprensa como uma força política capaz de influenciar e mobilizar a população. Não é à toa que tanto os governos, ora buscavam uma aproximação visando a uma utilização favorável de seu potencial de propagação de informações, ora enfrentavam, controlavam e puniam.

Jornalistas passaram a ter seus empregos ameaçados. Além disso, os militares pressionavam os empregadores para que os repórteres fossem demitidos caso noticiassem alguma matéria que estivesse em desacordo aos interesses do regime, conforme ilustra Marconi (1980, p. 33-34):

Em seu artigo 16, a LSN (Lei de Segurança Nacional) previa a detenção de até um ano para o jornalista que “divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor o povo com as autoridades constituídas”. Se essa divulgação “provocar perturbação da ordem pública ou expuser o bom nome, a autoridade, o crédito ou o prestígio do Brasil”, a pena aumentaria para cinco anos. Ofender moralmente “Quem exerça autoridade, por motivos de faccionismo ou inconformismo político-social” sujeitou, de 1969 a 1978, os jornalistas brasileiros a penas que variavam de três a seis anos de prisão (art. 34). Quem utilizasse os jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, teatro e congêneres como os “veículos de propaganda de guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária ou subversiva”, esteve passível de ficar na cadeia por três anos (art. 45).

O governo, com medidas como essas, buscava blindar-se a qualquer custo de seus opositores e de opiniões contrárias. Exercia o seu poder contra a imprensa, ameaçando-a caso causasse transtornos ou arranhasse sua imagem.

Arendt salienta que a violência exercida pelos governos surge como um recurso para conservar a sua estrutura dominante contra os inimigos contestadores. “É como se a violência fosse o pré-requisito do poder, e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro ou mostrará ser um tigre de papel” (ARENDR, 2009, p. 64).

Entretanto, a teórica alemã faz questão de diferenciar conceitualmente os termos poder e violência, colocando-os em campos diametralmente opostos. “Onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (ARENDDT, 2009, p. 73). O poder, para a autora, tem a capacidade de ser exercido sem que seja necessária a imposição de uma estrutura que imponha a violência. O poder legítimo sobrevive por si só. A violência tende a aparecer em situações em que o poder corre risco.

A prática do poder institucionalizado, reconhecido e respeitado geralmente aparece sob a forma de autoridade. E esse poder não confere ao governante a possibilidade de agir em proveito próprio, expressa numa conduta individual. É o poder que emerge a partir da capacidade decisória de um grupo que legitima alguém para agir em seu nome, pensando na coletividade (ARENDDT, 2009).

É possível relacionar vários pontos concernentes à concepção de poder prevista por Arendt com a descrita por Balandier (1997). Para o sociólogo francês, autor da obra *A desordem: elogio do movimento*, o ato de exercer o poder em uma sociedade deve ser uma tarefa de pessoas comprovadamente competentes e pressupõe representar a vontade coletiva, cujo consentimento deve ser majoritário, senão total. O autor pondera que em um ambiente dinâmico, em constante movimento, o poder exercido por sábios e técnicos tende a aparecer ainda mais fortalecido, na condição de tranquilizador, produzindo sentidos que representem a condução prudente de dada sociedade ou agrupamento.

Outro pensador que nos traz uma grande contribuição e oportunidade de diálogo é Pierre Bourdieu (2002). Ao dissertar sobre o poder, ressalta que este está presente em todas as partes, no “microcosmos” das interações sociais. Bourdieu nomeia de poder simbólico a modalidade de poder que se ampara na força dos símbolos e tradições já imanes, reconhecidos e respeitados de uma dada sociedade. Dessa forma, torna-se um “[...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” (BOURDIEU, 2002, p. 14). Configura-se, assim, em uma modalidade de poder que busca a legitimação e naturalização de dominação na própria cultura em que se insere. O campo de produção

simbólica passa, então, a ser disputado pelas classes sociais, que, por meio de sua utilização e circulação buscam impor-se como a classe dominante.

Ao fundamento acerca do poder simbólico desenvolvido por Bourdieu (2002), remetemos ao uso dos meios de comunicação pelo regime militar de 64. Marconi (1980), Reis (2005) e Graf (2003) comentam que, no intuito de legitimar a ação da *revolução*, propagandas foram veiculadas ressaltando o “crescimento” do país, e o milagre econômico. Enaltecia-se, assim, valores ufanistas, que se aderidos pela audiência serviriam também para ocultar o momento de restrições democráticas e cerceamento da liberdade de expressão.

A proposta formulada por Foucault (1979) acerca do poder esmiúça ainda mais a temática ao lançar uma espécie de lupa que aproxima a observação sobre as relações humanas, a fim de analisá-las mais detidamente. Para o autor, exercer o poder não é uma exclusividade do Estado ou de classes dominantes no intuito de se sobrepor às oprimidas. O poder é, sobretudo, praticado pelos indivíduos em suas relações cotidianas. “Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores de censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade” (FOUCAULT, 1979, p. 71). Assim, o fato de vivermos em uma sociedade e pertencermos a determinado grupo social é uma condição para que o poder seja manifestado e vivenciado entre os indivíduos.

Foucault (1979) destaca que onde há ação existe a manifestação do poder sendo exercido. O poder não é de titularidade de uma instituição, grupo, classe ou indivíduo específico, podendo migrar de posições a partir das relações humanas praticadas. Quem o exerce em determinado momento pode ser aquele que é submetido em outra situação, tempo e espaço quase que simultâneos.

Seria necessário saber até onde se exerce o poder, através de que revezamentos e até que instâncias, frequentemente ínfimas, de controle, de vigilância, de proibições, de coerções. Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem o possui (FOUCAULT, 1979, p. 75).

Arendt, ao dissertar sobre o poder como forma de autoridade, alerta que convém não confundi-lo com o autoritarismo, já que este deriva de um reconhecimento e obediência sem que sejam necessários exercer qualquer prática mais ostensiva de coerção e persuasão. “Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada” (ARENDR, 2009, p. 62).

Acreditamos que por mais que se esforçasse em evocar para si as características de um Estado com autoridade, o modelo brasileiro que ascendeu ao poder, após a deposição de Jango, acabou por se configurar e se aproximar a um regime de caráter autoritário. Graf vem ao encontro dessa proposta de enquadrar o período governado pelos militares como autoritário ao elencar os seus principais legados: “[...] fortalecimento do executivo, controle da estrutura partidária, controle dos sindicatos e entidades de classe, censura dos meios de comunicação e repressão política” (GRAF, 2003, p. 90).

Reis, no que tange ao exercício do poder no período militar pós-64, assinala que a ditadura vigorou e instaurou-se “[...] sob o signo do medo” (2005, p. 73). Se, por um lado, o regime controlava a vida dos cidadãos, perseguindo e torturando indivíduos considerados subversivos e suspeitos, cerceando as liberdades individuais e controlando os meios de comunicação, por outro, a população se sentia acuada, vigiada e imersa em um sentimento de impotência, diante de tão ostensivo aparelho repressor instalado.

Esse medo recorrentemente renovado e alimentado por força da própria ditadura militar funcionou como uma espécie de combustível para que o regime atuasse de forma arbitrária, calando potenciais contestações. Balandier explica que a iminência de uma situação em que predomina o medo nos faz temer o presente e impossibilita uma ação visando ao plano futuro.

O medo aparece quando o real se torna imprevisível, quando está próximo; a realidade que vai se fazer é de repente percebida como algo diferente do esperado ou antecipado, ameaça por isso mesmo, obriga a reconhecer os limites dos domínios e projetos humanos (1997, p. 212).

Padrós reforça essa proposição sobre a geração de temor na sociedade brasileira, desde a tomada do poder pelos generais, em 1964, até o ano de 1985. Vivia-se sombreado pela incerteza e pelo monitoramento contínuo e abrutalhado dos órgãos de vigilância. A prática da propagação do medo acontecia não só no Brasil, mas também nas demais ditaduras latino-americanas e visava a silenciar possíveis focos de oposição e contestação à ordem pretendida. Era uma evidente tentativa de implantar e reproduzir uma “cultura do medo” (PADRÓS, 2008, p. 154).

Dando sequência e ampliando as possibilidades interpretativas desse tema proposto, Bauman, na obra *Medo Líquido*, define o medo como “[...] o nome que damos a nossa incerteza: nossa ignorância da ameaça e do que deve ser feito para fazê-la parar ou enfrentá-la, se cessá-la estiver além do nosso alcance” (2008, p. 8). O autor entende que o medo é inerente à nossa espécie e que o ser humano e os animais compartilham essa mesma experiência desde que uma ameaça represente um risco à vida.

O autor classifica o medo como “ubíquo”, cuja onipresença nos acompanha por toda a vida, uma vez que, a todo instante, variadas situações são capazes de nos amedrontar: de uma queda de luz que paralise a atividade de um profissional diante de um computador à perda de um emprego; do temor de que um alimento ingerido cause mal-estar, à expectativa de que um metrô seja atacado por terroristas.

Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno⁶ em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças. A vida inteira é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos (BAUMAN, 2008, p. 15).

Retomando as formulações acerca dos conceitos de violência e de poder, para Arendt, o primeiro distingue-se pelo seu “caráter instrumental”. A aplicação da violência pressupõe atos que “[...] são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (ARENDR, 2009, p. 63).

⁶ Em suas obras, Bauman denomina como líquido-moderna a sociedade dos dias atuais, de intensa transformação, que rompe com as antigas tradições e relações, influenciada pela cibercultura e que põe por terra a previsibilidade do amanhã. O indivíduo torna-se preponderante ao coletivo.

Nem a violência nem o poder são fenômenos naturais, isto é, uma manifestação do processo vital; eles pertencem ao âmbito político dos negócios humanos, cuja qualidade essencialmente humana é garantida pela faculdade do homem para agir, a habilidade para começar algo novo (ARENDR, 2009, p. 103).

Tomando como base a citação de Arendt, entendemos que, no intuito de promover a manutenção desse estado permanente de dominação, é possível afirmar que o regime militar brasileiro se apoiou na constante e repetida utilização dos mecanismos geradores de violência, seja ela expressa fisicamente, através de torturas e agressões, seja por meios verbais e simbólicos, representada por ameaças de perda de emprego e de cerceamento da liberdade de expressão.

Ainda acerca da violência, encontramos em Balandier o entendimento de que a violência é própria da espécie humana, em especial quando se contempla a sua relação com a coletividade. Segundo esse autor, relatos míticos sobre a vitória de grandes heróis geralmente trazem consigo marcas de uma conquista com traços de violência e que, posteriormente, podem ter originado novas formas de poder como fator de ordem. De acordo com seu postulado sobre o tema, é a partir do movimento contínuo entre a ordem e a desordem em uma sociedade que a violência tende a florescer e a manifestar-se.

Tudo parece então se desfazer e se desfaz efetivamente; as hierarquias, o direito e a justiça, a salvaguarda das pessoas e dos bens, a restrição dos valores e do conformismo não mais existem; é o retorno a uma espécie de caos coletivamente vivido (BALANDIER, 1997, p. 208).

No mesmo viés de Balandier (1997), que aponta a violência como uma característica imanente do ser humano, Eco (2000) acredita que sua manifestação tem raízes biológicas, sendo possível ser verificada tanto nos animais irracionais, que usam seus instintos para, por exemplo, demarcar um território ou urinar sempre em dado local, quanto na intolerância de uma criança em relação a outra, buscando impulsivamente apropriar-se de tudo que lhe agrada.

Prossegue o autor afirmando que controlar o impulso da intolerância contra o outro “[...] exige a permanente educação dos adultos” (ECO, 2000, p. 17) como forma de valorizar a doutrina da diferença e permite acrescentar novos olhares e conhecimentos à nossa experiência como humanos.

Dissertando sobre a relação opositória entre as diversas identidades percebidas nos centros urbanos e que ocasionalmente redundam em manifestações de intolerância, Bauman (2009) considera que vivemos em um ambiente altamente *mixofóbico*, ou seja, em que os indivíduos têm medo de se “misturar” e de se confrontarem com a alteridade. Essa tendência de rechaçar o diferente acaba por criar “ilhas de semelhança e identidade”. Como forma de ilustrar o processo de geração de uma “comunidade de iguais”, o autor compara a gênese de um agrupamento formado por indivíduos que optam por viver em uma comunidade de iguais e uma apólice de seguros, que tem como objetivo apontar para uma vida sem maiores riscos e harmônica, embora não seja totalmente capaz de mitigar todos os riscos e efeitos decorrentes da convivência mútua.

A uniformidade do espaço social, sublinhada e acentuada pelo isolamento espacial dos moradores, diminui a tolerância à diferença; e multiplica, assim, as ocasiões de reação mixofóbica, fazendo a vida na cidade parecer mais propensa ao perigo e, portanto, mais angustiante (BAUMAN, 2009, p. 50).

Ao selecionar o acesso a determinados homens e mulheres, com a criação de “guetos voluntários”, pretende-se restringir o acesso àqueles, supostamente privilegiados, que fazem parte de um dado grupo social e não representam ameaças que ousem perturbar a ordem ou invadir a privacidade dos demais que neles estão inseridos.

Bauman (2009) apresenta ressalvas contundentes a essa tese por considerá-la de alto teor segregacional. Para o sociólogo, no lugar de preservar a segurança, o isolamento em nichos habitacionais em pleno cenário urbano resulta no efeito inverso e no acirramento ainda mais cruel das diferenças: pobres x ricos, cidadãos x estrangeiros.

Jodelet reforça o postulado de Bauman (2009) sobre a mixofobia ao ilustrar quão agravante e extremo pode chegar a intolerância com a alteridade. Para autora, o desprezo e a desqualificação do outro podem gerar violência segregacional que “[...] se

caracterizariam por serem elaborações intelectuais de um fantasma de profilaxia” (1998, p. 58). Seria um tipo de tentativa de “purificação” do corpo social, com todos os requisitos para se gerar daí uma “comunidade de racistas”, ao atribuir irracionalmente ao outro o estereótipo de um ser desprezível.

O outro, como “não-eu”, “não-nós”, deve ser afastado ou tornar-se estranho pelas características opostas àquelas que exprimem o que é próprio da identidade. O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior, em termos de tipificação desvalorizante e estereotipada do diferente (JODELET, 1998, p. 51).

Provavelmente influenciado por sua condição de imigrante polonês que vive desde 1971 na Inglaterra, após ter sido expulso de sua própria nação, Bauman propõe, como alternativa à mixofobia nas grandes cidades, a *mixofilia*. Enquanto a primeira pressupõe um ajuntamento de semelhantes, “[...] em companhia de outros como nós” (2009, p. 46), entende-se pela segunda uma resposta que busque a adesão do diferente, do estrangeiro, que torne a “[...] arte de viver pacífica e alegremente com as diferenças e de extrair benefícios dessa variedade na mais importante das aptidões que um cidadão precisa aprender” (BAUMAN, 2009, p. 48).

Enfim, em oposição à uniformidade, Bauman (2009) sugere e recomendada o usufruto de uma diversidade que não seja excludente, que atue de forma a acrescentar, trazendo consigo um rol de oportunidades que premiem uma grande cidade, e, por conseguinte, os seus habitantes e estrangeiros, com os mais variados gostos e vertentes culturais.

Pensar no outro como diferente, seja pela sua cultura, formação, ou até por uma marca física ou biológica, excluindo-o de convívio com um grupo e rotulando-o como alguém diferente, é, para a antropóloga Françoise Hérities, demonstrar plena intolerância a um sujeito que, assim como aquele que o rejeita, tem uma origem distinta e é submetido a convenções culturais diferenciadas. “Pois se o outro é diferente por sua cultura, ele é semelhante a mim, se levamos em conta justamente a lógica das invariantes” (2000, p. 27).

A autora formula uma tese que visa a promover uma explicação acerca da intolerância dos indivíduos em relação àqueles considerados diferentes:

Um arraigado mecanismo da intolerância e do racismo, inerente à questão da pureza do sangue, consiste na convicção de que os outros não pensam, não sentem, não reagem como nós (qualquer que seja esse “nós”), que nos consideramos a essência da humanidade e da civilização (HÉRITIER, 2000, p. 24).

A autora francesa credita a intolerância ao pensamento dos indivíduos e de certos agrupamentos que se sentem ameaçados por aquilo e aqueles que não fazem parte de sua formação identitária.

A intolerância é sempre, essencialmente, a expressão de uma vontade de assegurar a coesão daquilo que é considerado como que saído de Si, idêntico a si, que destrói tudo o que se opõe a essa proeminência absoluta. Não se trata, jamais, de um mero acidente de percurso: existe uma lógica da intolerância. Ela serve aos interesses que se julgam ameaçados (HÉRITIER, 2000, p. 24).

Gilvan Silva (2004) nos orienta que alocar e diferenciar os sujeitos entre os que fazem parte de um agrupamento dominante e excludente são partes constituintes de uma estratégia de poder “[...] que visa a colocar um grupo que evoca direitos de propriedade sobre um determinado bem simbólico em situação favorável diante de um grupo rival, acusado perpetrar um ‘roubo’” (SILVA, 2004, p. 23).

Polarizar as identidades em setores distintos, que criem uma relação hierárquica de poder, sinalizando um adversário comum a ser enfrentado, gera a alteridade, ou seja, um comportamento reprovável, exótico e não adaptado. O que não é padrão pode interferir na preservação da ordem, ameaçando, assim, a relação de poder.

O sociólogo alemão Norbert Elias (2000) avança na tese de diferenciação entre uma classe que detém o poder e outra que é dominada, chamando-as de estabelecidos e *outsiders*, respectivamente. Para o autor, a geração de posições antagônicas e instáveis de poder pressupõe a estigmatização dos grupos em pólos opostos a fim da preservação das identidades de determinado nicho. Enquanto aos estabelecidos, detentores de um

pretensão poder, são atribuídas características humanas tidas como superiores e de moral elevada, aos *outsiders* cabem rótulos opressores, como seres “inumanos” e de “valor humano inferior”.

Os grupos estabelecidos que dispõem de uma grande margem de poder tendem a vivenciar seus grupos outsiders não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos estabelecidos), mas também como não sendo particularmente limpos (ELIAS, 2000, p. 29).

Ainda segundo Elias (2000), nomear reiterada e constantemente dado grupo com rótulos que o classifiquem como inferior, desqualificando-o, é uma das estratégias utilizadas pela suposta classe mais poderosa a fim de atingir a autoimagem e visando a promover um sentimento de desonra grupal. Esse processo de estigmatização inclui a recomendação de que se evite o contato intergrupal, ou seja, do estabelecido com o *outsider* e vice-versa, sob pena de poder ser apontado como um transgressor.

O tabu em torno desses contatos era mantido através de meios de controle social como a fofoca elogiosa (*praise gossip*), no que caso dos que o observavam, e a ameaça de fofocas depreciativas (*blame gossip*) contra os suspeitos de transgressão (ELIAS, 2000, p. 20).

Essa prática de distinção e manutenção de posições sedimentadas e de restrita movimentação social estudada por Elias (2000) encontra eco na teoria da mixofobia proposta por Bauman (2009), que a entende como a compulsão que indivíduos de certas comunidades têm em se agrupar a partir de características de semelhanças, que contemplem uma mesma origem, formação educacional, perfil econômico e até atuação profissional.

Desta feita, o regime militar, desde a sua ascensão ao poder, não tardou a apontar aqueles cujo comportamento era intolerável e poderiam tornar-se vítimas de ações violentas: brasileiros simpatizantes do ex-presidente deposto João Goulart ou que desempenhavam importantes funções em seu governo. Podemos incluir também no rol de inimigos os sindicalistas, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, professores universitários e até certos oficiais graduados nas Forças Armadas.

A atuação do governo militar, nesse sentido, foi de intolerância total, buscando expurgar as forças contrárias: promoveu prisões, torturas, pressionou empresas a demitirem funcionários “inconvenientes” ao regime. Ou seja, cuidava de excluí-los de qualquer participação mais ativa do contexto político-ideológico vigente do período (SMITH, 2000, MARCONI, 1980).

Michelle Perrot (2000), ao refletir sobre o tema intolerância, demonstra como é possível a alternância de pontos de vista entre quem são as vítimas e os algozes. Segundo a historiadora, intolerável não é ter uma oposição declarada e combatente, mas sim a condição humana dos excluídos e eliminados de um processo, cuja destinação parece conduzir a uma suposta invisibilidade na sociedade, além de não poderem exercer a liberdade de expressão e atuação. Para a autora, as vítimas recebem tratamento digno de “[...] prisioneiros cujo encarceramento cria uma zona de não-direito, reduzidos, portanto, à abjeção, quando não sujeitas à tortura” (2000, p. 111).

O Estado, segundo Padrós, tem como função principal prover uma estrutura necessária que impeça um confronto deliberado entre classes sociais antagônicas, ou seja, “[...] como uma estrutura de contenção e de conservação dos limites da ordem” (2008, p. 150). Como organismo político, ele deveria moderar e servir como árbitro diante das contradições sociais. Caberia, inclusive, ao Estado o monopólio de agir com violência em situações que primem pela segurança coletiva ou quando se configura um perigo extremo, como a invasão do território. A questão que se coloca é “[...] quando essa intervenção estatal é direcionada contra setores sociais que questionam a ordem social” (PADRÓS, 2008, p. 151). Investido de uma suposta legitimidade, o Estado age como se estivesse representando os reais interesses da nação, camuflando, destarte, que, na verdade, está atuando a favor da proteção dos desejos da classe dominante.

O recurso ao terror de Estado e a intensidade da sua implementação estão diretamente relacionados à dimensão da percepção da ameaça a que se vêem expostos os setores dominantes, ante o questionamento popular do sistema de legitimidade em que se tem fundamentado a dominação de classe (PADRÓS, 2008, p. 153).

Percebe-se aí um movimento intenso por parte do governo brasileiro, no pós-64, de propagar através dos recursos midiáticos (veículos impressos e audiovisuais, como jornais, revistas, rádios e televisão) um repertório imagético e simbólico sobre o seu plano de ação, supostamente visando à coletividade, imputando a si a responsabilidade de conduzir o país a um panorama político, econômico e social mais estável e em segurança. Vale destacar que todo esse aparato de produção de conteúdo nas mídias visando a colaborar com a geração de uma imagem mais positiva, buscava também isolar e eliminar via violência os focos de oposição.

Martelavam-se slogans otimistas, animando, encorajando, em mensagens positivas e ufanistas: Pra frente, Brasil; Brasil, terra de oportunidades; Brasil, potência emergente. Para os que discordavam, a porta de saída: Brasil, ame-o ou deixe-o (REIS, 2005, p. 56).

Baseados na citação anterior de Daniel Aarão Reis, gostaríamos de analisar brevemente, porém sob um prisma que contemple e capture o contexto do período ditatorial, o último slogan da ditadura: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Segundo o trecho escrito por Reis (2005), fica latente que a intenção dos idealizadores dessa mensagem era direcioná-la àqueles que “discordavam”, que, no nosso entender, tratava-se do grupo que empreendia oposição mais militante ao regime, questionando a sua configuração, arbitrariedades e formas de agir. Ou seja, esse slogan colocava em situações opostas os aderentes ao governo, que deveriam não só apoiá-lo, mas também celebrá-lo e amá-lo, e os subversivos, inimigos do regime, rotulados de não patriotas, que, por assim agirem, deveriam ser submetidos a toda forma de intolerância, por “tumularem a ordem nacional”. Se tomarmos como base Bauman (2009), uma manifesta declaração mixofóbica. Se nos fudamentarmos por Elias (2000), uma evidente divisão entre estabelecidos (aderentes ao regime) e *outsiders* (oposição e os não-apoiadores do movimento golpista).

No que concerne à produção de imagens por parte de uma instituição, no caso deste estudo, o governo brasileiro, entre 1964 e 1985, vale a observação de Ansart (1978), que diz que não existe “opinião pública” gerada de forma uniforme e homogênea. Ela é engendrada, forjada, modelada por intelectuais e ideólogos de determinada instituição e,

posteriormente, difundida pelos meios de comunicação com o intuito de produzir discursos e sentidos favoráveis a si própria.

É preciso, portanto, inverter a problemática: não ver na instituição uma simples reprodução ideal de uma vontade geral, mas, pelo contrário, ver na instituição um lugar de produção de um tipo de linguagem política e um lugar eminente de inculcações. De fato, toda instituição (exército, Igreja, sistema judiciário, partido político, sindicato) é um local de discursos e só pode realizar suas finalidades organizando uma estrutura de sentido. Para que seja realizada a adaptação das práticas às finalidades (preparar a guerra, propagar a fé, escolher sanções, persuadir) é preciso que os fins sejam proclamados, conhecidos e que os meios tenham relações inteligíveis com os fins (ANSART, 1978, p. 89).

Os militares brasileiros atribuíam, de fato, muita importância aos meios de comunicação social como uma forma de tentar influenciar a opinião pública, que, por sua vez, também recebia informações da própria sociedade sobre as arbitrariedades cometidas pela ditadura imposta. Vale lembrar a importância dada ao controle e ao cerceamento do conteúdo editorial emitido pelos vários veículos. Instaurou-se a censura a rádios, jornais, revistas, emissoras de televisão, além de monitoramento de diversas possibilidades de manifestação artística, como cinema, teatro e produções musicais.

Os ideólogos do regime sabiam que era importante criar, por meio da mídia, uma imagem positiva do Brasil, uma vez que, segundo Fico (1997), o movimento militar gradativamente foi se tornando impopular aos olhos da sociedade. As propagandas oficiais elaboradas e divulgadas tentavam camuflar a situação amplamente contraditória que o país vivia: “Por um lado, precisavam afirmar valores ‘positivos’, ‘moralizantes’, ‘verdadeiros’ no sentido de que eram eticamente superiores; por outro, tinham de conviver com o regime autoritário, com a censura, as perseguições políticas etc.” (FICO, 1997, p. 95).

Com base em Arendt (1989), é possível compreender que o uso maciço da propaganda não foi uma prática exclusiva do regime ditatorial brasileiro; ao contrário, é um expediente comum dos governos totalitários. A autora explica que pelo fato de os regimes totalitários estarem inseridos em um mundo basicamente não totalitário, a utilização da propaganda tem como objetivo mostrar imagens positivas do período

vivenciado, buscando, assim, a legitimação e o apoio renovado e constante da população. No entanto, Arendt alerta que, embora divulguem a ideologia da classe dirigente, as peças publicitárias são elaboradas visando à adesão de uma população “não totalitária” ou até de outras localidades fora dos limites fronteiriços de um país.

Mas essa propaganda é sempre dirigida a um público de fora – sejam as camadas não-totalitárias da população do próprio país, sem os países não totalitários do exterior. Essa área externa à qual a propaganda totalitária dirige o seu apelo pode variar grandemente; mesmo depois da tomada do poder, a propaganda totalitária pode ainda dirigir-se àqueles segmentos da própria população cuja coordenação não foi seguida de doutrinação suficiente (ARENDR, 1989, p. 391).

No capítulo seguinte deste estudo, trataremos mais atentamente da utilização da imprensa e da publicidade como forma de influenciar e mobilizar a população. Abordaremos como se procedeu a relação do governo militar com a difusão de informações no Brasil, sobretudo no que se refere à prática ostensiva e abrutalhada da censura, que além de atingir os veículos de divulgação jornalística, fez da atividade publicitária uma outra vítima. Bem menos comentada do que a do jornalismo, cujas sequelas e impactos serão mais bem explorados e problematizados, houve também a censura à publicidade por meio de vetos, restrições e direcionamento de certos anúncios que traziam algum tipo de conteúdo indesejado pelo regime.

3 A CENSURA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

É inegável que um dos traços mais marcantes do período que corresponde ao regime militar no Brasil refere-se à censura. Mattos (2005) comenta que controlar as formas de difusão de informação costuma ser o primeiro passo de muitos governantes no intuito de elevar dada autoridade política. Não obstante ter sido desempenhada com mãos de ferro pelos militares brasileiros, essa prática de imposição de poder tem sido exercida há séculos, por religiosos, reis e imperadores.

Mattos (2005) nos oferece, em sua obra *Mídia controlada*, um prolífico panorama acerca da origem e da história mundial da censura. O autor, promovendo um considerável recuo no tempo, menciona que, a partir do advento da imprensa, desenvolvida por Johannes Gutenberg, no século XV, e que possibilitou a reprodução gráfica do primeiro livro do planeta, a Bíblia, o cerceamento da liberdade de expressão já se fazia presente.

Na verdade, o ato de censurar é tão antigo quanto a divulgação de idéias. O controle dos meios de difusão de idéias sempre existiu e a história registra, ao longo dos séculos, sob a tutela de regimes totalitários ou democráticos, como os governantes têm tentado sufocar por meio da censura, o esforço de comunicação. No Velho Testamento, por exemplo, pode ser encontrado indicações sobre o que “não deve ser publicado nas ruas de Askelon” (MATTOS, 2005, p. 46).

Mattos (2005) observa que, no período entendido como Idade Média, a censura atingia o período de apogeu. Graças à aliança entre o Estado e a Igreja, severas restrições eram impostas à população a fim de limitar a propagação das ideias. Mais uma vez citando Gutenberg e a imprensa, que permitiu a reprodução em maior escala de materiais gráficos, o autor comenta que como “[...] um panfleto podia ser multiplicado, tanto a Igreja como o Estado passaram a proibir tudo o que não tivesse passado antes pelo crivo da censura. Em 1482, a Igreja emitiu os primeiros editais de censura” (MATTOS, 2005, p. 47).

Em sua pesquisa empreendida sobre essa temática, Mattos (2005) mostra de forma simplificada, porém representativa, como se deu o processo de censura em alguns países

na Europa. Na Holanda, no ano de 1642, por exemplo, uma obra do filósofo francês René Descartes foi proibida de circular. Somente após 363 anos, ou seja, em 2005, a Universidade de Utrecht permitiu que o material voltasse a ser disponibilizado para a comunidade acadêmica. O motivo de tal proibição recaí sobre as relações conturbadas entre Descartes e sua teoria cartesiana, que preconizava a valorização do pensamento racional, e as universidades holandesas.

A Inglaterra, onde o controle da imprensa e da difusão da informação eram exercidos pelo Parlamento, foi o primeiro Estado a romper com a prática do cerceamento da liberdade de expressão, abolindo a censura em definitivo em 1695, logo após a derrocada e queda da dinastia dos Stuarts (MATTOS, 2005).

A Revolução Francesa, em 1789, também deixou como legado a derrubada da censura, através da publicação da Declaração dos Direitos Humanos, que reconhecia a plena liberdade de expressão de imprensa. Em 1872, essa conquista ganhava *status* de lei publicada (MATTOS, 2005).

Na Alemanha, a consolidação da liberdade de expressão plena somente se configurou a partir de conquistas e perdas. Em 1848, o país proclamou na Constituição o direito de livre expressão do pensamento. No entanto, em 1933, cinco dias após Hitler assumir o poder, os nazistas instituíram a censura, outorgando ao Estado a autorização oficial para decidir o que poderia ser publicado ou não. Houve perseguição e brutalidade contra jornalistas e editores considerados suspeitos ao regime. A liberdade de imprensa só retornou em 1949, quando foi promulgada pela Constituição, quatro anos após o fim da Segunda Guerra Mundial (MATTOS, 2005).

Apesar desse cenário de conquistas relativas à manifestação do livre pensar apresentado nos exemplos anteriores, Mattos (2005) ressalva que, ainda nos tempos atuais, em diversos países tanto da Europa, quanto da Ásia e América, a censura foi (e é) um mecanismo presente de imposição do autoritarismo e de arbitrário cerceamento da liberdade nas sociedades.

Durante o século XX, em virtude da proliferação de regimes autoritários, principalmente em países menos desenvolvidos, a censura foi exercida em todas as suas formas e de modo violento. Foi também em nome do socialismo que países que integraram o bloco socialista, como a ex-União Soviética, a China e Cuba, adotaram a censura como norma coercitiva (MATTOS, 2005, p. 49).

Embora a face mais emblemática da censura instaurada no Brasil corresponda aos anos submetidos ao regime militar (1964 a 1985), autores como Aquino (1999) e Mattos (2005) observam que desde o início do século XV, período referente à colonização do Brasil pelos portugueses, era possível perceber indícios das primeiras tentativas de cerceamento da liberdade de expressão. “Já em 1547, o cardeal Dom Henrique baixava o índice português, que proibia, entre outros, sete autos de Gil Vicente. Por meio daquele documento, o religioso se constituía na autoridade máxima” (MATTOS, 2005, p. 99).

Mattos (2005), a seguir, apresenta-nos uma cronologia das mais representativas intervenções do Estado na busca de interditar e proibir a produção intelectual na sociedade brasileira. Em 1706, no Recife, houve o confisco, por parte do governo português, de uma máquina tipográfica que funcionava clandestinamente reproduzindo orações.

Em 1747, no Rio de Janeiro, foi fechada uma minigráfica que havia sido instalada com o intuito de imprimir livros e papéis avulsos. O autor explica que impedir a criação de unidades gráficas no Brasil contribuiria para manter incontestado o poder absolutista dos reis portugueses.

Com a chegada de Dom João, em 1808, foram dados os primeiros passos para a edificação de uma imprensa nacional. No entanto, isso foi feito sob a tutela do Estado e com a vigilância de censores, indicados pelo próprio regime monárquico, que impôs severas restrições no que tange à exibição de conteúdos editoriais que tratassem de assuntos como religião, governo e bons costumes (SMITH, 2000).

Smith explica que com a chegada da corte real, o Estado imputou a si a legitimação do que poderia ou não ser divulgado, alegando que os jornais, por meio de suas matérias,

poderiam apregoar “maledicências”, além de enganar o “povo simples e ignorante”. “Resta saber se o Estado está cerceando a imprensa numa tentativa genuína de proteger os simples ou cerceando os simples ao negar-lhes informação e um foro para suas opiniões” (SMITH, 2000, p. 22). Essa mesma autora prossegue na discussão dessa temática e lança sua conclusão acerca desse posicionamento restritivo do Estado em relação à imprensa: “Em vez de educar os simples ou debater com a imprensa, o Estado destrói ou castiga o crítico” (SMITH, 2000, p. 22).

Digna de nota é a experiência do jornal *Correio Braziliense*. Fundado em 1808 por Hipólito Costa, foi o primeiro jornal voltado para o público brasileiro que, na sua origem, não esteve submetido à censura portuguesa. Isso se explica pelo fato de o veículo ter sido produzido e montado em Londres, na Inglaterra. De periodicidade mensal, circulou no país durante 14 anos, abordando prioritariamente temáticas relativas à produção literária, política e desenvolvimento da ciência.

Apesar de ser elaborado no continente europeu, a muitas milhas marítimas do território brasileiro, o jornal *Correio Braziliense* também foi vítima da censura. Em março de 1809, a publicação de uma reportagem criticando a corte portuguesa no Rio de Janeiro resultou na primeira proibição de circulação de um jornal e apreensão de exemplares no país. “Com esse ato, foi implantado no Brasil o veto à crítica, além da censura existente” (MATTOS, 2005, p. 100).

Conforme nos traz Mattos, a constituição de 1824, outorgada por Dom Pedro I, retirava temporariamente a censura das publicações brasileiras, porém com ressalvas, conforme o inciso 4º do artigo 179, que estabelece que

[...] todos podem comunicar seus pensamentos por palavras, escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam que responder pelos abusos que cometerem no exercício desse direito, nos casos e pela forma que a lei determina (MATTOS, 2005, p. 102).

Porém, essa suposta liberdade de produção intelectual durou somente até o fim do Império. Com a proclamação da República, em 1897, o governo baixou um decreto

imputando a si a autonomia de autorizar ou proibir a montagem de espetáculos artísticos e diversões públicas. A censura voltava a ser exercida (MATTOS, 2005).

Na era Vargas (1930 a 1945), houve o recrudescimento e uma maior imposição da censura à imprensa e às atividades culturais e artísticas (MATTOS, 2005). No período que teve Getúlio Vargas como presidente do Brasil, várias ações caracterizaram o retorno da censura controlando com mãos de ferro a vários setores da sociedade. Dentre as consequências diretas dessa nova relação do Estado com a imprensa, Smith (2000) cita a destruição de várias sedes e a vigilância constante dos profissionais do jornalismo. Em 1934, foi instituída a Nova Lei de Imprensa, que permitia que a polícia, sem a necessidade de um mandado judicial, apreendesse veículos que divulgassem conteúdos contrários ao posicionamento desejado pelo governo.

Em 1939, foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Barbosa (2007) nos informa que a função primária do departamento era divulgar e enaltecer os feitos da gestão do presidente Getúlio Vargas. A história do referido governante e as realizações do mandatário apareciam constantemente ilustradas nos formatos de panfletos, cartazes, artigos, fotografias, livros, “[...] entre uma gama enorme de iniciativas em louvor do chefe do Estado Novo: sua imagem encarna o regime e todas as suas realizações” (BARBOSA, 2007, p. 119).

Sendo assim, o DIP cuidava não só da construção da imagem de Getúlio Vargas, como também impunha censura e sanções aos veículos que noticiassem informações contrárias ao presidente. Uma das modalidades de controle da informação que cabiam ao DIP dizia respeito à concessão do registro que permitia a livre atuação dos veículos de comunicação e dos jornalistas que neles atuavam. Na prática, o registro estava condicionado a uma aceitação ou não da proposta ideológica e propagandística proposta pelo DIP. Como resultado dessa implementação, mais de 300 revistas e 400 jornais tiveram sua solicitação de registro negada (BARBOSA, 2007).

Diretamente subordinado à presidência, o DIP incumbia-se também de expedir licenças para a obtenção de papel para os veículos impressos. Com o intuito evidente de impor barreiras burocráticas à imprensa que criticava o governo Vargas, o DIP negou os

pedidos de solicitação de papel de mais 60 jornais, o que redundou no fechamento desses veículos (BARBOSA, 2007).

Não à toa, Mattos classifica o DIP como um “[...] órgão corruptor, pois distribuía verbas a profissionais e a veículos de comunicação” (2005, p. 105). Mattos ainda complementa essa reflexão sobre o DIP afirmando que inúmeros são os casos de jornalistas e jornais que se corromperam e enriqueceram. Smith (2000) alinha-se a essa tese ao narrar que a pressão para se corromper era tamanha, que rejeitar as ofertas, agir com honestidade e não aceitar os subornos era praticamente tarefa de heroísmo.

Outra medida implementada pela gestão do DIP e de fundamental relevância para a compreensão da censura no período ditatorial comandado pelos militares no Brasil diz respeito à presença de “fiscais” (eufemismo do que será visto adiante sobre o papel do censor) nos jornais, a fim de aprovar ou não as matérias que estavam sendo produzidas.

Não somente os grandes veículos de comunicação sentiram o peso das imposições e determinações propostas pelo DIP, a imprensa alternativa e, sobretudo, a com inclinações ideológicas marxistas e comunistas também foi vítima de ações censoras. Entre as medidas impostas pelo DIP com o intuito de limitar a atuação da imprensa simpatizante do socialismo, destacam-se a proibição de que fosse veiculado qualquer tipo de material publicitário que aludisse à questão de raças e classes, “[...] visando nitidamente à divulgação das idéias marxistas difundidas pelo Partido Comunista Brasileiro, que havia sido proscrito pela Assembléia Nacional Constituinte” (MATTOS, 2005, p. 109), bem como o risco de ser submetido a um empastelamento, ou seja, interferência e retaliação na produção de notícias de um dado veículo de comunicação.

O ato de empastelar um jornal, por exemplo, pode ser materializado de inúmeras formas, como através da invasão de indivíduos ligados ao governo ou de um grupo que detém significativo poder à redação e à gráfica. Eles destruíam o maquinário e outros equipamentos, além de intimidar e ameaçar os funcionários. Outra possibilidade é a apreensão do material que seria posto em circulação. Há, todavia, casos mais drásticos, como incêndios propositadamente provocados em sedes de veículos de comunicação.

Acerca da intromissão e interferência do DIP na produção de informações, Smith (2000) nos relata que eram inúmeros os casos de suborno e corrupção entre jornalistas e empresários proprietários de jornais para que eles divulgassem conteúdos editoriais alinhados ao governo. A autora nos conta que jornais e profissionais que atuavam nos veículos recebiam “contribuições” mensais, “[...] cujo montante variava conforme sua influência e circulação” (SMITH, 2000, p. 26).

O jornalista e historiador Walfrido Moraes, em relato a Mattos, resume como se deu a relação entre a imprensa brasileira e órgãos censores, do período colonial, passando pela Primeira República, até fins do século XX:

Desde os seus primórdios, à imprensa brasileira sempre se ofereceram duas opções: ou fazer o jogo dos poderosos e viver à sombra dos governos autoritários, ou se expor quando independente, a todos os perigos diretos ou indiretos ameaçadores de sua sobrevivência. Foi assim no período colonial. Foi assim no Império. E por mais contraditório que pareça, ao longo da Primeira República, quando deveríamos começar a desfrutar dos privilégios das franquias democráticas, todos os períodos governamentais, sem exceção, foram marcados por fases de “estado de sítio”, que somados representaram 1.579 dias de arbítrio com a suspensão dos direitos individuais, cujos reflexos imediatos se consubstanciaram na mais ferocíssima censura aos meios de comunicação (MATTOS, 2005, p. 102-103).

Contudo, é na prática da censura durante o regime militar, no período correspondente a 1964-1985, em especial aos Anos de Chumbo (1968-1974), que pretendemos nos debruçar neste estudo de forma mais atenta às fontes.

Imediatamente após a tomada do poder e a deposição do ex-presidente João Goulart, em abril de 1964, houve uma preocupação imediata dos militares com os setores ligados à informação veiculada aos cidadãos. “Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, de suas próprias condições de vida” (AQUINO, 1999, p. 15).

Smith (2000) alerta que, em um primeiro momento, quando ainda se articulava e ensejava a deposição de Jango e suas propaladas “Reformas de Base”, boa parte da grande imprensa, junto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e setores da

classe média e alta, apoiou o golpe militar e a posterior instauração do regime autoritário. No entanto, após a tomada do poder, os holofotes viraram-se contra a própria imprensa, que passou a ser vigiada constante, atenta e, muitas vezes, brutalmente.

Barbosa (2007), ao dissertar sobre a relação entre o Estado e os veículos de comunicação no regime militar, relata que o controle e o monitoramento férreo da atuação da imprensa brasileira (e dos jornalistas, tanto no âmbito pessoal, quanto profissional) deixaram sequelas no que tange à atuação do jornalista e o seu ofício de divulgar informações.

Esse silêncio vai produzir drástica alteração no conteúdo dos jornais diários, uma vez que terão de abandonar gradativamente o papel de amplificadores e, muitas vezes, construtores desses enredos, afastando-se dos protagonistas e deixando de ser eles mesmos personagens do campo político (BARBOSA, 2007, p. 175).

O papel de contestadores exercido pela imprensa passa, então, a ser “contestado” pelo novo regime.

Boa parte de imprensa, incluindo aquela que havia participado ativamente do golpe, passou a repudiar e a criticar a ação dos militares. Um exemplo representativo e emblemático, citado por autores como Aquino (1999), Moraes (2007), Smith (2000) e Barbosa (2007), ocorreu com o jornal carioca *Correio da Manhã*. O referido veículo foi um dos primeiros a se posicionar a favor do golpe, assumindo uma postura contrária à política nacionalista do presidente João Goulart. O *Correio da Manhã* chegou a veicular, em letras garrafais e bem chamativas, nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, as manchetes “Basta!” e “Fora!”, que faziam alusão à perda de paciência com Jango.

Porém, no dia 3 de abril de 1964, apenas dois dias depois de consumado o golpe, em virtude de uma ação empreendida pela polícia da Guanabara, o *Correio da Manhã* voltou suas cargas contra o então governador Carlos Lacerda, ao reclamar da violência empreendida em uma ação. A manchete do jornal era “Terrorismo, não!”. Tinha início ali uma relação de clara oposição entre veículo e governo, tanto federal, quanto

estadual. O regime, por sua vez, passou a impor uma série de sanções ao jornal: apreensão de exemplares que trouxessem matérias consideradas contrárias à imagem dos militares, asfixia financeira, não-concessão de empréstimos, desautorização da veiculação de anúncios ligados ao governo ou a órgãos públicos, e planejamento e execução de invasões e ataques à bomba à sede do veículo de comunicação.

Quanto mencionado atentado à bomba, ocorrido na agência de classificados do *Correio da Manhã*, verificamos no relato do jornalista Pery Cotta pistas de que foi estrategicamente elaborado visando não só a ameaçar e intimidar a diretoria e os repórteres, mas também a inibir os pequenos e médios anunciantes a entrar na sede do jornal e continuar utilizando suas páginas a fim de divulgar produtos e serviços aos leitores.

Com a bomba na agência de classificados, as pessoas naturalmente tiveram medo de entrar em qualquer uma delas, e o movimento de pequenos anúncios caiu consideravelmente. [...] O jornal, que tinha perdido os grandes anunciantes, via reduzir-se o volume de pequenos anúncios e, ao mesmo tempo era obrigado a segurar a triagem, para não suicidar-se financeiramente (COTTA, 1997, p. 61).

A represália era intensa. Conforme nos mostra detalhadamente Barbosa (2007), em 1969, a proprietária do *Correio da Manhã*, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, ficou presa durante 70 dias, sendo que em 23 esteve em total incomunicabilidade. Em editorial do dia 11 de setembro de 1969, na primeira página, Bittencourt apresentou, em uma breve cronologia, quão difícil era o cotidiano da imprensa que não estivesse alinhada ideologicamente com o regime militar e como as inúmeras restrições à atuação profissional desencadearam nela o desejo de arrendar o *Correio da Manhã*.

Para inventariar os fatos mais recentes e significativos recordarei que no dia 7 de setembro de 1968, uma bomba de alto teor explosivo foi atirada contra a nossa agência [...] A 13 do mesmo mês, tivemos a redação invadida por policiais, de metralhadoras e revólveres, para prenderem não a mim, mas ao nosso diretor-superintendente e redator chefe Osvaldo Peralva, e que só foi posto em liberdade no dia 28. Em 7 de janeiro de 1969, toda a edição do *Correio da Manhã* foi apreendida, antes mesmo de ser integralmente impressa, e todos nós fomos arrastados ao cárcere, ficando ainda a Casa submetida ao regime de terror. A 16 de fevereiro o jornal teve sua circulação suspensa por 5 dias, enquanto a nossa sede, escritórios, agências e

oficinas gráficas – que imprimiam outros jornais – foram interditados pela polícia. A 12 de março, em decorrência de todos esses fatos, a Empresa era compelida a pedir concordata preventiva, a fim de evitar o pior, que seria a falência (BARBOSA, 2007, p. 191).

Em decorrência das inúmeras dificuldades financeiras acumuladas, crise administrativa e pressão do governo militar, o jornal *Correio da Manhã* fechou suas portas definitivamente no dia 7 de junho de 1974.

A relação entre a imprensa e o Estado sempre teve seus altos e baixos. Vale lembrar que, não obstante colocar-se como um ator social que desempenha um importante papel na geração e reprodução de informação na e para a sociedade, a grande maioria dos veículos de comunicação no Brasil é composta por grupos empresariais privados com objetivos prioritariamente financeiros. Smith adverte que, em relação aos jornais, “[...] sua meta é expandir as vendas e as receitas da publicidade, manter os custos baixos e melhorar a produtividade, aumentando seu patrimônio líquido” (2000, p. 20).

No campo econômico e a fim de implementar um crescimento tanto de âmbito econômico, quanto de incremento de sua estrutura, a imprensa tem recorrido ao constante apoio do Estado, seja na forma de empréstimos, licenças para importação de equipamentos gráficos e de papel, seja pleiteando anúncios publicitários de órgãos e secretarias da esfera estadual e federal. Daí decorre a dependência econômica da imprensa com o Estado (SMITH, 2000).

Outro fator apontado por Smith (2000) que demonstra a relação de poder desigual entre imprensa e Estado diz respeito às concessões de meios de comunicação eletrônicos, como TV e rádio. Caso um proprietário de uma revista ou jornal desejasse ampliar o seu potencial comunicacional obtendo uma estação de rádio ou TV, necessitaria obrigatoriamente de uma concessão do Estado. Essa liberação para explorar um canal de televisão ou uma frequência de rádio teria validade determinada, sendo renovada ou não segundo interesses de quem a concede, ou seja, o Estado. Não é preciso uma reflexão mais atenta para entender que se posicionar contrariamente ao regime incorreria na possibilidade de não obter a renovação na concessão.

O Estado, por sua vez, sempre compreendeu bem a relevância da propagação de informações via imprensa como mobilizadora e influenciadora da sociedade. Isso se reflete nos inúmeros esforços para manter uma relação bem aproximada com a atividade jornalística, ora concedendo vantagens de ordem econômica, como empréstimos e encaminhamento de materiais publicitários, ora intervindo na produção do conteúdo, por exemplo, através da apreensão de jornais em circulação, instaurando a censura ou, então, vistoriando com afincado e detalhamento exagerado o balanço contábil dessas empresas de comunicação, objetivando encontrar indícios de sonegação fiscal e até comprovações de impostos não recolhidos (SMITH, 2000).

Acerca dessa preocupação e atenção dedicada pelo Estado à imprensa, Smith discursa:

No âmbito político, é público e notório que o Estado também tem se envolvido com a imprensa, inclusive através da censura direta, recusa de liberar informações, rigorosas leis de imprensa, perseguição ou bajulação, criação de departamentos de propaganda, suborno de editorialistas e disseminação de notícias enganosas (2000, p. 21).

Barbosa nos oferece um panorama sobre como o Estado pensava o papel da imprensa. “A popularidade dos meios de comunicação, portanto, é essencial [...] para a construção de um pensamento único num regime de ausência de democracia no plano político e onde vigora o controle rigoroso da sociedade política em relação à sociedade civil” (2007, p. 180).

Nesse contexto em que os militares buscavam calar todo foco de oposição, questionamentos e/ou polêmicas que se levantavam contra eles, “direcionar” a produção das informações via imprensa, através da divulgação de matérias e reportagens favoráveis que revelassem os grandes feitos de uma gestão, sobretudo os benefícios da industrialização e modernização, tornou-se fundamental para a manutenção do próprio regime, além de intentar colaborar para a instituição de uma ordem que silenciase a sociedade civil.

Num cenário em que a imprensa desempenha papel decisivo na construção do debate político, há que apartar das publicações esse tipo de conteúdo, alijando o grande personagem até então existente nos jornais – a polêmica – das publicações. O mote da modernização e da inclusão dos periódicos num tempo de modernidade é, portanto,

fundamental para a sua adaptação num cenário de controle e pressões (BARBOSA, 2007, p. 180).

Marconi (1980) afirma que, apesar da imposição das modalidades de censura, em determinadas situações, havia o desejo do próprio governo de que a imprensa noticiasse uma matéria que era de seu exclusivo interesse. Como exemplo, menciona que em janeiro de 1971, a Polícia Federal havia solicitado a órgãos de imprensa que não só divulgassem, como também dessem considerável destaque a uma frase proferida pelo cardeal D. Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre: “Não cabe à Igreja opinar sobre a política econômica”. Segundo o autor, tratava-se de uma evidente resposta a religiosos nordestinos que haviam redigido um manifesto intitulado “Eu ouvi os clamores do meu povo”. Esse documento, acrescenta, havia sido censurado e proibido de circular pelos militares, por trazer em seu conteúdo críticas declaradas ao chamado “milagre econômico”, ao sistema capitalista, à ditadura, às constantes torturas, à censura e aos assassinatos.

No capítulo seguinte desta dissertação refletiremos acerca da relação entre censura e poder no jornal *O Diário*, que circulou entre 1955 e 1980 no Espírito Santo, e teremos evidenciadas situações em que se configurou não somente o exercício da censura na publicação, como também solicitações para que fossem veiculadas várias matérias jornalísticas de interesse dos militares.

Em que pese à necessidade e o desejo de utilizar os veículos de comunicação para divulgar notícias que fossem favoráveis ao regime militar, a dependência da imprensa em relação ao Estado, sem dúvida, era proporcionalmente maior. A retaliação era truculenta e sem diálogo, caso a imprensa não se alinhasse ideologicamente conforme os desejos dos governantes. Ousar noticiar algo prescrito como proibido poderia incorrer em inúmeras sanções, que passavam desde ameaças de violência física à própria sobrevivência do veículo de comunicação. Configurava-se, dessa forma, uma relação de poder extremamente desigual.

Marconi (1980) argumenta que, devido ao clima de tensão e instabilidade, muitos jornais e emissoras de rádio entraram no jogo do governo, preferindo calarem-se para a veiculação de determinados assuntos previstos na cartilha de temas proibidos a manter a

integridade tanto das empresas, quanto das pessoas que compunham os quadros funcionais.

Foi graças à terminante proibição de certos assuntos, e a esta manipulação, que a quase totalidade da imprensa brasileira aceitou pacificamente que os governos revolucionários, adeptos da censura, conseguiram (sic) anestesiar a opinião pública, fazer um “milagre econômico” e esconder o seu caráter sanguinário que somente nestes últimos tempos está começando a ser desmascarado (1980, p. 52).

Conforme a citação anterior de Marconi (1980), que destaca que “a quase totalidade da imprensa brasileira aceitou pacificamente” os ditames impostos pelo governo militar, convém mencionar um dos veículos que se insurgiu contra o cerceamento da liberdade à imprensa.

Fundado no Rio de Janeiro, em 1972, em um período caracterizado como um dos mais repressores dos 21 anos do regime militar brasileiro, cujo presidente era o general Emílio Garrastazu Médici, o jornal *Opinião* enfrentou forte oposição desde a sua origem até o seu fechamento definitivo cinco anos depois do seu primeiro número. Marconi (1980) define a publicação como nacionalista, alternativa (não vinculada a grandes grupos empresariais), independente e, acima de tudo, democrática. Figueiredo (2005) salienta que o *Opinião* foi um dos jornais que, no período da ditadura militar brasileira, ao mesmo tempo que desafiava abertamente a censura, era um dos que mais sofria com o cerceamento da liberdade de expressão.



Figura 4 – Capa do jornal *Opinião*.

Fonte: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=211>.

Vários fatos significativos ilustram a relevância da breve, porém representativa, experiência do jornal em um ambiente de intensa imposição da censura. Anteriormente à circulação do primeiro exemplar, Fernando Gasparian, proprietário do *Opinião*, foi “convidado” por um major a ir a Brasília conversar sobre a publicação que havia de iniciar suas operações. Na reunião, foi comunicado pelo militar que no Brasil não existia mais a censura prévia, ou seja, a presença de censores nas redações controlando o que poderia ou não ser noticiado. No entanto, fez um alerta: “O senhor pode publicar o que quiser. Mas eu queria sugerir que o senhor colaborasse, para evitar problemas” (MARCONI, 1980, p. 67). Essa advertência parecia prever a tumultuada relação que se originaria a partir daquela conversa.

As oito primeiras edições do *Opinião* foram suficientes para incomodar em demasia os militares e estes determinarem a presença constante de um censor na redação. Porém, percebendo que, mesmo assim, estavam sendo divulgadas matérias consideradas contrárias aos seus interesses, ficou decidido que o jornal passaria a ser censurado presencialmente por uma equipe de quatro censores. Todavia, também isso foi por pouco tempo. Sob a alegação de que o grupo não agia de forma tão rigorosa, foi determinado que toda nova edição, antes de entrar em circulação, deveria ser enviada para Brasília, onde todo o seu conteúdo editorial seria avaliado e feitas as devidas restrições, cortes, correções e sugestões de pauta. Como resultado concreto desse procedimento a que a publicação foi submetida, várias edições tiveram suas matérias totalmente desfiguradas do ponto de vista editorial, exemplares foram apreendidos e impedidos de ir às bancas.

O n.º 24 foi apreendido, mas uma semana depois voltou a circular com cortes; o n.º 26 foi sumariamente proibido de ser impresso; o n.º 55 nem chegou a circular, diante do volume de cortes dos censores, que desfigurou a edição; os n.ºs 195 e 205 foram apreendidos ainda na gráfica e o 231 – o último – foi parcialmente apreendido (MARCONI, 1980, p. 67).

A exemplo do *Correio da Manhã*, o jornal *Opinião* também foi vítima de atentados à bomba, cuja autoria foi assumida pela Aliança Anticomunista Brasileira (AAB). Marconi (1980) descreve esse grupo terrorista como “misterioso”, insinuando que tal ação bem que poderia ter sido realizada pelos militares ligados ao regime, uma vez que

os órgãos de vigilância à época eram rigorosos e eficientes no combate aos subversivos de esquerda e, além disso, mostraram-se inoperantes para prender e capturar os verdadeiros autores da ação.

As pressões estenderam-se também aos funcionários e colaboradores do *Opinião* na forma de ameaças físicas. Marconi (1980) narra que, quando a edição n. 26 estava para ser impressa, três policiais entraram na gráfica comunicando que aquele jornal não poderia circular. Gasparian, então acompanhado de três deputados opositores, solicitou aos policiais a ordem judicial que dizia que eles deveriam suspender o processo de impressão. Meia hora após o pedido, surgiu o inspetor Costa Sena, da Polícia Federal, que adentrou a estrutura da empresa e, além de determinar que se interrompesse a reprodução do material impresso na gráfica, ainda deu ordem de prisão ao proprietário da publicação, sob protesto dos deputados, que tentaram impedir que ele fosse levado.

Fernando Gasparian, em entrevista a Paolo Marconi à ocasião como pesquisa para confecção do livro *A censura política na imprensa brasileira*, reproduz a fala do inspetor Costa Sena, quando foi levado de carro à delegacia:

O senhor tome jeito, seu Gasparian. O senhor está brincando comigo. Eu quero lhe dizer que não tenho medo do Cardeal, não tenho medo do “Le Monde”, nem tenho medo de deputado. Se o senhor continuar desse jeito, eu lhe dou um tiro na cara (MARCONI, 1980, p. 71).

Foi o desfecho e a derrocada final nas operações do jornal *Opinião* diante de inúmeras investidas que visavam a enfraquecê-lo diretamente, como censura prévia, apreensão de exemplares, atentados e ameaças de bomba.

Fico (2001) delineia um perfil dos supostos indivíduos que representavam algum tipo de ameaça ao regime. O autor argumenta que os militares acreditavam que a definição da programação de boa parte da imprensa (jornais, revistas, TV e rádios) estava a cargo de simpatizantes do socialismo ou do comunismo, que visavam a desestabilizar as bases do governo. Qualquer análise mais crítica e questionadora nos meios de comunicação ou

até mesmo em produções artístico-culturais, como peças de teatro e cinema, passaria a ser considerada obra subversiva, com evidente infiltração comunista.

Essa perspectiva paranóica identificava na imprensa escrita, na TV, no teatro e no cinema um propósito constante de deturpação da imagem do governo e tendia a confundir relatos jornalísticos ou criações humorísticas com a estratégia da “comunização do povo brasileiro” (FICO, 2001, p. 183).

Entretanto, a cartilha elaborada com temas e assuntos a serem evitados pelos meios de comunicação abrangia muito mais elementos do que somente associações com o socialismo ou comunismo. Moraes (2007) salienta que outras temáticas também incomodavam em demasia o regime e seus simpatizantes. No livro *Leituras da Revista Realidade*, em que faz um estudo aprofundado sobre a publicação que dá nome à obra, a autora apresenta um quadro em que a censura operou de forma inesperada.

A revista *Realidade* circulou entre 1966 e 1976, com periodicidade mensal, editada pela editora Abril. Seu início coincidiu com o terceiro ano de governo militar, quando o presidente era o general Castelo Branco. Era uma publicação voltada predominante para a elite nacional e intelectual, reconhecida como formadora de opinião. Moraes (2007) pondera que, apesar de a revista se intitular revolucionária, em todos os dez anos em que foi produzida caracterizou-se por manter uma relação amistosa com os governos militares. Uma prova evidente dessa tentativa de aproximação eram as constantes reportagens que traziam os perfis e a bibliografia de presidentes e ministros.

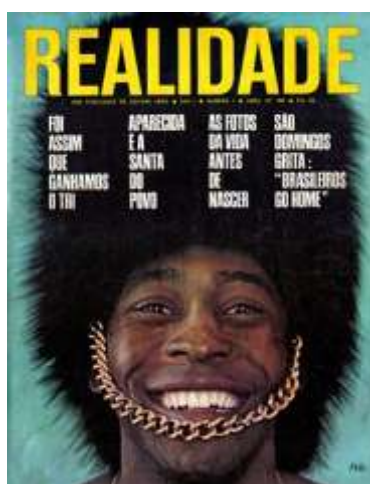


Figura 5 – Capa da revista *Realidade*.

Fonte: http://passarelacultural.blogspot.com/2010/08/sessaono-stalgia_14.html.

No entanto, nem mesmo esse posicionamento adotado foi suficiente para que a *Realidade* se mantivesse imune à censura. Em agosto de 1966, na quinta edição, a revista apresentou a primeira parte de uma reportagem com destaque cujo título era *Nossa juventude diante do sexo*, elaborada a partir de uma pesquisa com os jovens brasileiros. A continuação da matéria nunca chegou a ir às bancas, uma vez que o despacho do juiz Alberto Cavalcanti de Gusmão, do Juizado de Menores da Guanabara, ameaçou a editora Abril de apreensão, caso a sequência constasse na edição seguinte. A Abril acatou o pedido, porém no editorial do sexto número, redigido pelo jornalista Roberto Civita, a revista demonstrou sua insatisfação com a interferência sofrida, conforme reproduz Moraes:

Neste número, Realidade ia concluir a publicação da grande pesquisa focalizando o que os jovens pensam, fazem e falam a respeito de sexo. Poucos dias antes da impressão da segunda parte de “A juventude diante do sexo”, entretanto, recebemos uma advertência do Exmo. Sr. Alberto Cavalcanti de Gusmão, Juiz de Menores da Guanabara, comunicando-nos que apreenderia a edição, caso publicássemos a conclusão da pesquisa. Na opinião do Juiz, o artigo era “obsceno e chocante”.

A nosso ver, não pode haver obscenidade num artigo que é apenas o retrato fiel do comportamento e das atitudes de uma parte representativa da juventude brasileira. Não inventamos esse retrato. Também não o aprovamos, nem condenamos. Isso cabe aos nossos leitores. Mas estamos serenos por tê-lo divulgado, prestando aos pais, educadores e, sobretudo, aos jovens um serviço que julgamos inestimável – e imprescindível.

Não querendo, mesmo assim, entrar em choque com o Juizado de Menores da Guanabara, resolvemos suspender temporariamente a publicação da parte final do trabalho, até que os Tribunais Superiores se pronunciem a respeito.

Realidade parte do princípio que seus leitores são adultos, inteligentes e interessados em saber a verdade. E continuará fiel ao seu compromisso de informar. Com imparcialidade, com serenidade. E com coragem de enfrentar os fatos (2007, p. 50).

Embora Moraes (2007) observe que, ao acatar a decisão do magistrado, a revista *Realidade* mostrou que não desejava entrar em confronto com o juizado, privilegiando a sua sobrevivência, consideramos que, pelo fato de tornar público em seu editorial o motivo pelo qual a revista não divulgava a continuação da reportagem, a publicação externava a sua insatisfação com a decisão do juiz e transferia às autoridades a responsabilidade da não veiculação da sequência anunciada. Assumia, assim, uma

posição de resistência ao autoritarismo e seus excessos na prática cotidiana da imprensa, não só dos militares, mas também de seus simpatizantes.



Figura 6 – Capa da revista *Realidade*, que traz a reportagem *Nossa juventude diante do sexo*.

Fonte: <http://programatahligado.wordpress.com/2010/03/31/hoje-e-31-de-marco-%E2%80%93-brasil-ame-o-ou-deixe-o/>.

Poucos meses após esse imbróglio, em janeiro de 1967, na edição número 10, a *Realidade* voltava a se deparar com problemas com o mesmo juiz Alberto Cavalcanti Gusmão. O cerne da celeuma recaía sobre uma matéria especial nomeada *A mulher brasileira, hoje*, que enfocava as conquistas e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres. Na reportagem, foi apresentada uma pesquisa em que se abordou o que pensam as mulheres sobre o corpo feminino. A matéria trazia fotos de freiras, parteiras e mães de santo, além de entrevistas com mães solteiras, uma alta executiva e mulheres desquitadas. Mais uma vez, o mesmo magistrado que vetou a reportagem sobre os jovens ameaçou apreender os exemplares, porém, nessa ocasião, com o reforço de um colega, Luiz Santana Pinto, do Juizado de Menores de São Paulo. Ambos acusavam as reportagens de conter material de cunho obsceno, ofensivo à dignidade e que atentava contra a moral e os bons costumes da mulher.



Figura 7 – Capa da revista *Realidade*, que traz a reportagem *A mulher brasileira, hoje*.

Fonte: http://www.gaz.com.br/noticia/85296relancada_edicao_da_revista_realidade_censurada_em_67.html.

Novamente, a editora Abril acatou a decisão de recolher a revista das bancas, mas não sem externar sua insatisfação com a interferência de forma ainda mais contundente no editorial da publicação seguinte, conforme mostra Moraes:

A apreensão no número de janeiro constitui, assim, muito mais que uma simples ação punitiva contra qualquer vulgar publicação licenciosa. Significa, essencialmente, que qualquer juiz de Menores pode impedir que uma revista circule em todo o país, apenas por não concordar com o seu ponto de vista. Significa que basta a simples opinião de uma autoridade administrativa para anular meses de trabalho e provocar vultosos prejuízos materiais. E significa, finalmente, que a liberdade de imprensa vê-se novamente em perigo, uma vez que este tipo de apreensão ameaça jornais e revistas que publicam fatos, estatísticas e opiniões julgados inconvenientes a critério exclusivo de uma só pessoa (2007, p.52).

Para compreender melhor a motivação dessa censura, convém retomar o inflamado discurso dos militares na ocasião do golpe de 64, que sugeriam salvar o país dos comunistas e da corrupção e propunham o desenvolvimento e modernização industrial, o incremento nas atividades comerciais e a exaltação dos verdadeiros “valores morais e bons costumes” da família brasileira. Diante desse quadro, Moraes tenta encontrar uma justificativa para o cerceamento da liberdade de expressão nas reportagens de *Realidade*:

O juiz responsável pela censura em Realidade estava alinhado com o pensamento militar no que diz respeito aos costumes sociais. Pode-se, dessa forma, dizer que a revista acabou entrando em choque com os militares no único aspecto, talvez, que opunha o projeto de modernidade dos jornalistas/Editora Abril e dos militares. Uma vez que estes, embora defensores, como a revista, do progresso material e tecnológico no país, não queriam mudanças profundas na estrutura da sociedade e da família brasileiras (MORAES, 2007, p. 53).

A fim de buscar uma justificativa sobre o porquê da decisão dos magistrados em vetar a circulação daquela edição, convém recorrer a Gaspari para compreender quão utópico e idílico era o mundo dos valores morais que os militares desejavam ver divulgado nos veículos de comunicação. “Tratava-se de um mundo onde a igualdade racial era uma aspiração filosófica, o homossexualismo, uma anomalia e a condição feminina, um estuário procriador, amoroso e doméstico” (GASPARI, 2002, p. 215).

Apesar de o golpe que depôs João Goulart ter sido realizado em 1964, somente em 1968 foi que a censura exerceu, de fato, a sua face mais cruel. Durante esses quatro anos em que a censura não era totalmente institucionalizada, vale ressaltar que “[...] a maioria dos jornais de expressão nacional apoiou o golpe, como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, jornais dos *Diários Associados* e *O Estado de São Paulo*” (ALMEIDA, 2009, p. 82).

Segundo Maria Fernanda Almeida (2009), a imprensa deixou de ser apoiadora do governo para posicionar-se como contestadora a partir da decretação do Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. Tinha início, então, os Anos de Chumbo. A censura instaurava-se definitivamente em várias publicações, seja no formato da censura prévia, caracterizada pela presença do censor nas redações das empresas de comunicação, seja como autocensura, que determinava que certos temas não deveriam ser abordados pelos jornalistas. “Censura e repressão tornaram-se totalmente institucionalizadas pelo regime militar, promovendo toda sorte de perseguição àqueles que abertamente o criticassem ou que pudessem vir a criticá-lo” (ALMEIDA, 2009, p. 83).

A autora narra que, entre 1969 e 1978, a imprensa brasileira recebeu mais de 500 proibições, que incluíam determinações para que não abordassem temas como a divisão

nas Forças Armadas, subversão, torturas, corrupção no governo, violências policiais, entre outros.

Fundada no dia 7 de setembro de 1968, poucos meses antes do AI-5, a revista *Veja*, que, assim como a revista *Realidade*, também pertencia à editora Abril, traz em sua história alguns exemplos significativos de como procedia a relação entre imprensa e censura. De circulação nacional e em plena atividade até o momento da confecção deste estudo, sofreu até junho de 1976 com o cerceamento da liberdade de expressão nas mais distintas modalidades. No livro *Veja sob censura*, de Maria Fernanda Lopes Almeida (2009), é apresentado um completo relato de como a censura incidiu sobre a publicação. Em menos de três meses de circulação, a edição n. 15, de 18 de dezembro de 1968, poucos dias após à instituição do AI-5, trazia em sua capa uma foto do presidente general Costa e Silva sozinho na Câmara dos Deputados (Figura 8). No outro dia, pouco antes do meio-dia, um censor apresentava-se à redação para começar a exercer a censura prévia na *Veja*.



Figura 8 – Capa da revista *Veja*.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/busca/resultado-capas.shtml?Vyear=1968#>.

Simultaneamente ao cerceamento presencial, muitos comunicados com o timbre do Ministério da Justiça contendo assuntos proibidos de serem veiculados eram enviados via telex à redação da *Veja*. Conta Almeida que a repressão e a preocupação excessiva

com o que havia de ser noticiado eram tamanhas, que não raramente esses comunicados traziam, em primeira mão, informações e detalhes que a própria imprensa desconhecia.

Uma das histórias mais famosas é contada por Mino Carta⁷: “eu soube de muita coisa por meio desses comunicados. Soube que havia um ensaio de guerrilhas no Araguaia⁸, porque um comunicado dizia: não falar dos incidentes do Araguaia. Eu não sabia disso. Então esses bilhetes tinham a sua vantagem”(ALMEIDA, 2009, p. 107).

Proibir que a imprensa divulgasse assuntos ligados a conflitos internos, como a guerrilha no Araguaia, era, no entendimento dos militares, muito mais do que ocultar uma informação de teor bélico. Eles acreditavam que, assim, evitariam que os jovens se insurgissem, questionando o regime, e formassem uma massa de insatisfeitos que tomasse as ruas, mobilizando a população e contestando abertamente o regime (ALMEIDA, 2009).

Todavia, não só os temas ligados a confrontos preocupavam o governo, a ponto de esse pedir para que a mídia nada noticiasse. Havia o temor de que a imprensa carregasse nas tintas ao divulgar um acontecimento. Controlá-la permitiria evitar que lançassem mão do sensacionalismo na elaboração de uma matéria para o grande público. Mattos adverte que os temas a serem evitados eram justificados em nome de uma suposta segurança nacional, mas também poderiam ser destacados por critérios pessoais do próprio censor. Entre os assuntos que não poderiam ser abordados estão:

[...] a epidemia de meningite de 1974-1976, as freqüentes críticas feitas ao governo por setores da Igreja, rumores sobre abertura política, tortura de prisioneiros políticos, escândalos financeiros e sucessão presidencial (MATTOS, 2005, p.117).

⁷ Mino Carta foi o primeiro diretor de redação da revista *Veja*, de 1968 a 1976. Atualmente é proprietário da editora Carta, que publica a revista *Carta Capital*.

⁸ A guerrilha no Araguaia foi um conflito de 1972 a 1974 que teve como sede a região do Araguaia, no sul do Pará. Esse conflito caracterizou-se por ser a primeira experiência de guerrilha rural no país. De um lado, estavam os militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que, influenciados pela Revolução Cubana, desejavam iniciar uma revolução socialista. Do outro, os militares. O combate com as Forças Armadas foi censurado por toda a imprensa, e quase todos os combatentes, formados por ex-estudantes universitários e profissionais liberais, foram mortos ou presos.

Conforme mencionado anteriormente sobre a forma como os temas também poderiam ser selecionados a partir de cada censor, é possível perceber que os vetos nem sempre seguiram uma mesma padronização nas publicações. Na revista *Veja*, Almeida (2009) enumera as editorias de Política, Economia e Internacional como as mais visadas pela censura. Por sua vez, na revista *Isto É*, os temas mais amplamente vetados foram bem mais específicos: “[...] 1) Anistia; 2) Constituinte; 3) Movimento Sindical; 4) Movimento Estudantil” (MATTOS, 2005, p. 121). No jornal *O Estado de São Paulo*, durante março de 1973 e janeiro de 1975, Aquino (1999) catalogou 1.136 menções de veto, cujos conteúdos temáticos censurados concentravam-se nas editorias de Política, Economia, Questões Sociais, Educação/Cultura, Política Internacional e Censura. Gaspari complementa esses dados ao nos apresentar que, acerca do jornal *O Estado de São Paulo*, “[...] enquanto os censores estiveram na redação suprimiram 223 notícias relacionadas a prisões, torturas, mortes e desaparecimentos” (2004, p. 24).

Havia até mesmo uma proibição expressa para que não se mencionasse nada a respeito da censura aos meios de comunicação. Aquino (1999) cita que, embora presente na redação e interferindo na produção jornalística, a censura preferia manter-se oculta, cuidando de vetar qualquer menção a sua prática.

Smith contribui para que tenhamos uma dimensão mais completa, ao descrever que:

A censura da censura também deixou indícios das fraquezas dos censores. Um deles, que obviamente estava obedientemente seguindo ordens, vetou um discurso do senador Eurico Resende, da Arena, defendendo a censura, inclusive a censura de O Estado de S. Paulo (2000, p. 105).

Não obstante alguns temas comuns serem passíveis de censura, independente da publicação, apresentamos a seguir exemplos de vetos que ora colaboraram para mostrar o caráter cerceador de sua prática, ora demonstraram como são passíveis de arbitrariedades motivadas por critérios de foro íntimo por parte do censor.

Em 1973, a censura presencial, provisoriamente, não estava sendo exercida na revista *Veja*, mas atuava por meio dos bilhetinhos e telefonemas. Em maio desse mesmo ano, ao produzir uma matéria especial, que incluía na capa, uma foto da atriz Darlene Glória,

a revista voltava a ter sua circulação condicionada à aprovação da censura prévia (Figura 9). Para melhor contextualização, a artista em destaque, considerada símbolo sexual na época, interpretou uma prostituta no filme *Toda nudez será castigada* e havia recebido prêmio de melhor atriz no Festival de Berlim. Na entrevista, disse que seu papel tinha muita semelhança com sua trajetória de vida: que havia sido violentada por um padre aos 12 anos; foi prostituta; quis abortar seu segundo filho, fruto de um relacionamento com um homem que, segundo a atriz, tinha “tendências homossexuais”. Para Almeida, a volta dos censores atuando presencialmente na revista *Veja* ocorreu porque ela “[...] trouxe alguns assuntos considerados tabu, o que pode ter chamado a atenção da censura, como prostituição, homossexualismo e aborto” (2009, p. 122).



Figura 9 – Capa da revista *Veja* que traz a reportagem com a atriz Darlene Glória.

Fonte: <http://veja.abril.com.br/busca/resultado-capas.shtml?Vyear=1968#>.

Outro eixo temático que necessitava de muitos cuidados era relativo às produções artístico-culturais. Por exemplo, nenhuma nota poderia ser concedida sobre o cantor e intérprete Geraldo Vandré, autor da canção *Pra não falar que não falei das flores*, cujos versos “esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer” foram adotados como lema de estudantes que questionavam o regime. Entretanto, a revista *Veja*, ao noticiar no dia 25 de julho de 1973 que “[...] após cinco anos fora do Brasil, o cantor Geraldo Vandré, vindo do Chile, prestou esclarecimentos a autoridades e foi liberado; segundo seu pai, Vandré está repousando na casa de amigos”, conforme nos traz Almeida (2009, p. 123), sofreu com novas reprimendas e com a intensificação da

censura prévia em sua redação. Vale a menção que no mês anterior à divulgação da nota sobre o cantor, *Veja* já havia recebido uma ordem do diretor-geral da Polícia Federal, Helio Romão Damaso, segundo Almeida, comunicando que nenhuma informação ou referência acerca de Geraldo Vandré deveria ser noticiada, inclusive assuntos ligados a sua atividade artística.

A imprensa brasileira estava proibida de citar qualquer notícia sobre ele, pois era considerado *persona non grata* por contestar o regime militar. Defensor de uma cultura nacional e popular, Geraldo Vandré propagava as propostas estéticas anteriores ao Golpe de 64 (ALMEIDA, 2009, p. 123).

Concluimos que ao optar por noticiar sobre o cantor e compositor, a revista *Veja* não só se mostrou comprometida com o seu papel na difusão de informações daquilo que consideram relevante à sociedade, como também fez dessa notícia uma bandeira de enfrentamento ao regime.

Smith (2000), ao versar sobre a imposição da censura prévia sistematizada, constante e que acompanhava cada edição, justifica que, embora não tenha sido implantada em todas as publicações que circulavam no mercado editorial brasileiro, tratava-se sim de uma demonstração evidente de que pretendia atingir e intimidar toda a imprensa brasileira, o que pode ser verificado pelo perfil dos veículos selecionados e da atividade cerceadora na produção das notícias:

Pasquim, novembro de 1970 a 1975; O Estado S. Paulo, setembro de 1972 a janeiro de 1975; O Estado de São Paulo, junho de 1973 a junho de 1978; Opinião, janeiro de 1973 a abril de 1977; *Veja*, 1974 a junho de 1976; Movimento, abril de 1975 a junho de 1978 e Tribuna da Imprensa, vez por outra entre 1968 e 1978 (SMITH, 2000, p. 97).

Creemos ser válido constar que, apesar das investidas que buscavam cercear a atividade jornalística, o Estado autoritário pós-64 objetivava inculcar na população, como tentativa de manter seu apoio, a imagem de um país que estava em franco crescimento, em um ambiente democrático. Nesse contexto de controle e veto do que havia de ser divulgado, as publicações começaram a lançar mão de estratégias de resistência que despertasse na

população a uma reflexão mais acurada de que algo diferenciado acontecia em meio às páginas editoriais.

3.1 ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA

Sempre que um censor notificava uma publicação de que dada reportagem não poderia circular, o espaço destinado a essa matéria necessitava ser ocupado por outra, sob risco de ficar um espaço em branco na publicação. Entretanto, diante da dificuldade da troca, do pouco tempo hábil para a confecção de um novo material jornalístico e, sobretudo, como protesto à arbitrariedade da censura, certos veículos de comunicação passaram a utilizar suas páginas para veicular assuntos não relacionados, *a priori*, com a linha editorial.

Na edição do jornal *O Estado de São Paulo* do dia 19 de julho de 1973, por exemplo, diante de uma proibição que impedia a divulgação de que o cantor e compositor Geraldo Vandré retornava ao Brasil, a publicação se viu perante a necessidade de se preencher às pressas o espaço destinado à matéria. Os editores do diário, então, decidiram publicar trechos do poema “Os lusíadas”, de Luís de Camões (AQUINO, 1999). Esse procedimento de publicar a referida obra do autor português tornou-se padrão sempre que surgia um novo veto. Assim, a cada espaço branco que precisava ser preenchido, uma nova sequência do poema tratava de cobrir a lacuna, conforme pode ser visualizado no exemplo a seguir (Figura 10).



Figura 10 – Página do jornal *O Estado de São Paulo*.
Fonte: Aquino (1999, p. 91).

Aquino (1999) relata que o público costumeiro de *O Estado de São Paulo*, de fato, percebeu que algo estranho acontecia ao jornal, uma vez que não estavam habituados a ver na primeira página uma poesia disputando espaço com as manchetes mais importantes do veículo.

O jornalista Victor Gentili (2001), ainda acerca do jornal *O Estado de São Paulo*, apresenta um expediente diferenciado e que foi utilizado como forma de protestar contra a censura presencial imposta ao veículo. Em 1973, o diretor Ruy Mesquita determina que o general Emilio Garrastazu Médici não seria mais citado no jornal pelo nome, mas apenas como o “presidente da República”.

O Jornal da Tarde, uma publicação que também pertencia ao mesmo grupo empresarial de *O Estado de São Paulo*, apresentou uma estratégia de resistência curiosa para denunciar a interferência em sua atividade e bastante significativa como reflexão do ocorrido nesse período histórico. Ao se deparar com o impedimento de divulgar uma matéria, o veículo passou a preencher o espaço vazio com receitas de culinária. O

impacto dessa iniciativa foi tamanho que a redação do *Jornal da Tarde* passou a receber ligações de leitores que reclamavam que as receitas não estavam redundando em bons pratos (AQUINO, 1999).

Na revista *Veja* também foram elaboradas estratégias de resistência com o intuito de denunciar aos leitores o convívio e a ingerência cometida pela censura. O primeiro artifício utilizado, na edição do dia 20 de fevereiro de 1974, foi inserir imagens e gravuras de “[...] entidades diabólicas e de anjos”, segundo Almeida (2009, p. 126).

Nesse mesmo exemplar da revista *Veja*, uma matéria intitulada *O longo drama chileno*, que tratava da situação do país após a queda, por um golpe militar, do presidente Salvador Allende, havia sido censurada. A historiadora Maria Fernanda Lopes Almeida explica como procedeu a tática de substituição do espaço em branco, em virtude do corte da reportagem, por um novo conteúdo, bem distinto do costumeiro:

Na página 46, foi colocada a ilustração de um homem com farta barba, legendada: “Leonardo da Vinci, festejado compositor do fox *Mona Lisa*” e, na página 48, a parte vetada foi substituída por uma gravura de artífices trabalhando em uma oficina medieval com a legenda: “No flagrante, a redação de *Veja* em ação” (2009, p. 127).

Na imagem a seguir, temos a reportagem da revista *Veja* citada por Almeida (2009). Tomamos a liberdade de inserir umas setas para indicar com mais precisão os locais em que incidiram os vetos na matéria, onde foi localizada a foto de Leonardo da Vinci e a ilustração da oficina (Figura 11).



Figura 11 – Páginas da revista *Veja* com imagens em substituição às matérias vetadas.
 Fonte: Almeida (2009, p. 322-323).

Almeida (2009) relata que a ação empreendida pela revista *Veja* foi tão ostensiva e diferenciada que, ao ensinar denunciar o que ocorria em sua redação com os vetos constantes dos censores, acabou por atingir diretamente os militares. Convém lembrar que, para estes, era imperioso mostrar que o país vivia em um regime democrático. Todavia, o estranhamento causado pelo uso de figuras e imagens fora do contexto jornalístico proposto pela publicação poderia suscitar questionamentos dos leitores quanto ao porquê da utilização daqueles elementos. Não surpreende saber que pouco depois de a revista ir para as bancas, novos bilhetinhos enviados pela Polícia Federal chegaram à redação da *Veja*, informando que não era permitido dar às lacunas aspectos de matéria censurada.

Smith (2000) e Gentili (2001) advertem que se os leitores percebessem a ação da censura deliberada nos veículos, isso colocaria por terra todo o projeto dos militares de mantê-la oculta, além de prejudicar a legitimidade do Estado, que, no discurso, reiterava o seu compromisso com as instituições democráticas. Portanto, era crucial tentar manter oculta a censura para a sociedade.

Dentre todos os veículos que ousaram enfrentar o regime, inegavelmente o mais combativo é o exemplo do jornal *Tribuna de Imprensa*. Marconi (1980), apoiado em depoimentos de Helio Fernandes, proprietário do jornal, mostra quão radical foi a estratégia de enfrentamento. Fernandes conta que, enquanto em outras publicações, como *O Estado de São Paulo*, era possível deixar espaço em branco, no caso do *Tribuna de Imprensa* isso não era permitido, o que obrigava a sua equipe a repor outro material, sempre às pressas. “Às vezes tínhamos que fazer três jornais para sair um e era uma coisa incrível porque fomos nos exaurindo. Quando a censura chegou, o jornal tinha 40 páginas – acabou com 12”, conta Fernandes em entrevista a Marconi (1980, p. 81). Colabora para dimensionar o impacto da censura no veículo o seguinte dado: em 1965, a tiragem média era de 60 mil exemplares; dez anos depois, esse número caiu para sete mil.

Inconformado com a situação que determinava inúmeros cortes à publicação, Fernandes anunciou aos censores que, independentemente das proibições impostas por eles, o jornal *Tribuna da Imprensa* iria para as ruas sem nenhuma restrição. Mesmo sob ameaças de apreensão, o jornal era rodado. E apreendido. No entanto, “[...] entregávamos 500 ou 600 exemplares pela Rua Gomes Freire e assim os jornais iam para as bancas sem censura. No dia seguinte, a polícia chegava aqui botando fogo pelas ventas” (MARCONI, 1980, p. 84).

Em comparação à enorme quantidade de exemplares apreendidos, uma minoria, porém significativa, escapava da apreensão ostensiva. Por meio de suas notícias que desobedeciam as ordens dos censores, a publicação abastecia com assuntos efervescentes os demais jornais, incluindo os de outras regiões do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, e até do exterior. “Nós usamos isso como tática e estratégia para manter aceso o fogo sagrado, porque senão ficaríamos confinados a dez anos de silêncio, de isolamento completo” (MARCONI, 1980, p. 84).

Os jornais *Opinião* e *Movimento* também apresentam experiências significativas no que tange às táticas para comunicar aos leitores a presença ostensiva da censura. Dentre os estratagemas, “[...] deixavam espaços vazios onde frases e nomes tinham sido apagados pelo censor, ou uma oração inacabada, ou alteravam a pontuação ou concordância onde tivessem sido feitas mudanças” (SMITH, 2000, p. 120). Somava-se a esses expedientes a menção recorrente dos slogans dos próprios veículos no lugar dos espaços destinados a artigos censurados, bem como a composição de largas faixas negras no lugar das manchetes, denotando a censura a um texto. Ilustra essa descrição a imagem a seguir de uma edição do jornal *Movimento*, que apresenta a matéria censurada, sem que nenhuma outra tenha sido colocada em seu lugar.



Figura 12 – Página do jornal *O Movimento* com espaço vetado pela censura.

Fonte: Aquino (1999, p. 136).

Se, para as publicações, as estratégias de resistência objetivavam comunicar e denunciar a intervenção da censura, nem sempre os leitores conseguiam decodificar esses sinais emitidos. Aquino corrobora a tese exposta ao concluir que “[...] tais esforços alcançavam sucesso apenas limitado, sendo frustrados pela persistência tanto do conhecimento dos leitores quanto da intervenção do Estado” (2000, p. 117).

Argemiro Ferreira, diretor de *Opinião*, em relato a Smith, comenta que ao perceber que os jornais estavam repletos de tarjas pretas e slogans ocupando as páginas, muitos

leitores passaram a cancelar suas assinaturas, irritados com o fato de o jornal fazer tanta propaganda de si. “Ninguém vai comprar um jornal esquelético. Não é bom para ninguém que as pessoas sintam pena de você, pois ninguém vai comprar uma semana após semana só por pena de você” (SMITH, 2000, p. 121).

Situação similar narra Raimundo Pereira, diretor de *Movimento*:

Você tinha de esquecer a censura para comprar. Alguns dizem que as pessoas compravam Movimento por causa da censura, o que é uma bobagem completa. As pessoas compravam por que ele dizia coisas, e nós queríamos que as pessoas comprassem. Censura significava pouca venda. [...] Leitor é leitor e não patrocinador. Leitor quer conteúdo, informação. Claro que alguns davam contribuições, mas isso não era geral. Se não tivesse nada de novo ou importante para dizer, por que comprar? (SMITH, 2000, p. 121).

Na revista *Veja*, a determinação de impor um fim às estratégias de resistência à censura e denunciar o seu caráter implacável seguiu os mesmos parâmetros dos jornais citados anteriormente. Isso não se dava somente pelo fato de a censura ter identificado as táticas empregadas e as proibisse. Almeida (2009) expõe o pensamento da diretoria da *Veja* de que imprimir espaços em branco ou inserir figuras de anjinhos ou demônios poderia provocar a adesão do leitor em uma primeira instância. Mas não por muito tempo. Acreditavam que, na ausência de matérias completas ou até mesmo que estivessem mutiladas, os leitores deixariam de comprar a revista. Diante desse cenário, os jornalistas de *Veja* acabaram por se empenhar para preencher os espaços vetados com uma nova matéria, o que frequentemente resultava em um grande esforço da equipe, geralmente com prazos apertados, para encontrar um assunto com relativa pertinência e que permitisse ser classificado como relevante do ponto de vista jornalístico e informacional.

Com base nos exemplos citados anteriormente, pretendemos contextualizar e explicitar o processo de instauração da censura prévia e da autocensura e a relação de subserviência e resistência dos veículos de comunicação em relação ao regime militar. A seguir, neste estudo, abordaremos uma modalidade de cerceamento à atividade jornalística e muitas vezes analisada e classificada com os mesmos parâmetros da censura à divulgação de notícias, que é censura comercial.

3.2 CENSURA COMERCIAL

Uma observação preliminar e de fundamental relevância para compreensão dessa temática refere-se à natureza dos veículos de comunicação. Apesar dos jornalistas atuarem como atores políticos conscientes, noticiando, apurando, investigando e sendo importantes transmissores de matérias de notável relevância à sociedade torna-se mister uma análise mais acurada sobre a atuação dessas instituições no que tange à produção e divulgação de informações.

Concomitante ao seu destacado papel de amplificadores de informações, muitas vezes acionados pela população como foro social de debates e denúncias, convém reiterar que muitos veículos de comunicação, dentre eles a imprensa, são empresas pertencentes a grupos empresariais, de propriedade privada, e criados para obter fins lucrativos e influência política a partir de sua inserção na sociedade. Smith afirma que “[...] a sua meta é expandir as vendas e as receitas da publicidade, manter os custos baixos e melhorar a produtividade, aumentando o patrimônio líquido” (2000, p. 20).

Depreende-se dessa citação a necessidade de que a imprensa tinha (e certamente ainda tem) de não só se manter como instituição, como também ambicionar lucros que permitissem tanto um melhor fluxo nas finanças, quanto o incremento e modernização de suas estruturas. Nesse contexto em que a atividade jornalística convive ladeada de interesses comerciais, é que entra em questão a importância dos anúncios publicitários para a imprensa.

Smith (2000) afirma que os veículos de comunicação no período da ditadura militar brasileira lucravam mais com a comercialização dos espaços publicitários do que com a venda de exemplares em bancas e assinaturas. A autora baseia-se em um padrão internacional para estimar que 50% da receita dos jornais são provenientes das inserções dos anúncios publicitários; o restante advém das vendas em bancas ou por assinaturas. Aquino corrobora esse pensamento ao atribuir à publicidade no formato de anúncios a receita mais volumosa nos veículos, sendo que “[...] somente uma pequena parcela de seus recursos derivam das vendas em bancas e assinantes” (AQUINO, 1999, p. 121).

Ao analisar especificamente a participação do volume de investimentos publicitários, mensura-se um montante entre 15 a 30% das receitas dos jornais como originadas de anúncios oficiais, isto é, cujo anunciante é o próprio Estado.

O governo federal bem como os estaduais e municipais compravam espaço nos jornais para todo tipo de informação pública, inclusive a divulgação obrigatória de leis, decretos, regulamentos e tomadas de preços e licitações para projetos do governo. Às vezes os anúncios oficiais eram veículos velados para campanhas eleitorais nas quais as realizações de um governo eram divulgadas pouco antes das eleições. Além disso, como o Estado era dono de tantos negócios, ele também produzia anúncios convencionais destinados aos consumidores (SMITH, 2000, p. 58).

Além de exercer grande importância para os cofres dos veículos de comunicação com os anúncios oficiais, o Estado ainda influenciava no encaminhamento de publicidade de várias empresas privadas. Isso se explica pelo número expressivo de empresas privadas que dependiam do Estado para conseguir a viabilização de seus negócios, na captação de empréstimo, na concorrência em uma licitação e até mesmo na obtenção de favores. Destarte, conforme nos mostra Aquino (2000), ocorreram casos de empresas que possuíam contratos firmados com o Estado e que foram induzidas a retirar seus anúncios de dado jornal porque este adotava uma postura oposicionista ao governo. Os anúncios dessas empresas poderiam ser conduzidos a outro veículo que estivesse alinhado ideologicamente com as propostas do regime.

Tanto a imprensa, quanto os anunciantes privados perdiam a sua autonomia devido à dependência que tinham em relação ao Estado. “A receita advinda da publicidade nos jornais era, portanto, vulnerável aos humores do Estado” (SMITH, 2000, p. 58). Essa vulnerabilidade mencionada tem como sinônimos os termos pressão e controle.

Mattos (2005) salienta que a dependência criada na indústria publicitária e dos veículos de comunicação gerou uma situação confortável para o Estado brasileiro, que passou a enxergar no favorecimento e na retirada de anúncios publicitários de seu interesse um mecanismo para ora promover o crescimento de empresas específicas, ora para estagná-las financeiramente.

A influência do Estado no desenvolvimento da indústria publicitária tem sido efetuada mediante legislação (contra e a favor) e pela participação direta na economia. Como resultado dessa participação, o governo se transformou no maior anunciante individual do país. Como anunciante, o Estado tem contribuído de várias maneiras para o crescimento do setor publicitário, mas tem também aumentado seu poder de pressão e controle (MATTOS, 2005, p. 161).

Pressão e controle sobre as finanças, assim como a censura editorial, exerciam plena influência nas estreitas relações entre os veículos, anunciantes e Estado e poderiam, inclusive, levar os dois primeiros a “[...] adotar certas práticas de manipulação da informação para tirar proveito delas” (MATTOS, 2005, p. 163). Entenda-se por práticas de manipulação a possibilidade de agir passiva e declaradamente conforme a vontade do regime para obter benefícios e até evitar perseguições.

Digno de nota foi o ocorrido com o tradicional diário carioca *Jornal do Brasil*. Em 1974, ao noticiar um suposto favorecimento oficial que permitiu que uma empresa do setor químico importasse matérias-primas, a publicação passou a sofrer com as restrições na concessão dos anúncios de órgãos e secretarias ligadas ao governo federal. A situação agravou-se quando divulgou em suas páginas a utilização abusiva de aviões particulares por parte de altos funcionários do governo e, ainda por cima, criticou a política nuclear brasileira, que havia estabelecido acordos secretos com norte-americanos. Como represália ao *Jornal do Brasil*, o governo fez cessar o fluxo de anúncios até então veiculados no periódico e passou a direcionar a totalidade dos materiais ao jornal *O Globo*, seu maior concorrente. Marconi ilustra essa situação ao apresentar um comparativo entre os anúncios oficiais publicados em ambos os jornais no dia 11 de março de 1977: em “[...] O Globo, contavam-se 16 páginas de editais e anúncios oficiais. No *Jornal do Brasil* nenhuma” (MARCONI, 1980, p. 132).

Sobre essa delicada relação entre o *Jornal do Brasil* e o Estado brasileiro, Smith (2000) apresenta dados de faturamento que demonstram que o bloqueio imposto provocou uma queda de 10% nas receitas do veículo. Nessa disputa, sem dúvida, no lado mais vulnerável estava o *Jornal do Brasil*, que acabou por ceder às pressões econômicas, aceitou negociar com o governo e se comprometeu a não citar notícias que não

estivessem alinhadas com as pretensões do regime; em troca, receberia novamente os anúncios que haviam sido conduzidos para *O Globo*.

O jornal *Opinião*, semanário que se nomeava alternativo, de teor crítico, frequentemente tendo como alvo o governo, de antemão, estava ciente da dificuldade de se manter com a verba da publicidade. Em virtude desse panorama, buscou estabelecer um plano de autossuficiência, que limitasse a 20% a participação de sua receita advinda de anúncios publicitários, até para evitar que os anunciantes se sentissem em uma posição privilegiada para tentar interferir nas decisões da linha editorial do veículo. Contudo, mesmo com esse cenário arquitetado pelos diretores do jornal *Opinião*, também nele houve uma retirada considerável de peças publicitárias (SMITH, 2000, p. 81).

Entre os casos ocorridos com o *Opinião*, começamos por citar o que envolve a José Olympio Editora. Essa empresa havia firmado um contrato de longa duração, que estabelecia a veiculação regular de anúncios no jornal. Todavia, nesse mesmo período, a editora necessitou de um empréstimo, cuja solicitação foi pedida ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). “Nessa oportunidade, repentinamente, mas desculpando-se, a editora cancelou seu contrato de anúncios, embora se oferecesse a continuar pagando as importâncias combinadas” (SMITH, 2000, p. 81). O motivo era evidente: a José Olympio Editora sabia do risco de ser associada a um veículo como o jornal *Opinião*, que costumeiramente criticava o regime e temia que, com isso, não conseguisse obter o empréstimo de uma instituição estatal.

O *Opinião* também enfrentou problemas com outros anunciantes. A Fundação Getúlio Vargas, por sinal, patrocinada pelo Estado, que era um anunciante frequente nas páginas do *Opinião*, também decidiu interromper os materiais publicitários, justificando-se com o argumento de que era incoerente veicular anúncios em um jornal que criticava ferozmente a agência central de inteligência norte-americana, a CIA (SMITH, 2000).

A Petrobras, após três anos anunciando regularmente no jornal *Opinião* também decidiu romper seu contrato. Smith (2000) observa que o veículo adotava posições nacionalistas bem claras e sempre apoiou o monopólio estatal do petróleo brasileiro. No entanto, o regime militar passou a contestar essa situação e examinar com carinho a possibilidade de fechar contratos de riscos com empresas estrangeiras do setor petrolífero.

A relação de poder assimétrica, de dependência e, em grande parte, de submissão dos veículos e empresas que necessitavam lançar mão de anúncios publicitários com o Estado é sintetizada por Smith:

Não havia publicação, quer da grande imprensa ou da imprensa alternativa, que não estivesse sujeita a esses tipos de pressão do Estado. As que recebiam volumosa publicidade oficial podiam ver-se privadas dessa importante fonte de renda. As publicações alternativas ou de cooperativas que deliberadamente evitavam a dependência do Estado verificavam que a pressão era exercida de forma indireta, pois o regime suspendia empréstimos de seus anunciantes particulares, ou lhes fazia ameaças. Todos os negócios que se relacionavam com a imprensa eram alvos potenciais da pressão do governo (SMITH, 2000, p. 82).

Analisar o ocorrido com *O Estado de São Paulo* coopera para a melhor compreensão da importância de se restringir o financiamento de anúncios publicitários com o intuito de sufocar financeiramente os veículos de comunicação. O referido jornal, vale ressaltar, posicionou-se como um grande apoiador da deposição de João Goulart, em 1964, conclamando as Forças Armadas e a elite para assumir o poder. No entanto, assim que começaram as interferências dos militares na atuação da imprensa, por meio da autocensura, com determinações do que poderia ou não ser divulgado, *O Estado de São Paulo* retirou o seu apoio, iniciando-se nesse momento um conflito explícito entre o jornal e os militares.

O auge dessa resistência aconteceu em 13 de dezembro de 1968, quando o jornal recebeu a visita de membros da Polícia Federal, que sugeriram que fosse modificado o nome da coluna *Instituição em Frangalhos*, que, por sinal, naquela edição, tratava da derrota do governo em uma votação na Câmara. Dr. Julio de Mesquita, proprietário de *O Estado de São Paulo*, recusou-se terminantemente a obedecer àquela ordem e autorizou que a próxima edição do jornal fosse reproduzida integralmente e distribuída aos leitores (AQUINO, 1999).

A consequência desse enfrentamento custou caro, no sentido literal do termo. Pouco tempo após desobedecer aos militares, *O Estado de São Paulo* planejou construir uma nova sede e modernizar seu maquinário de impressão. Solicitou, então, à Caixa

Econômica Federal um empréstimo. Embora o projeto tenha sido aprovado em condições bastante favoráveis ao jornal, nenhuma verba foi liberada. *O Estado de São Paulo* foi vítima de uma censura comercial. “Como resultado, O Estado de S. Paulo foi compelido a requerer empréstimo ao Banco de Boston, um banco estrangeiro” (MATTOS, 2005, p. 40).

Marconi explica as consequências dessa manobra política, que impediu a concessão de um empréstimo pela Caixa Econômica Federal e obrigou *O Estado de São Paulo* a contrair um financiamento vindo do exterior:

Tomou 10 milhões de dólares ao Banco de Boston e outros 12 milhões que foram aplicados na compra de máquinas e equipamentos. Com recursos próprios ela investiu mais 19 milhões de dólares. A amortização destes financiamentos só terminará em setembro de 1983 e, pelo visto, o pagamento de todos esses milhões de dólares não tem sido tarefa fácil (1980, p. 135).

Marconi (1980) adverte que essa atitude corajosa de se posicionar como um veículo independente deixou grandes sequelas não só no que se refere às finanças, mas também no que tange ao comprometimento com o material humano que compunha *O Estado de São Paulo*: 80 jornalistas foram demitidos sob a alegação de contenção de despesas. A situação se tornou tão alarmante que o jornal acabou por interpelar ajuda financeira ao então Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen.

O governo sabia bem que empreender uma restrição de ordem econômica era uma eficaz modalidade para pressionar os veículos agirem conforme sua vontade. Estes, por sua vez, em situação de dependência, necessitavam da publicidade do Estado, dos empréstimos de bancos oficiais com taxas de juros abaixo dos praticados pelo mercado e da concessão de licença para importação de papéis e equipamentos para a impressão das publicações (MARCONI, 1980; MATTOS, 2005). Era uma relação tão desproporcional e de plena dependência, que Marconi (1980) conclui que a imensa maioria da grande imprensa, uma hora ou outra, acabava por aceitar os ditames impostos pelos militares, sujeitando-se às determinações para manter-se atuante como veículo de comunicação.

Um caso curioso que também reflete a importância das verbas oficiais para os veículos de comunicação é o relatado por Gaspari. O autor informa que, em 1974, houve um desejo de recuperar economicamente uma publicação que já não demonstrava o mesmo vigor apresentado em décadas anteriores. Tratava-se da revista *O Cruzeiro*. “Glória da imprensa nacional, durante os anos 50 a revista chegara a vender 850 mil exemplares por semana, num Brasil com pouco mais de 50 milhões de habitantes” (GASPARI, 2004, p. 113-114). No entanto, nos anos 70, o veículo estava fadado ao fechamento definitivo. Devia à previdência e não pagava os funcionários.



Figura 13 – Capas da revista *O Cruzeiro*.

Fonte: <http://leonizemaurilio.fashionbubbles.com/moda/revista-cruzeiro-resgate-memoria-Brasileira-seculo-xx>

Seguindo os moldes do jornal *O Estado de São Paulo*, os diretores da revista *Cruzeiro* também solicitaram um empréstimo ao governo. Todavia com um ingrediente a mais: fizeram questão de ressaltar que a publicação sempre esteve alinhada ao regime militar, apoiando suas ações, inclusive como uma combatente na “guerra editorial contra o Comunismo e suas larvas de desagregação socioeconômica” (GASPARI, 2004, p. 114).

A estratégia consistia em salvar economicamente a revista e, com o aporte financeiro obtido, lançar uma edição voltada para o mercado latino-americano. Os dirigentes da *Cruzeiro* ainda solicitaram um apoio dos militares no sentido de utilizar os Serviços de

Segurança do governo para “convencer” as agências de propaganda a anunciar na revista (GASPARI, 2004).

A ideia, segundo Gaspari (2004), foi recebida com simpatia e entusiasmo pelos militares que concordaram em conceder o empréstimo à publicação. Novamente uma comprovação da dependência dos veículos de comunicação em relação às verbas públicas. Os critérios técnicos para avaliar a viabilidade de recuperação do empréstimo ficaram em segundo plano. Naquele momento, levava-se em consideração o histórico de “serviços prestados” à *revolução*, e a possibilidade de ser mais um meio a propagar os ideais do regime militar.

3.3 BOICOTE COMERCIAL

Embora este estudo concentre-se mais especificamente na contextualização da censura durante os Anos de Chumbo, consideramos importante conceituar os termos publicidade e propaganda, uma vez que o boicote comercial promovido pelo governo militar em relação aos veículos de comunicação por diversas ocasiões desembocou e resvalou na atividade publicitária.

Por publicidade compreende-se o ato de tornar público aquilo que se refere à divulgação; já propaganda liga-se ao objetivo de gerar adesões, propagação de ideias. Bigal (1999) complementa argumentando que a publicidade é uma ferramenta que colabora com o processo de obtenção de lucros, enquanto a propaganda é o conteúdo que busca essa adesão.

Percebe-se, claramente, que há um ponto de interseção entre o exposto:

A divulgação de idéias, específica da propaganda, pode também ser organizada para se obter a resposta de compra. E a construção de uma mensagem com o fim de gerar lucro, específica da Publicidade, sempre está carregada de sua significação (BIGAL, 1999, p. 20).

É pela ótica dessa síntese que pretendemos avançar neste estudo. Entendemos que a atividade publicitária tem como função divulgar produtos, bens ou serviços, cuja finalidade é gerar adesão a uma ideia, simpatia e, até mesmo, empreender uma motivação de compra em um público receptor. Para isso, utiliza-se de um aparato de técnicas persuasivas (discursivas e estéticas) e meios de comunicação (revistas, jornais, TV, rádio, outdoor, além de inúmeras possibilidades de mídias).

Fortemente associada a uma atividade comercial, em que pese haver situações nas quais possa ser previsto o seu uso também para ações sociais e governamentais, a publicidade utiliza técnicas e habilidades com o intuito de convencer, persuadir e levar determinado público à ação. Para encantar e comover a audiência, precisa saber bem a quem uma mensagem deve ser direcionada.

A partir da premissa de que um produto ou serviço precisa ser divulgado, são realizados recortes de públicos bem específicos, sendo que neles busca-se conhecer mais do que apenas sua faixa etária, poder aquisitivo, grau de escolaridade e locais onde moram e trabalham. Uma prática comum dos profissionais de propaganda é mapear os hábitos e a formação sociocultural do público-alvo visado (VESTERGARD, 2004).

Vestergard (2004) assevera que no processo de criação publicitária é necessário identificar as características do público-alvo, como idade, sexo, classe social, hábitos de consumo. Dessa forma, amplia-se o potencial da publicidade para influenciar os pretensos consumidores a aderirem à proposta de um produto ou serviço.

De posse desses dados, os publicitários lançam mão, em suas criações, de elementos que visem sensibilizar e cativar esse receptor em potencial, unindo os anseios de um potencial consumidor à sua condição sociocultural. Com esse intuito, constroem mensagens textuais e visuais, materializadas no formato de peças publicitárias, sejam anúncios impressos (jornal, revista e outdoor), sejam propagandas eletrônicas (televisão e rádio) (BIGAL, 1999).

Para que um material publicitário seja produzido e iniciado, é preciso que uma empresa contrate os serviços de uma agência de propaganda. Cabe a esta reunir os profissionais que vão pensar na estratégia criativa adequada à necessidade de divulgação de um

produto ou serviço para a empresa anunciante. A remuneração da agência de propaganda obrigatoriamente depende do porte de seu contratante e do volume de verba destinado à divulgação.

Da mesma forma que o investimento financeiro do Estado em anúncios oficiais era fundamental para a sobrevivência dos veículos de comunicação, as agências de propaganda viam na possibilidade de atender uma conta governamental uma grande oportunidade de obter consideráveis ganhos financeiros. E elas não mediram esforços para se aproximar dos militares, vendendo a ideia de colaborar com o governo na criação de uma imagem favorável do país, que vivia sob férrea ditadura militar e ostensiva repressão.

Sobre a abordagem dos publicitários aos militares, Fico aduz:

Referindo-se explicitamente à propaganda oficial, alguns publicitários falavam da necessidade de auxiliar politicamente o governo, de usar suas habilidades técnicas para a consecução dos vagos objetivos de “despertar nas consciências brasileiras a necessidade de participar” (1997, p. 115).

A fim de convencer os militares sobre a importância da atividade publicitária no conturbado período de ditadura militar, os publicitários adotaram o discurso de que a propaganda governamental auxiliaria a atrair a simpatia da população, motivada, sobretudo, pela sucessão de imagens que valorizassem o patriotismo e o otimismo no futuro do país, além de apresentar as conquistas e realizações de cada mandato.

Fico (1997) resgata uma entrevista para o *Jornal do Brasil*, de 1971, com Mauro Salles, publicitário e proprietário de uma das mais conceituadas agências da década de 70, a Mauro Salles Publicidade, em que fala sobre o papel político da propaganda no desenvolvimento do país:

A propaganda política deveria despertar a opinião pública para as tarefas comuns da coletividade, capazes de motivar o indivíduo a uma ação politicamente relevante. [...] O esforço de propaganda, em termos políticos, deve visar a uma mobilização social, a uma mobilização econômica, a uma mobilização cívico-patriótica e, finalmente, a uma

mobilização eleitoral [...] o publicitário brasileiro tem que ter uma consciência política em todo o trabalho que realize (1997, p. 115).

Esse discurso, ao representar o pensamento da classe publicitária, explicita uma vontade de se alinhar politicamente ao governo, por ideologia ou por interesses de ordem financeira. Fundamentados em Fico (1997), acreditamos que a opção pela segunda alternativa exerceu maior influência do que a primeira. O autor narra que a movimentação das agências de se declararem publicamente a favor do governo foi uma estratégia de caráter meramente comercial para angariarem as polpudas e disputadas contas oficiais.

O governo, ao reconhecer essa “boa vontade” dos publicitários em atuarem em consonância ao fortalecimento do “caráter nacional”, passou a ver nas propagandas um novo campo para tentar moldar o conteúdo da informação à população. Sendo assim, o governo empenhou-se em também disciplinar e interferir na atividade publicitária, nos mesmos moldes como operava a relação com a imprensa.

Fico (1997) cita que no período compreendido entre 1969 e 1974, cujo presidente era o general Emílio Garrastazu Médici, houve um “esforço” para estabelecer um acordo entre o governo federal e as agências de propaganda sobre os temas que deveriam ser abordados ou não pelos anúncios. A publicidade, como forma de tornar suas criações mais atrativas “[...] falava em ‘luta armada contra a carestia’, ‘liberte-se da tirania do coador’, ‘seja cruel se lhe venderem outro tergal’” (FICO, 1997, p. 116). Havia claramente uma intenção por parte do mercado publicitário de relacionar a criação textual dos materiais à conjuntura política no país, de violência e autoridade. Já o governo tentava inibir essa prática, censurando o que seria publicado e impedindo que contas governamentais fossem atendidas por agências que não seguissem a cartilha estabelecida (FICO, 1997).

É possível relacionar essa interferência do poder federal na atividade publicitária àquela realizada sobre a imprensa. Se na prática conhecida como censura prévia os censores deveriam ler cada página a fim de aprovar, reprovar ou sugerir acertos em reportagens, entendemos que nessa espécie de “pente fino” sobre o conteúdo editorial determinados

anúncios publicitários também foram atingidos por um modelo similar a esse da censura prévia.

Marconi (1980) quantifica quatro anúncios que sofreram restrições por parte da censura na revista *Veja*. Apesar de não se explicitar claramente os motivos do veto, encontramos indícios sobre como se procedia esse tipo de proibição a partir de Fico, que nos apresenta o depoimento do secretário de comunicação do governo Médici, Octavio Costa:

Constatamos que a propaganda comercial estava inteiramente contrária aos esforços do governo: vendia mensagens de violência, ódio, rebeldia e até mesmo subversão. Realizamos um imenso esforço junto a todas essas organizações no sentido de sublimarmos essa propaganda comercial para somar forças com o Brasil num clima de amor e participação (FICO, 1997, p. 116).

Assim, se a censura prévia caracterizou-se pelo veto a um material jornalístico já apurado e redigido, observamos que também no campo publicitário houve cerceamento de liberdade acerca do que seria veiculado após a propaganda já ter sido preparada e aprovada pelo anunciante e pela agência que a concebeu. Vale ressaltar que na mesma prova do jornal que os censores liam para verificar se as reportagens eram passíveis de restrições, constavam também os anúncios publicitários que comporiam a publicação.

De forma quase complementar e correlata, percebe-se que a autocensura, que consistia em não se noticiar nos veículos de comunicação determinados temas considerados contrários ao interesse do regime militar, também exerceu influência na publicidade. Depreende-se do depoimento do secretário Octávio Costa o desejo de “orientar” o que deveria ser veiculado pela propaganda com o intuito de “[...] afirmar a inevitabilidade do futuro grandioso do país, reiterar a autenticidade de certos valores nacionais, sugerir que finalmente o Brasil havia encontrado o rumo certo” (FICO, 1997, p. 117).

Na obra *Como eles agiam*, Fico (2001, p. 169) elenca o conjunto temático do que não deveria ser mencionado pelos jornalistas: “[...] anistia, clero, educação, índio, liberdade de imprensa, moral e bons costumes, política, política econômica, subversão, sucessão presidencial, tóxicos e Transamazônica”. Por conseguinte, esses temas também

deveriam ser evitados na criação de anúncios publicitários, sejam eles para o governo, sejam para empresas privadas.

Em consonância com esse rol de assuntos proibidos, verifica-se o veto, em janeiro de 1972, a um anúncio da Cooperativa Central dos Produtores de Açúcar e do Alcool, que continha a ilustração de uma foice e um martelo (FICO, 2001). Ou seja, em um regime que recebia forte influência norte-americana, capitalista, inserido em um contexto de Guerra Fria, fazer alusões ao comunismo, que, segundo os ideólogos do regime militar brasileiro, era sinônimo de subversão, transgressão, inimizade, ameaça externa e ausência de patriotismo, deveria ser evitado sob qualquer espécie, inclusive em propaganda comercial.

Em relação ao veto e controle sobre os anúncios veiculados, Craidy (2009) apresenta um exemplo distinto dos elencados até então, todavia muito significativo para ilustrar o patrulhamento que incidiu também sobre a publicidade. Em janeiro de 1969, o Brasil, poucos meses após a decretação do Ato Institucional n. 5, por sinal o mais rígido e que afetou sobremaneira a autonomia dos veículos de comunicação, a agência de propaganda Norton Publicidade decidiu fazer um anúncio em uma revista chamada *Propaganda* para se divulgar, com o intuito de captar novos clientes. Ou seja, nesse caso, ela própria era a empresa anunciante. A princípio, uma prática comum e corriqueira. Contudo, esse anúncio trazia em letras garrafais, semelhante a uma manchete jornalística e em destaque, a frase “Os subversivos” (Anexo B). A seguir, em trechos do texto que acompanhavam a peça, havia expressões como “Basta apertar um botão”, em alusão à Guerra Fria entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética; “Olha as armas terríveis que eles têm na mão”, menção às máquinas de escrever que os publicitários carregavam na foto que ilustra o anúncio; “ideologia e infiltrada”, termos fortemente associados ao comunismo e espionagem.



Figura 14 – Imagem do anúncio publicitário intitulado *Os subversivos*.
Fonte: Craidy (2009, p. 115).

A publicidade, como já descrita, objetivando tornar sua divulgação mais persuasiva, elementos e simbologias característicos de um suposto público-alvo, e também de todas as circunstâncias histórico-sociais de um dado período. A respeito do anúncio, Craidy relembra que nos primeiros meses do AI-5

[...] o noticiário vivia recheado de fotos de subversivos denunciados à nação tanto pelos soldados da ditadura quanto pelos próprios civis da classe média – historicamente medrosa e fiel amante de segurança e estabilidade –, que entendiam a subversão como uma espécie prévia sinistra de apocalipse, em que comunistas devoravam criancinhas e de sobremesa lambuzavam os beijos desapropriando ricas herdades (2009, p. 119).

Em um momento como o vivido no Brasil pós AI-5, é possível sim que o anúncio tenha sido considerado uma afronta, uma forma de resistência por parte dos publicitários daquela agência de propaganda.

Neil Fernandes, um dos criadores responsáveis por aquela peça, foi intimado a comparecer em um escritório da Polícia Federal que coordenava a censura aos meios de comunicação para prestar esclarecimentos sobre a intenção em se produzir o anúncio *Os subversivos*. Neil Fernandes reporta a Craidy como se deu o encontro:

O anúncio foi um atrevimento, sim. [...] Falei com o diretor, um militar em roupas civis, que me perguntou muito sobre o que eu queria dizer com aquele anúncio e por que tinha escolhido a palavra “subversivos” tão grande no título. Queria falar sobre a agência, como estava no texto, seus profissionais, como estava no texto, o que os clientes poderiam esperar, como estava no texto. Sobre a palavra “subversivo”, falei horas, não fui sequer ouvido. Então apelei e falei, “olha coronel, essa palavra equivale a mulher pelada no anúncio, é só para chamar a atenção” (2009, p. 124).

A justificativa de associar a expressão “subversivos” ao uso da imagem de uma mulher nua foi plenamente aceita pelo militar, que, segundo o publicitário, o liberou logo em seguida (CRAIDY, 2009).

Também no Espírito Santo temos registros de ações publicitárias que incomodaram o regime militar. Um dos entrevistados para esta dissertação, com forte e reconhecida atuação na publicidade, contou-nos que, por ocasião da parada militar no dia 7 de setembro de 1973, solicitou para a empresa Dadalto S.A. a produção de 50 minibandeiras brasileiras para serem tremuladas no momento do desfile. No verso dessas bandeiras constava a frase “Uma cortesia das Casas Dadalto”. Segundo o publicitário, aquela ação provida pelo anunciante visava valorizar e enaltecer o evento. No entanto, não foi bem recebida pelos militares, que recolheram todo o material, além de prenderem o nosso entrevistado. A alegação fornecida era a de que ninguém tinha autorização para “mexer” na bandeira brasileira. Ele foi detido por cerca de 4 (quatro) horas, sendo liberado depois.⁹

À medida em que fomos conversando sobre a censura à publicidade, esse mesmo entrevistado foi lembrando outras situações em que nelas se fez presente. Ele nos relatou que em todas as ocasiões em que foi vítima de algum tipo de veto, as peças publicitárias haviam sido criadas para a empresa Dadalto.

Um dos exemplos citados por ele diz respeito à censura relacionada aos valores morais. Ele narra que havia criado uma propaganda de televisão para vender fitas cassete, e o mote principal era a frase: “Virgens, mas não por muito tempo”. De acordo com o

⁹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

publicitário, os responsáveis pelo regime no Espírito Santo acharam que a menção à palavra *virgens* era “perigosa e capciosa”, representando assim atentado ao pudor, e, devido a isso, pediram que aquele material fosse retirado do ar. Vale lembrar que havia uma “orientação” dos militares para que a publicidade, seguindo os moldes do jornalismo, também evitasse temas que atentassem para os valores preconizados pela revolução (FICO, 1997). No nosso entendimento, o caráter polissêmico da palavra *virgens*, ao mesmo tempo que contribuiu para tornar a frase mais atrativa, acabou motivando a reação dos militares em pedir que não fosse mais veiculada.

Porém, o caso mais polêmico relatado pelo publicitário aconteceu em 1975, novamente em uma ação para a Dadalto. O detalhe que a distingue das demais é que esta campanha era composta de *teasers*¹⁰, ou seja, peças publicitárias que necessitam de complemento para ter o seu sentido. A capital do Espírito Santo acordou repleta de *outdoors* com a mensagem “Preço e povo estão unidos”. Coincidentemente, na mesma data em que o material publicitário foi para as ruas, Quandt de Oliveira, à época Ministro das Comunicações do governo do general Ernesto Geisel, desembarcou em Vitória e estranhou aquelas mensagens. O ministro julgou ser uma manifestação da oposição.

Segundo o entrevistado¹¹, a repercussão da campanha foi imediata e “aterradora”. “Fui intimado pelo governador do Estado para prestar esclarecimentos. Tive de dizer que fazia parte de uma campanha publicitária”. Em virtude do mal-entendido ocasionado, o governador solicitou que o publicitário agilizasse logo o desfecho daquela série de peças de propaganda, a fim de evitar novos embaraços.

Na ocasião da entrevista, perguntamos ao depoente se ele possuía alguma cópia ou fotografia da campanha publicitária mencionada anteriormente, porém ele nos respondeu que não dispunha, uma vez que já havia se passado muito tempo da veiculação.¹²

¹⁰ Para Celso Figueiredo (2005), *teaser* consiste em uma modalidade de anúncio publicitário que visa a instigar a curiosidade da audiência. São peças que necessitam obrigatoriamente de uma outra peça que apresente um desfecho revelador para que o sentido seja completamente entendido.

¹¹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

¹² Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

Entretanto, o fato havia vazado para outras esferas e mais pessoas tomaram conhecimento do ocorrido. Uma delas foi o chargista Milson Henriques, que, conforme nos disse o publicitário, aproveitou o burburinho acerca do mal-estar gerado e criou uma charge reproduzindo a arte dos *outdoors* como se estivesse dando continuidade àquela campanha. Nos dizeres da ilustração constava a frase “Contra quem?”. O entrevistado não soube precisar o efeito da ação do ilustrador, pois considera que o entendimento foi restrito às poucas pessoas que sabiam do ocorrido entre ele e o governo.

Neste capítulo objetivamos oferecer um panorama mais amplo e diversificado sobre a prática censora na difusão de informações. A censura na atividade jornalística brasileira é uma das marcas mais visíveis da ditadura militar imposta em 1964. No entanto, bem menos documentada e talvez até mais esparsa é a censura exercida sobre a publicidade. Muitas vezes confundida com o próprio labor do jornalismo, por também fazer parte da área de conhecimento intitulada Comunicação Social, a censura à propaganda pode ser entendida como uma modalidade de bloqueio comercial.

Acreditamos que resgatar esse assunto e refletir sobre a ingerência dos militares também na propaganda é permitir que se abra uma nova possibilidade de estudar, de forma mais completa, a ação da censura no país. Concordamos que, ao contrário do que ocorreu com o jornalismo, os ideólogos do regime militar podem ter subestimado a publicidade ou, simplesmente, não tinham informações suficientes sobre sua importância como ferramenta de manipulação e persuasão das massas.

Percebemos que, embora significativa e digna de estudo mais apurado, a prática censora à publicidade não foi tão bem sistematizada, orquestrada, vigiada e patrulhada pelo regime.

No capítulo a seguir, abordaremos mais detidamente o jornal capixaba *O Diário* e como foi a relação dele com a censura tanto no campo jornalístico, como em relação ao encaminhamento da publicidade oficial em suas páginas.

4. CARACTERIZANDO O JORNAL O DIÁRIO

Embora no período em que é confeccionada esta dissertação complete cerca de 30 anos da última edição em circulação do jornal *O Diário*, revisitar sob uma perspectiva mais crítica a sua história e o seu legado é fundamental para uma melhor compreensão de como a atuação dos militares - suas intervenções e interferências - atingiu de forma marcante também a imprensa capixaba.

No processo de produção para este estudo foi necessário empreender uma pesquisa não somente bibliográfica, mas também por meio de entrevistas presenciais com jornalistas, publicitários e empresários que trabalharam e vivenciaram os Anos de Chumbo na redação do jornal *O Diário*. Seguindo a orientação de Alberti (2004), os entrevistados foram selecionados a partir do cargo que atuaram na publicação, sendo levado em consideração a possibilidade em extrair deles depoimentos que enriquecessem e trouxessem novos dados para esta pesquisa. Sendo assim, conversamos com os jornalistas Hesio Pessali, Milson Henriques, Rubinho Gomes e Cacau Monjardim e o publicitário George Bomfim. Com o intuito de preservá-los, optamos por não revelar a identidade dos entrevistados na maior parte dos trechos.

Após a coleta de material bibliográfico, visita ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e transcrição das entrevistas, as informações foram analisadas e confrontadas com diversas fontes, como os autores que trataram em suas obras acerca da imprensa nacional e o poder, a fim de se extrair e destacar o que houve de mais significativo e representativo na relação entre o jornal *O Diário*, sob análise nestas páginas, e a influência do regime militar.

O início das atividades do jornal *O Diário* é datado de 7 de junho de 1955. Instalado na Rua Sete de Setembro, no Centro de Vitória, Espírito Santo, *O Diário* foi concebido, a princípio, com o intuito de ser uma alternativa de leitura para a população capixaba, que oferecesse informações e prestasse serviços, porém, inicialmente, sem quaisquer ligações partidárias (TATAGIBA, 2010).

Segundo a jornalista Suzana Tatagiba, em seu estudo sobre a publicação,

O Diário não seria apenas um jornal político, nem uma fonte de revanchismo, nem uma idéia tresloucada, e sim um órgão destinado a prestar extraordinários serviços à imprensa e cultura do Estado (TATAGIBA, 2010, p. 75).

A referida autora comenta que se posicionar como um veículo independente era uma estratégia para tentar fazer frente aos dois jornais que existiam à época, e ambos com ligações a grupos políticos: o jornal *A Gazeta*, vinculado ao político Carlos Lindenberg, do Partido Social Democrata (PSD), e o jornal *A Tribuna*, com conexões ao político paulista Adhemar de Barros, do Partido Social Progressista (PSP).



Figura 15 – Capas do jornal *O Diário*.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Em contrapartida ao entendimento de Tatagiba, o jornalista Marien Calixte (1998) explica que, no início de suas operações, mais especificamente entre 1956 e 1958, o *Diário* foi utilizado para atacar os políticos locais, sobretudo Carlos Lindenberg, governador do Espírito Santo durante dois mandatos, e, conforme mencionado, empresário do setor de comunicações, mais especificamente da *Rede Gazeta de Comunicações*, a quem o jornal *A Gazeta* era (e, até o momento da confecção desta dissertação, é) vinculado.

Calixte (1998) apresenta-nos um dado no mínimo curioso ao citar que não raramente os jornais *A Tribuna* e *O Diário*, deixavam de lado a concorrência e se uniam para atacar simultaneamente contra Lindenberg, proprietário de *A Gazeta*.

Tatagiba (2010) e Calixte (1998) observam que nos três primeiros anos, como o *Diário* não conseguia competir em pé de igualdade com *A Gazeta* e *A Tribuna*, invariavelmente lançava mão do sensacionalismo exagerado em suas manchetes, a fim de tentar chamar a atenção do leitor. A sua tiragem média era consideravelmente inferior a das duas outras publicações.

Em comparação, principalmente com *A Gazeta*, a estrutura operacional era extremamente precária. Além de possuir um maquinário comprado de segunda mão, faltavam equipamentos de qualidade, como uma impressora para reproduzir as fotografias com fidelidade e rapidez. A solução adotada, em muitos casos, beirava a improvisação e o amadorismo (CALIXTE, 1998).

O jornalista Paulo Maia confirma esse quadro, mostrando-nos como as dificuldades em trabalhar em uma empresa de comunicação carente de recursos tecnológicos e financeiros restringiam o trabalho do jornalista na confecção de uma reportagem, e nos ilustra essa situação por meio de um diálogo entre ele e o chefe de oficina, responsável por inserir as fotos na publicação.

- Tem uma notícia de esporte. Traz aquela foto do Fleitas Solich, que era técnico do Flamengo.

- Mas hoje em dia ele é técnico de um time do Uruguai.

- Não tem importância.

E saía na legenda: “O Flamengo que já teve o Fleitas Solich como técnico, ganhou de tanto...” Era assim que a coisa funcionava. Às vezes o sujeito tinha barba há vários anos, mas aparecia no jornal com aquela cara de recém-saído do exército (MAIA, 1998, p. 67).

Tatagiba, em artigo sobre *O Diário* para a obra *Imprensa Capixaba*, relata que no afã de incrementar as vendas de exemplares e sem recursos disponíveis para elaborar uma divulgação publicitária mais expressiva, os jornalistas acabavam por produzir reportagens fictícias, exagerando no apelo popular, sensacionalistas e fantasiosas. Em uma dessas matérias inventadas com fins declaradamente comerciais:

[...] o fotógrafo Paulo Makoto fotografou calotas de carro jogadas de um morro de Vitória que ficaram parecidas com discos voadores. O jornal, no dia seguinte, estampou manchetes de discos voadores rondando o Penedo. Um furo de reportagem!, que foi abortado pelo interesse da Aeronáutica em descobrir esses fenômenos extraterrestres em terras capixabas (TATAGIBA, 2010, p. 79).

A ocorrência de matérias fictícias nas páginas de *O Diário* também foi mencionada por um dos entrevistados. Contudo, ele nos acrescenta que, embora inventar matérias fictícias geralmente objetivassem gerar o aumento da venda de exemplares, havia uma outra motivação que os levavam a fazer isso: fomentar o espírito de irreverência entre os jornalistas, e que isso era uma constante na redação do periódico. O burburinho era enorme entre os colegas. As palavras do entrevistado ao se referir a esses episódios resumem a atmosfera de trabalho do jornal: “O Diário era amador em todos os sentidos, até no amor ao jornal”.¹³

Igualmente, outra matéria imaginativa narrada por um entrevistado demonstra quão irreverentes eram os jornalistas de *O Diário*. Certo dia, em novembro de 1972, a “vidente” Erotildes de Souza (pseudônimo de um jornalista), que redigia a sessão de horóscopo, noticia que o fim do mundo estava próximo e começaria pela cidade de Itarana, no interior do Espírito Santo. Como a repercussão fora grande, com *O Diário* recebendo inúmeras ligações, os demais colegas jornalistas decidiram fomentar ainda mais essa história. Assim, em outra sessão do jornal, a fim de amplificar o assunto, um jornalista relata que já estavam faltando alimentos em alguns supermercados de Itarana. Em outra, que o campo de futebol da cidade havia sido invadido por manifestantes. Manchetes com frases como “Itarana em calamidade pública” foram criadas. Não tardou os políticos de Itarana ligarem para o jornal pedindo a “publicação de uma matéria que retificasse o bom nome do município”. A situação tornara-se insustentável, segundo o nosso entrevistado, até que o mesmo jornalista que deu início à série de boatos produziu uma matéria, no dia 2 de janeiro, dando fim àquela história inventada. Na reportagem publicada foi noticiado [...] “que Erotildes havia fugido com a namorada, que esperava no carro, e depois disso nunca mais foi vista”.¹⁴

¹³ Informação repassada em entrevista realizada no dia 13/09/2010.

¹⁴ Informação repassada em entrevista realizada no dia 13/09/2010.

Consideramos importante observar que na ocasião da entrevista ao pesquisador deste estudo, o jornalista que nos relatou tal fato divertia-se muito à medida em que narrava o desfecho da saga de Erotildes e fez questão de ressaltar e enfatizar que a suposta vidente havia fugido com a *namorada*. Ele comentou que aludir a um relacionamento homossexual era uma forma sutil de transgredir e alfinetar a sociedade, e os militares da época, que conforme já visto nos capítulos anteriores deste estudo, tentavam direcionar o conteúdo temático para o que deveria ser ou não divulgado, tanto em produções jornalísticas (AQUINO, 1999; SMITH, 2000), como em peças publicitárias (FICO, 1997). E, ao insinuar nas páginas da publicação acerca de um relacionamento homossexual, estava aludindo aos valores morais que os militares tanto desejavam que fossem propagados pelos veículos de comunicação.

Em nossa visita ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo tentamos encontrar as edições do jornal *O Diário* relativas a esse episódio narrado pela suposta vidente. Infelizmente não encontramos, uma vez que o órgão dispõe somente dos exemplares do ano de 1969 e os de janeiro de 1970.

A atmosfera de trabalho do jornal *O Diário* é recorrentemente citada tanto pelos autores consultados, como pelos entrevistados. Um destes foi enfático em classificar a equipe como “[...] uma cambada de *porralouca*. A grande maioria dos jornalistas queria criar matérias polêmicas, gerando descrédito, deboche”¹⁵. Outra observação que entendemos pertinente expor diz respeito ao termo *porralouca*. Para nossa surpresa, todos os cinco entrevistados, espontaneamente, referiam-se à equipe dessa forma, o que na percepção do pesquisador reforça a tese de que, embora vivessem em um momento altamente repressor, o convívio entre eles era bem descontraído, de amizade e irreverência.

¹⁵ Informação repassada em entrevista realizada no dia 13/09/2010.



Figura 16 - Matéria do ano de 1969 que apresenta a equipe do *Diário*.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Esse afeto comum manifestado pelos entrevistados bem como fontes bibliográficas, que resgatam a passagem profissional deles pelo *Diário* reforça a descrição proposta por Seixas (2004), que entende a memória involuntária como aquela que não permite que a emoção se descole; ela emerge de forma íntegra, transparente, com um envolvimento espontâneo que reflete de fato o momento vivenciado.

Procuramos saber de um entrevistado quantas pessoas compunham a equipe do *Diário* no seu período áureo, entre 1968 e 1974. O jornalista comentou que trabalhavam simultaneamente em torno de 50 pessoas, divididas aproximadamente em 25 (repórteres, 10 redatores, 10 gráficos responsáveis pela impressão da publicação e o restante formado pela diretoria e profissionais cuja competência era a captação do investimento publicitário.¹⁶

Durante toda a sua existência, o jornal *O Diário* em raros momentos usufruiu de um equilíbrio financeiro em suas contas. Calixte comenta que em 1974, diante da imensa dificuldade em se manter economicamente, ele próprio recomendou aos patrões que fechassem de uma vez *O Diário* para dar fim àquela situação de indefinição:

¹⁶ Informação repassada em entrevista realizada no dia 13/09/2010.

O jornal estava sem rumo. Tinha patrões ricos, e mais nada. E ninguém recebia. Todo mundo estava com três, quatro meses de salário atrasados: gráficos, jornalistas, o pessoal da administração. Eu fui lá, vi a situação, me informei, conversei com o pessoal e disse a Américo: “o negócio está feio. Primeiro vocês têm de pagar todo mundo. Depois, ou vocês fecham o jornal, e assim acaba a dor de cabeça, ou vocês vendem para outro grupo ou pessoa. Inicialmente, no entanto, é necessário colocar em dia a situação que está lá. Vocês têm dinheiro para isso, porque vai pegar muito mal para vocês se essas dívidas ficarem pendentes”. Então, eles botaram tudo em dia (CALIXTE, 1998, p. 27).

O depoimento de um dos entrevistados, que cuidava diretamente da parte comercial, lança uma nova reflexão sobre as finanças do *Diário* e que se confronta diretamente com o descrito por Calixte (1998). Ele nos revelou que o salário e as comissões advindas com a venda de anúncios para empresas anunciantes que ele recebia resultavam em um salário bem alto para a época. Esse mesmo entrevistado nos fez conhecer que um dos diretores do *Diário*, a quem optamos por omitir a identificação, pensava primeiro em si na hora do recebimento de salários, e que os profissionais da área comercial gozavam de privilégios financeiros que o restante da equipe não usufruía.¹⁷

Diante do confronto com o exposto pelos entrevistados e as fontes bibliográficas, é possível concluir que havia duas realidades financeiras bem distintas e diametralmente opostas no que tange ao recebimento do salário: dos diretores (bem remunerados) e a dos jornalistas e demais trabalhadores (que sofriam com a não periodicidade no recebimento dos seus vencimentos mensais).

Como o salário de grande parte dos funcionários era constantemente atrasado, muitas vezes, como solução paliativa, os trabalhadores tinham de apelar para o recebimento de “vales”, para tentar saldar os compromissos mais emergenciais. Eleisson de Almeida narra de uma maneira bem-humorada sobre quão complicado era receber o salário regularmente no *Diário*.

¹⁷ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

Ganhava-se terrivelmente mal naquela época. A gente nunca recebia o salário inteiro, só vales. O “seu” Lisboa era o nosso gerente comercial. No sábado, todo mundo tinha uma festinha para ir, uma namorada para levar ao cinema, um baile no Álvares Cabral ou no Saldanha da Gama. Nós ficávamos ali mendigando um vale ao “seu” Lisboa. (1998, p. 82).

Mas então o que motivava continuar trabalhando nessas condições? O mesmo jornalista responde, não só por ele, mas também pelos demais colegas, alegando que ao fazer parte da equipe do *Diário*, sabiam que estavam em uma espécie de vanguarda intelectual da época. “Sobrevivemos porque tínhamos uma gana muito grande de botar aquele jornal na rua, inclusive para forçar uma concorrência com *A Gazeta*. Nós estávamos querendo ocupar esse espaço” (ALMEIDA, 1998, p. 82).

Um dos entrevistados nos confirmou essa realidade que enfrentaram ao nos afirmar que aceitavam trabalhar no *Diário* ciente das dificuldades e que, mesmo com a questão da falta de regularidade no pagamento ser um problema crônico, “[...] a gente não abandonava o barco”.¹⁸

As dificuldades eram tremendas, e para manter o veículo nas bancas era preciso agir com criatividade. Muitas inovações foram propostas pelo *Diário* e até seguidas pelos concorrentes. Uma delas poderia ser visualizada na seção destinada aos assuntos culturais. Segundo um entrevistado, a grande diferença dessa seção é que na sua composição gráfica, o jornal ousava ao permitir que houvesse um distanciamento maior entre linhas, com mais espaços em brancos, favorecendo a leitura do conteúdo exposto ali.¹⁹ A partir dos exemplos a seguir, é possível visualizar essa opção estética pensada pela equipe do *Diário* (Figura 17).

¹⁸ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

¹⁹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

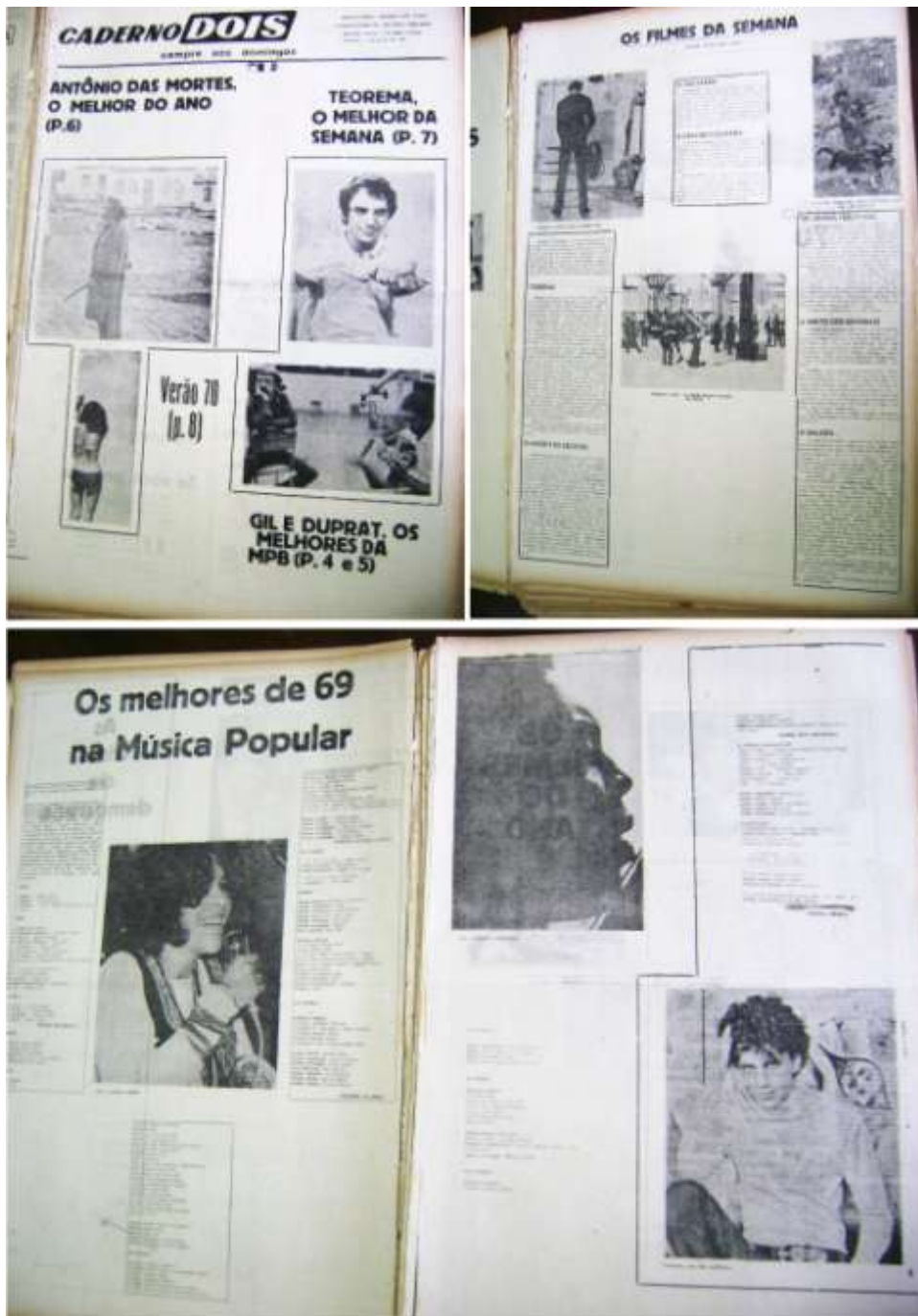


Figura 17 – Páginas do jornal *O Diário*, em que a diagramação apresenta muitos espaços não preenchidos com matérias.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

O jornalista Paulo Maia, porém, adverte que a ousadia também enfrentou resistência, a começar pelo próprio departamento comercial do jornal que via naquela forma de diagramação um desperdício de espaço, uma vez que o custo para rodagem e manutenção do *Diário* era muito alto.

Aquilo era reclamação o tempo todo, mas era uma coisa bonita de se pegar uma página inteira e descer a matéria na diagonal. Visualmente era uma beleza, mas o gerente virava o bicho, porque para ele era espaço que estava se jogando fora. O espaço, na visão dele, era para ser faturado (MAIA, 1998, p. 63).

Outro ponto que consideramos importante ressaltar é a recorrência com que tanto os autores lidos e jornalistas entrevistados têm declarado que o jornal *O Diário* foi uma “escola de jornalismo”. Antonio Rosseti comenta que era uma prática comum na publicação contratar estagiários sem experiência anterior com jornais. “A proposta era renovar, aprimorar e atualizar o jornal” (1998, p. 125). No entanto, observa Rosseti, sempre com orientação de profissionais com mais bagagem e experiência, como o jornalista Hesio Pessali, que voltava a Vitória após um período como jornalista na revista *Veja*, da Editora Abril. “Efetivamente, a redação do DIÁRIO oferecia possibilidades de aprendizado. Estávamos motivados. Foram contratados também profissionais maduros, com grande bagagem e experiência” (ROSSETI, 1998, p. 125).

Marilio Cabral não só corrobora com a assertiva, como enfatiza que a publicação da Rua Sete de Setembro propiciou um grande aprendizado a muitos profissionais. Ele acredita que “[...] melhor escola de jornalismo local que o *Diário* representou na época, impossível” (1998, p. 48). Segundo Cabral, o carinho e o paternalismo com que os mais experientes recebiam, integravam e orientavam os recém-chegados, cheios de ideal e vontade de escrever, contribuía para a formação de um clima altamente favorável e produtivo do ponto de vista jornalístico.

Paulo Maia menciona que os profissionais que atuavam no *Diário* usufruíam de liberdade plena e irrestrita para propor inovações. “O Diário sempre foi uma escola. Teve um incremento especial com a equipe que saiu da Tribuna, levando inovações na paginação, na diagramação e até no salário” (1998, p. 63).

A atmosfera na qual se respirava juventude, criatividade e ousadia parecia contagiar aos que faziam parte daquela equipe. Rosseti relata que não obstante trabalhassem muito, até altas horas da noite, e o compromisso na elaboração de cada edição do jornal, havia um clima de companheirismo muito grande, de descontração, e que reinava a vontade

de sempre executar um trabalho de uma maneira diferente. “Era permitido errar”, sintetiza Rosseti (1998, p. 125).

Cacau Monjardim também se refere ao *Diário* como uma escola de jornalismo, e atribui isso ao fato de na sua origem ter surgido a partir de “[...] investida corajosa, quase heróica para a época, de se implantar um jornal com independência suficiente para acutillar a administração estadual e dar um novo tratamento à notícia” (1998, p. 52). O jornalista salienta que era uma política do próprio veículo oferecer oportunidades a muitos que desejassem colaborar com *O Diário*.

[...] o jornal passou a ter identidade com a juventude daquele tempo. Era uma “universidade” que nascia. Sem dúvida alguma, o Espírito Santo deve ao DIÁRIO muito mais do que se pode supor. Porque ali nasceram grandes idéias, grandes fatos, grandes conquistas (1998, p. 52).

O jornalista e radialista Eleisson de Almeida é mais um que também se refere ao *Diário* como uma escola de jornalismo. Para ele, em uma época em que ainda não havia o curso de jornalismo na Universidade Federal do Espírito Santo, coube ao *Diário* formar os melhores profissionais da área. “Todos os talentos formados no DIÁRIO depois eram contratados pela Gazeta e pela Tribuna, o que evidencia sua importância como formador de uma brilhante geração de jornalistas” (ALMEIDA, 1998, p. 82).

Segundo Silva et al. (2008), o *Diário* teve a ousadia de ser pioneiro em vários aspectos, entre eles a criação de cadernos especiais, que serve tanto para delimitar certos assuntos em seções específicas, como também para propor que se produza um material jornalístico acerca de um tema bem definido.

Monjardim ilustra como se procedeu esse pioneirismo na confecção de cadernos especiais pela imprensa capixaba.

Eram cadernos especiais sobre vários assuntos, como por exemplo “A Vale do Rio Doce no contexto da economia capixaba”, em que saiu uma reportagem belíssima feita por mim. Depois de ter acesso ao orçamento, aos gastos, aos equipamentos e a todos os setores da Vale, mostrei que não era só o apito do trem que a empresa deixava no Espírito Santo, como se falava na época. Fizemos um caderno

maravilhoso sobre o que a Vale representava para o Estado. Era uma coisa completamente nova no jornalismo capixaba (1998, p. 54).

Silva et al. (2008, p. 147) destacam também a relação de informalidade e de sobrecarga de trabalho que predominavam na redação: “[...] os profissionais que por lá passaram participavam de todas as etapas de produção da notícia, desde a apuração até a parte técnica. Muitos deles entravam no jornal por acaso e sem experiência alguma”.

Tanta liberdade, descontração e oportunidade de inserção no mercado de trabalho para quem desejasse também tinham um preço: os salários reduzidos ou não pagos.

A partir de 1974, a situação financeira do *Diário* começava a se tornar insustentável. Calixte relata que “[...] o Diário estava pré-falido” (1998, p. 26). Além dos salários atrasados e das dívidas com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e com a receita federal, o jornal já não conseguia pagar em dia o aluguel do espaço em que trabalhavam, nem água, luz.

Obviamente, esse cenário negativo também se refletiu nas vendas. Se nos tempos de maior repercussão circulava com cerca de 12 mil exemplares, diante do quadro recessivo passou a ir para as ruas com 500 unidades. Até a periodicidade foi afetada.

O assinante já não recebia o jornal, as bancas algumas vezes recebiam para dizer que o jornal estava lá. Ao assinante a gente mentia: “vai chegar, vai chegar; quebrou a máquina, faltou luz” (CALIXTE, 1998, p. 28).

Entre um empréstimo e outro, a situação foi se arrastando, e o jornal agonizando até 1980. O último proprietário, José Maria Ramos Gagno, observa que *O Diário* era até prestigiado pelos leitores e pela população capixaba, mas que já não tinha mais crédito no mercado para seguir adiante.

[...] era difícil conseguir o papel, que era vendido somente com pagamento antecipado. Os grandes fornecedores do Rio de Janeiro e São Paulo só mandavam as bobinas com a remessa do dinheiro. Se o pagamento fosse em cheque, só mandavam o papel depois que compensassem o cheque (GAGNO, 1998, P. 36).

Com a situação insustentável, e inclui-se aí a crescente animosidade dos funcionários, só restou fechar as portas do jornal *O Diário*, com seus 25 anos de jornalismo marcante no Espírito Santo.

4.1 A POLÍTICA NAS PÁGINAS DO JORNAL O DIÁRIO

Apesar de a jornalista Suzana Tatagiba (2010) afirmar que o jornal *O Diário* surgiu com a proposta de ser uma terceira via, independente, desvinculado de grupos políticos, conforme descrito no início desse capítulo, ao consultar outros autores verificamos que a história da referida publicação manteve estreita ligação com a trajetória de políticos de relevância no Espírito Santo.

Já foi mencionado que tanto o jornal *A Tribuna* quanto *A Gazeta* possuíam estreitas relações com grupos políticos. Com *O Diário* não foi diferente. Pedro Maia (1998) nos conta que em 1956 o jornal *O Diário* havia sido comprado pelo empresário Mário Tamboridégui, da cidade de Campos, no Rio de Janeiro, e repassado, em seguida, ao amigo e governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar, popularmente apelidado de Chiquinho. Este, por sua vez, nesse momento da aquisição, passou a atuar e ser reconhecido como o grande porta-voz e responsável pela direção e comando do jornal *O Diário*. Sob sua gestão, muitas matérias foram produzidas para favorecer os seus interesses políticos e atacar deliberadamente seus adversários, sobretudo, Carlos Lindemberg, proprietário do jornal *A Gazeta*.



Figura 18 – Edições do jornal *A Gazeta* dos dias 16/08/1968 e 14/12/1969. Fonte: Lindenberg Neto (2008, p. 114-115).

Consideramos válido oportunizar uma breve contextualização acerca da trajetória de Francisco Lacerda de Aguiar antes de adentrar nas tramas e nos enredamentos políticos que envolvem o jornal *O Diário*. Segundo Fonseca (2009), Chiquinho tornou-se conhecido pelos capixabas por ser uma figura bonachona e simpática. Buscava aparentar uma despreocupação natural, contrária aos entraves burocráticos e se mostrando muito acessível à população mais carente. Foi governador do Espírito Santo em duas ocasiões: em 1954 e em 1963, pela Coligação Democrática, uma frente de partidos composta basicamente pela União Democrática Nacional (UDN) e pelo Partido Republicano Progressista (PRP).

Um dos entrevistados, que teve um relacionamento profissional muito estreito com Chiquinho, tanto no jornal *O Diário* como nos governos, define o político como um sujeito “[...] bonachão, não gostava de pompa, de excelente formação e educação. Não era de perseguir ninguém. [...]”. A seguir relata algumas das máximas de suas práticas políticas: “Candidato político que fizer comício que não tiver criança e bêbado está derrotado. Criança transmite o que ouve dentro de casa. Já o bêbado é o gozador, o povão em última escala”.²⁰

²⁰ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

Esse mesmo jornalista nos revelou que Chiquinho de Aguiar além de tomar café diariamente em um bar bem popular próximo ao Palácio Anchieta, ladeado pelos frequentadores habituais do estabelecimento, tinha o hábito de carregar no porta-malas do seu carro muitas balas para serem distribuídas às crianças. Apesar de o entrevistado classificar esse comportamento de Chiquinho como um traço de um homem simples, nós, no papel de pesquisadores, decidimos, por cautela, colocar em suspeição essas considerações pessoais sobre o político, por acreditarmos que essas práticas poderiam ter sim motivações claramente eleitoreiras.

O maior inimigo político de Chiquinho era, de fato, Carlos Lindenberg, do PSD, que comandava o jornal *A Gazeta*. De acordo com Fonseca (2009), em período de campanha política era recorrente nas páginas de *A Gazeta* a promoção de ataques a Chiquinho, e vice-versa.

A fim de ilustrar quão partidário foi o jornal *O Diário* e carregado em tintas pró-Chiquinho, encontramos Calixte:

Entre 1955 e 1958, o jornal foi usado para torpedear Carlos Lindenberg, Jones Santos Neves e todo mundo que não fosse Chiquinho. [...] As manchetes eram agressivas, do tipo ‘Políticos querem lotear o ES’, ‘Oligarquias do PSD...’, ‘Oligarquia de Carlos Lindenberg...’, ‘Aos ricos querem dominar o pequeno Estado do ES’ (1998, p. 17).

Ao alzo político Carlos Lindenberg, a redação do *Diário* criou alguns apelidos de caráter pejorativo.

Aí nasceram os apelidos de “chapéu preto”. Depois, veio o segundo apelido, o de “papa-terra”. Pelo fato de ser proprietário de terras ao norte do Estado, dizia-se que ele as tinha roubado quando era governador. Essa acusação, entretanto, nunca ficou provada, até porque ele tinha documentação que chegou a publicar na *Gazeta* (CALIXTE, 1998, p. 18).

O jornalista Pedro Maia nos apresenta mais um artifício deveras amador e pueril utilizado pela equipe do *Diário* para atingir o jornal *A Gazeta* e, principalmente, desqualificar a figura de Carlos Lindenberg diante dos leitores.

No Diário era proibido escrever o nome de Carlos Lindenberg em letra maiúscula, só em letra minúscula. A gente esquecia, porque afinal de contas desde o útero se sabe que nome próprio se grafa em letra maiúscula. Daí chegava alguém e repreendia: “Já não falei que é em letra minúscula?” (1998, p. 66).

Uma curiosidade que exemplifica a estremecida e antagônica relação entre os jornais *O Diário* e *A Gazeta* pode ser visualizada na forma como esse último referia-se a Francisco Lacerda de Aguiar: “[...] Mesmo com Chiquinho no Governo, A Gazeta evitava ao máximo citar seu nome. Quando não tinha outro jeito, dizia “o governador do Estado” e só. Em raríssimas vezes citava “o Sr. Lacerda de Aguiar”” (CALIXTE, 1998, p. 18).

A contenda era tão frequente que, segundo Paulo Maia, quando Carlos Lindenberg sucedeu Chiquinho como governador do Espírito Santo, os jornalistas do *Diário* foram orientados pela redação no sentido de torpedeá-lo sem trégua. A situação tornara-se tão insustentável que em dada situação Lindenberg ordenou a invasão e destruição do jornal que tanto o atacava. “Só que alguém lá de dentro do Palácio, que não devia ser do PSD, ligou para O DIÁRIO e avisou que os jagunços estavam a caminho” (MAIA, 1998, p. 67).

Maia comenta que era comum, nessa época, os jornalistas andarem armados. Assim que souberam que seriam enfrentados, ficaram de tocaia à espera dos capangas do governador. E, realmente, logo depois, apareceram dois carros, que pararam em frente ao jornal.

Tinha uns caras de chapéu, um esquemão mesmo. Aí os caras pararam, um deles meteu o braço pra fora pra abrir a porta, e alguém da redação gritou: “Não desce que morre”. Até hoje não sei quem gritou. Só sei que os carros desceram aquele morro numa velocidade que quase bateram num bonde lá embaixo (MAIA, 1998, p. 68)

Essa rivalidade exposta e pública entre Chiquinho de Aguiar e Carlos Lindenberg põe por terra o depoimento de um dos entrevistados, conforme já mencionado anteriormente, que atribuía ao proprietário do jornal *O Diário* um comportamento altamente civilizado: “[...] podia ser o pior inimigo que ele não perseguia ninguém”.

Refletir a fundo, contemplando o momento político e histórico, sobre as fontes bibliográficas e os depoimentos dos entrevistados leva-nos a concluir que havia uma orientação clara de Chiquinho a também torpedear e a buscar tornar vulnerável o seu rival, Carlos Lindenberg.

Em 1963, quando Chiquinho de Aguiar retomou o poder e assumiu o segundo mandato como governador, havia uma grande expectativa de crescimento e benefícios para o Espírito Santo, basicamente motivado pelo alinhamento político com o presidente João Goulart.

Calixte (1998) nos traz um dado curioso e extremamente relevante ao se referir a esse momento político. Paralelamente à expectativa de maior atenção federal ao Espírito Santo por conta do alinhamento ideológico entre governador e presidente, esperava-se também que o jornal *O Diário* se beneficiasse, por meio de recebimento de anúncios oficiais, além do consequente respaldo e apoio político que se vislumbrava. Segundo ele, nada disso se concretizou de fato. A inabilidade e o desinteresse de Chiquinho para gerir o seu próprio veículo de comunicação impedia um maior crescimento e participação no mercado capixaba.

Mais uma vez O DIÁRIO sonhou, porque Jango era muito amigo de Chiquinho. Mas nada aconteceu. Pelo contrário: piorou. Chiquinho não dava importância ao DIÁRIO porque não entendia aquilo. [...] Os outros diretores e acionistas não se interessavam pela empresa. O jornal tinha dinheiro porque o prestígio do Governo fazia entrar anúncio no jornal. Os diretores se contentavam em ter esse dinheiro provisório. Sonhamos que Brizola viria com uma mala cheia de dinheiro, mas isso nunca aconteceu (CALIXTE, 1998, p. 21).

Logo após a posse, Chiquinho sofreu grande oposição de vários focos: empresários, que pleiteavam o imediato desenvolvimento da economia capixaba; o setor público, que reivindicava a quitação dos salários; bem como das esquerdas, que, devido ao alinhamento político ao Governo Federal, exigia medidas similares às Reformas de Base, implantadas por João Goulart (FONSECA, 2009).

Em abril de 1964, os militares tomam o poder e depõem o presidente João Goulart. Obviamente, era questão de espera até que os reflexos da mudança atingissem o Espírito Santo, então governado por Francisco Lacerda de Aguiar.

Não obstante ter sido reconhecido com um declarado aliado de Jango, e apesar da tomada do poder federal pelos militares, Chiquinho de Aguiar ainda conseguiu, no primeiro momento, exercer o seu mandato sem maiores sobressaltos. Fonseca classifica a queda do governador como um processo gradual. “[...] a interceptação do governo estadual não foi imediata ao golpe, mas consolidada na medida em que os militares se estabeleciam o plano federal” (2009, p. 5).

A autora comenta que além da oposição dos militares, um outro ator colaborou para engrossar o coro dos insatisfeitos: o jornal *A Gazeta*, que utilizou suas páginas de forma ostensiva e deliberada para cobrar ações do governador, além de denunciar casos de nepotismo, corrupção administrativa e insinuações de que Chiquinho e seu grupo político estariam associados a membros simpatizantes da esquerda.

A tese anteriormente citada é confirmada por um dos jornalistas entrevistados que relatou que “[...] Em 66, Chiquinho foi obrigado a renunciar. Uma série de pressões, reuniões, assembleias. Acusações de corrupção pesavam contra o governo Chiquinho”.²¹

Enfraquecido, Chiquinho renunciou ao cargo de governador em abril de 1966, por meio de uma carta. Assumia, então, o novo governador indireto Cristiano Dias Lopes, eleito pela Assembleia Legislativa.

Pouco antes da renúncia, Chiquinho acertou a venda do jornal *O Diário* com três empresários: Fernando Jakes Teubner, Edgard dos Anjos e Cacau Monjardim. Segundo Teubner (1998), a partir daquele momento começava na publicação uma verdadeira reviravolta na gestão tanto comercial como jornalística. Teubner e Dos Anjos possuíam à época, juntos, três agências de propaganda, além de experiência também como jornalistas. Já Cacau Monjardim, jornalista, tinha no seu currículo um amplo

²¹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

conhecimento dos meandros da política, uma vez que já havia sido Secretário de Comunicação, inclusive de Chiquinho Aguiar.

Juntos, esses três sócios promoveram grandes mudanças no jornalismo capixaba e capitanearam a mais marcante, representativa e áurea fase do *Diário*.

4.2 A CENSURA E O PAPEL DA PUBLICIDADE NO JORNAL O DIÁRIO

No segundo capítulo dissertamos sobre a censura, sobretudo no período de ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1965, como ela interveio, interferia na produção de notícias e na atuação dos órgãos de imprensa e dos profissionais. Vimos também que ela se manifestava basicamente em duas modalidades: a autocensura, modelo este caracterizado pelo fato de a própria publicação evitar noticiar matérias cujos temas que pudessem causar descontentamento e reações negativas dos militares ou até instâncias elevadas de poder; e a censura prévia, que se configurou em uma modalidade em que um censor, indicado pelos militares ou pela Polícia Federal incumbia-se de verificar presencialmente na própria redação dos veículos se no material produzido havia alguma reportagem ou nota que estivesse em desacordo aos interesses do regime militar.

No jornal *O Diário*, a censura também deu as caras. Nesta pesquisa empreendida, envolvendo tanto a pesquisa bibliográfica como as entrevistas presenciais, até o presente momento é possível perceber que o cerceamento de liberdade também foi exercido na publicação capixaba. Vale ressaltar que em várias passagens, como veremos adiante, manifestou-se de forma até mais ostensiva e truculenta da observada e documentada em obras bibliográficas, no eixo Rio-São Paulo.

Para dotar de melhor contextualização acerca do início da censura no jornal *O Diário*, recorreremos a Paulo Maia (1998) que nos assegura que a censura na publicação sempre existiu, inclusive bem antes do período de ditadura militar. Apesar de reconhecer que havia uma relativa liberdade na produção de materiais, o jornalista aponta que qualquer um que integrasse a equipe poderia ser um censor em potencial.

Antigamente o jornal era tão censurado que a censura era feita pelo diretor do jornal, pelo proprietário, pela revisão, pelo chefe da oficina e até pelo linotipista. Era um negócio de louco: cada um censurava mais que o outro. O chefe da oficina, um gráfico, tinha esse direito. Se eles pegassem uma notícia que tivesse uma ameaça de um palavrão, não saía. Era um troço rotineiro (MAIA, 1998, p. 65).

Na visão do pesquisador que conduz esta dissertação, diante das leituras sobre a referida temática e baseada nas entrevistas, tal ocorrência pode ser creditada parcialmente pelo fato de Vitória ser uma cidade pequena, e muitas das pessoas mostradas em reportagens e matérias terem um grau de influência considerável na sociedade, o que poderia redundar em algum tipo de represália não só ao jornal *O Diário*, como também para a equipe que o compunha. “Se o namorado da empregada de um vereador daqueles partidos fosse em cana, o vereador ligava para o jornal e a notícia não saía” (MAIA, 1998, p. 65).

Esse mesmo autor também destaca que na sua atividade, a censura se fez presente não somente na vigência do regime militar, mas incidia também no período que antecedeu à ditadura. O jornalista justifica que pelo menos a censura durante o período militar tinha uma certa “lógica”. “Era um Governo, uma ditadura, que só permitia publicar o que era bom para manter aquela situação” (MAIA, 1998, p. 66). Depreende-se dessa citação que a vulnerabilidade dos veículos de comunicação à censura pode até ter sido mais exposta nos Anos de Chumbo, mas ela também já havia sido manifestada anteriormente, mesmo em períodos tidos como democráticos.

Essa tese pode ser reforçada pelo relato de um de nossos entrevistados, que alega que a censura continua presente nos dias atuais. Ele nos contou que poucos dias antes do nosso encontro, um material produzido por ele foi vetado por um dos editores do jornal *A Gazeta*, sob a alegação de que aquilo poderia ser uma afronta a um eminente político capixaba. O jornalista que nos fez conhecer esse fato assegurou-nos de que em momento algum intentou com o seu material aludir ou cutucar alguém da classe política. No fim, resignado, aceitou a proibição e admitiu estar desanimado para fazer uma defesa de sua produção.²²

²² Informação repassada em entrevista realizada no dia 22/10/2010.

De acordo com Rogério Medeiros, foi a partir do Ato Institucional 5, instituído em 13 de dezembro de 1968, que a censura tornou-se mais evidente e presente. O jornalista credita ao fato de *O Diário* possuir muitos jovens simpatizantes da esquerda e muitos participantes de movimentos estudantis o real motivo para que a publicação fosse muito visada. O controle e a intervenção externa sobre aquilo que haveria de ser publicado eram contínuos e constante, ocasionando atrasos e muitos transtornos na confecção da edição diária de cada exemplar. “[...] o jornal só circulava depois que um exemplar fosse mandado a exame para o 3º BC (Batalhão dos Caçadores), hoje 38º BI (Batalhão de Infantaria). O major Romão lia e liberava”. (MEDEIROS, 1998, p. 93).

Vale lembrar que estamos dissertando acerca de um período cujos recursos tecnológicos eram bem mais atrasados do que dispõem atualmente os grandes jornais nos dias vigentes: da digitação de uma matéria, diagramação de uma foto, à sua impressão final, o processo é todo digital, resultando em maior agilidade e qualidade gráfica. Quando nos referimos às carências tecnológicas do *Diário* em comparação aos recursos disponíveis nos veículos atuais, é porque no período em que circulou, praticamente todo o processo era artesanal. Isso, obviamente, resultava em um processo mais moroso e que tomava mais tempo na produção de cada edição.

Em relação a essa lentidão na produção de cada número, Medeiros (1998) ainda acrescenta que *O Diário* possuía apenas um automóvel para atender a toda a demanda de distribuição, deslocamento de jornalistas, fotógrafos e, sobretudo, levar a prévia da edição do dia seguinte para os militares aprovarem, imporem retificações ou rechaçarem o que havia sido noticiado.

A censura se fez presente sim no dia a dia dos profissionais do *Diário* nas mais diversas modalidades. Um dos entrevistados, ao ser perguntado como se procedia toda a metodologia de censura ao trabalho, afirmou que ela ocorria a todo momento em seu labor diário, tanto no formato de autocensura, como de censura prévia. Na condição de entrevistador, considero imprescindível relatar que durante nossa entrevista esse mesmo jornalista, de maneira repentina e abrupta, tomou de minhas mãos a agenda em que fazia anotações pontuais e começou a rabiscar em suas páginas como chegavam os pedidos para que não noticiassem determinado episódio.

Simultaneamente à ilustração que esboçava, discorria verbalmente sobre o texto que continha nesses comunicados (Figura 19): “Era proibido publicar sob qualquer pretexto o nome do Arcebispo Don Helder Câmara”. Uma breve pausa e tornava a ditar o suposto texto de outro desses “bilhetes” que chegavam à redação. “Era proibido noticiar a morte do comunista Carlos Marighella ocorrida em São Paulo”.²³

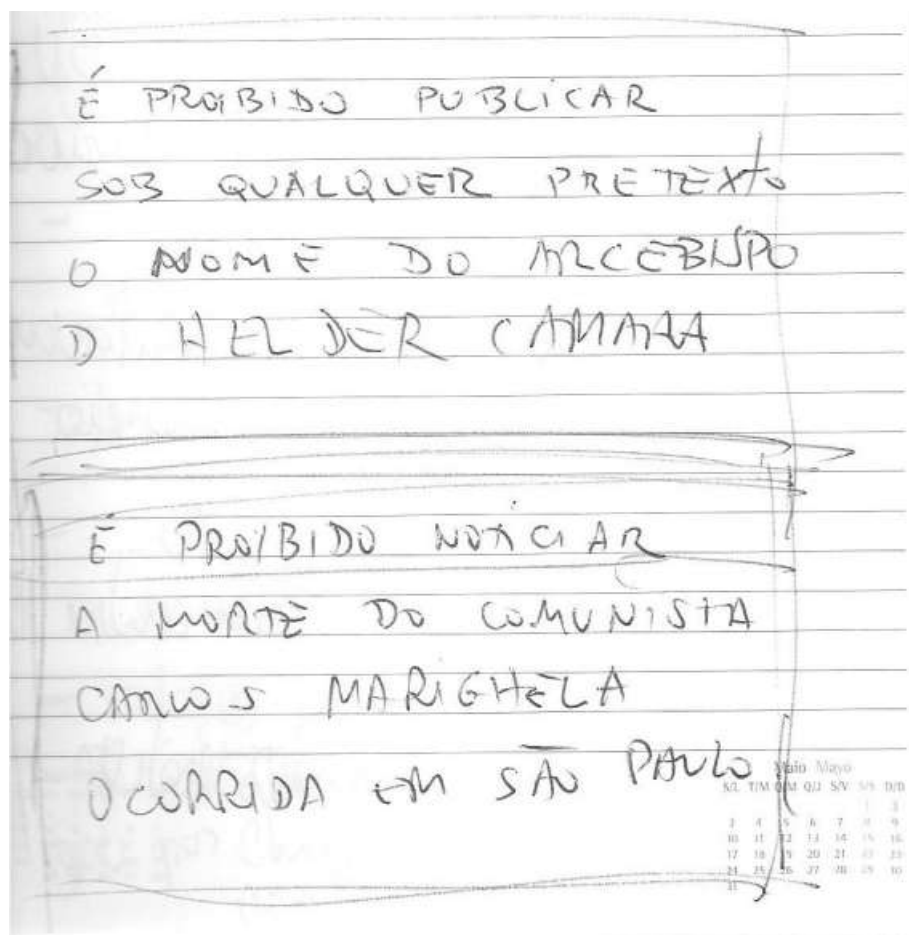


Figura 19 - Reprodução digital da agenda do pesquisador, cuja página foi utilizada por um jornalista entrevistado para simular como eram os textos emitidos via autocensura.

Fonte: arquivo pessoal do pesquisador.

Digna de menção é a percepção da semelhança entre os comunicados emitidos tanto para os grandes jornais de circulação nacional, como o destinado à redação de *O Diário*. Na imagem a seguir, extraída da obra *A Censura Política na Imprensa Brasileira*, de Paulo Marconi, visualizada na Figura 20, verificamos que havia, de fato, um padrão

²³ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

textual a ser reproduzido, modificando-se somente a temática que não deveria ser publicada.

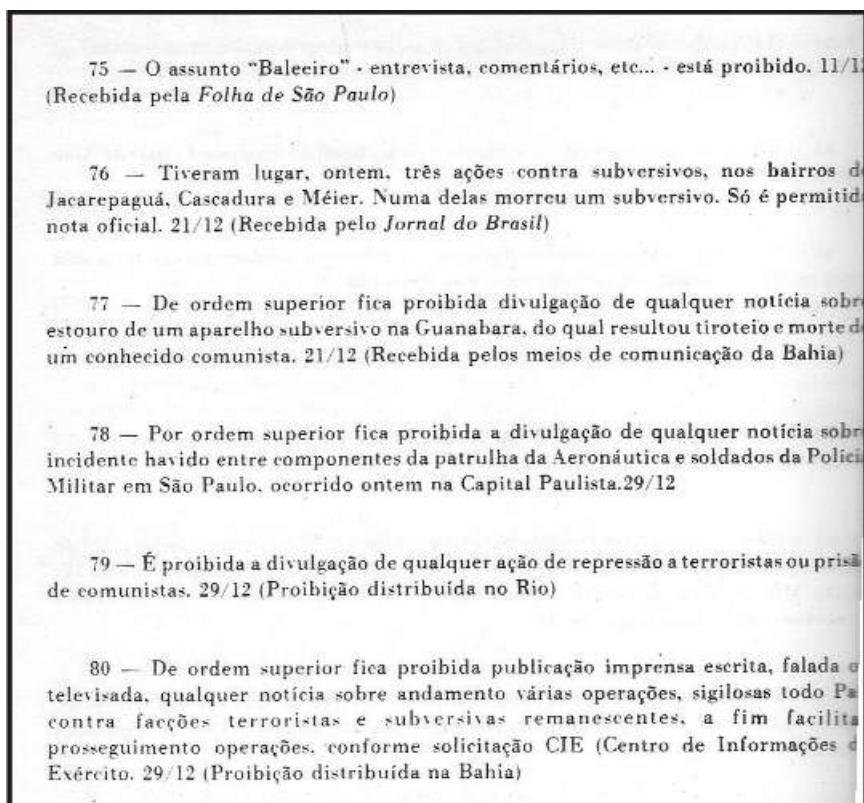


Figura 20 – Texto padrão utilizado na imposição da autocensura.
Fonte: Marconi (1980, p. 248).

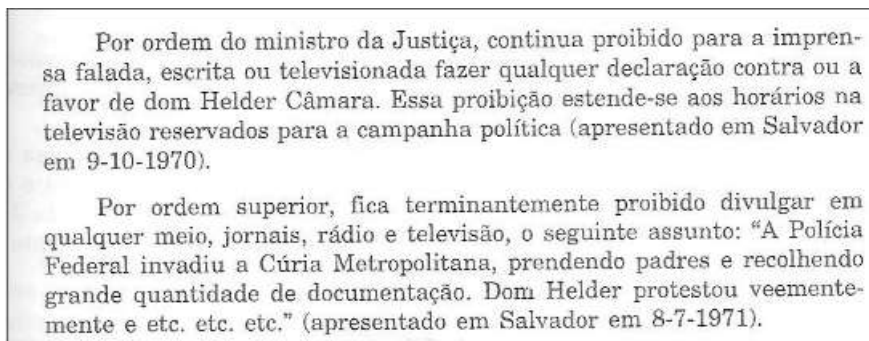
Diante dessa reação do jornalista em destaque, o entrevistador questionou se eles, profissionais de *O Diário*, recebiam também notificações sobre assuntos e temas que desconheciam. Ao responder positivamente, demos sequência à conversa ao perguntar se esses comunicados, de certa forma, também serviam como uma nova fonte de informação a ser investigada. De maneira convicta e firme, retrucou: “Claro! Nós ficávamos sabendo das notícias pelas proibições que recebíamos”.²⁴

A seguir, quantificou em “4 ou 5” comunicados que chegavam à redação diariamente e logo eram afixados em um quadro de avisos, no intuito de comunicar a todos os componentes da equipe de *O Diário* sobre quais pautas jornalísticas deveriam ser

²⁴ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

evitadas. E completou enfatizando que estima “[...] que até dezembro de 70, cerca de 400 a 500 comunicados foram emitidos proibindo noticiar certos assuntos”.²⁵

Julgamos válido promover mais uma retomada na discussão acerca do depoimento do jornalista contextualizando e confrontando com as fontes bibliográficas, em especial, Smith (2000) e Almeida (2009). Na ocasião da nossa conversa, o jornalista declarou que foram cerca de “400 a 500” comunicados recebidos até dezembro de 1970. No entanto, diante de centenas de casos, destacou as proibições relativas ao Arcebispo Dom Helder Câmara e o político Carlos Marighella. Coincidentemente, em Smith (2000) contém uma cópia de um suposto comunicado emitido pelos militares, com referências diretas ao mesmo religioso em questão, o que nos leva a depreender algumas leituras possíveis: alguns temas tidos como proibidos de veiculação eram de abrangência nacional, o que levou o regime a buscar seu veto não só nos grandes jornais, mas também nos de distribuição regional; e que entre tantas proibições, essa possa ter causado o maior impacto, devido à importância da personalidade retratada, que, além de ter sido indicado para o prêmio Nobel da Paz, de 1974, exercia forte oposição ao regime (Figura 21).



Por ordem do ministro da Justiça, continua proibido para a imprensa falada, escrita ou televisionada fazer qualquer declaração contra ou a favor de dom Helder Câmara. Essa proibição estende-se aos horários na televisão reservados para a campanha política (apresentado em Salvador em 9-10-1970).

Por ordem superior, fica terminantemente proibido divulgar em qualquer meio, jornais, rádio e televisão, o seguinte assunto: “A Polícia Federal invadiu a Cúria Metropolitana, prendendo padres e recolhendo grande quantidade de documentação. Dom Helder protestou veementemente e etc. etc. etc.” (apresentado em Salvador em 8-7-1971).

Figura 21 – Comunicado visando proibir notícias sobre Dom Helder Câmara. Fonte: Smith (2000, p. 156).

Os dados apresentados nesse depoimento anterior necessitam ser melhor confrontados com o apurado por Almeida (2009, p. 87-88), que estima que “[...] entre 1969 e 1978, a imprensa brasileira recebeu mais de 500 proibições”. Ora, de um lado temos uma autora que focaliza o seu estudo na censura imposta à revista *Veja* e, conseqüentemente, nos veículos de comunicação de grande expressão do eixo Rio-São Paulo, do outro, trazemos para o debate a experiência do cerceamento da liberdade em terras capixabas,

²⁵ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

onde um jornalista declara que em um recorte temporal bem mais restrito (“até dezembro de 1970”), foram enviados à redação do jornal *O Diário* entre 400 a 500 comunicados. Não pretendemos aqui colocar em dúvida o depoimento de qualquer fonte, mas dentre as possíveis leituras desse disparate desproporcional entre a quantidade de censura imposta no Espírito Santo e nos grandes centros brasileiros, acreditamos que: 1) a restrição à liberdade de imprensa pode ter sido, de fato, mais rígida e ostensiva no Espírito Santo do que nas cidades de maior expressão nacional. A propósito, Maia (1998), conforme já mencionado, também qualifica dessa maneira a aplicação da censura à imprensa capixaba; 2) motivado por um sentimento de revolta e ainda sofrendo com possíveis traumas, uma vez que comentou que havia sido detido 11 vezes pelos militares, talvez o jornalista tenha exagerado na quantidade de comunicados recebidos, como uma espécie de força de expressão, com o intuito de nos alertar quanto presente e intimidatório foi o cerceamento à época.

Em relação à primeira hipótese acerca do rigor da prática censora em publicações capixabas, encontramos indícios que a fundamentem em uma reportagem da revista capixaba *A Angaba*, de agosto de 2009, escrita pelo jornalista Álvaro José Silva. Ao se referir como se procedeu a prática de distribuição de comunicados no jornal *A Gazeta*, concorrente do *Diário*, o autor comenta:

Eu trabalhava em *A Gazeta*, que então se localizava na Rua General Ozório, Centro de Vitória. Na redação, [...] num painel de cortiça colocado na parede onde estavam as mesas dos secretários de redação, eram afixadas as proibições. [...] As proibições se sucediam. Raros eram os dias em que nenhuma chegava às redações (SILVA, 2009, p. 28).

Relevante para a compreensão do regime militar, no momento histórico resgatado e o impacto sobre a atividade jornalística no Espírito Santo, é o depoimento de Chico Flores. Jornalista aposentado e antigo militante do Partido Comunista Brasileiro, cabia a ele receber e assinar os comunicados recheados de restrições. Em depoimento redigido ao colega Álvaro José Silva escreve, a nosso ver, em tom de desabafo, sobre a falta de uma documentação e até a omissão no que concerne à interferência da prática censora no Espírito Santo e a sua relação com o ocorrido no restante do país:

Lembrando-me agora da vasta literatura sobre a censura aos veículos de comunicação de massa, durante a ditadura militar que assumiu o poder em 1964, chego a conclusão que se negligenciou o que ocorreu no Espírito Santo. Até digo que o Estado foi injustiçado quanto à dimensão dos estragos causados, pois sequer é citado, apesar de ter sido alvo de truculência bem maior do que em outras regiões brasileiras citadas. As dezenas de livros, centenas de compêndios, artigos e teses que enchem estantes de livrarias concentram as informações, comentário e/ou análises apenas no que ocorreu, principalmente no eixo Rio-São Paulo, onde, para esses autores, as piores arbitrariedades foram cometidas contra órgãos de comunicação, de produção cultural e editoração de livros (SILVA, 2009, p. 30).

A partir desse depoimento isolado do jornalista Chico Flores, pode-se inferir que a atuação do regime militar sobre a atividade jornalística no Espírito Santo procedeu com um rigor ainda mais ostensivo do visto nos grandes veículos nacionais. Apesar de considerarmos essa informação valiosa, não encontramos no decorrer deste estudo, elementos que sustentem essa descrição da censura no Espírito Santo. Acreditamos que esse dado merece ser melhor investigado em estudos posteriores, lançando mão inclusive de metodologia própria que contemple o confronto com novas entrevistas, fontes bibliográfica e documentais.

Em relação à ação policial e detenção daqueles que ousaram publicar materiais que estivessem em desacordo aos ideais do regime militar, vale observar que, dentre os quatro jornalistas entrevistados exclusivamente para esta dissertação, todos declararam que foram detidos pelo regime, sendo um deles preso treze vezes, outro 11 onze e o terceiro uma vez. Somente um não foi detido, não obstante observar que era costumeiro visitar a Polícia Federal a fim de fornecer esclarecimentos sobre as matérias jornalísticas produzidas.

Um dos entrevistados confirma o postulado de Silva (2009) ao também considerar a prática da censura no Espírito Santo muito rigorosa e punitiva. Ele nos narra um episódio ocorrido no jornal *O Diário*, em que referente ao recebimento de uma informação, de que em virtude do AI-5, o salário dos professores sofreria atraso, pois ainda estava sendo calculada uma correção. Eles pretendiam noticiar esse fato e haviam elaborado a seguinte manchete: “O AI-5 é responsável pelo atraso do salário dos

professores”. O imbróglío aconteceu porque o paginador do jornal, à época, não conseguiu inserir todos esses caracteres no espaço destinado à manchete e decidiu retirar o trecho “do salário dos professores”. Com isso, o *Diário* acabou estampando a manchete “O AI-5 é responsável pelo atraso”²⁶. A repercussão entre os círculos militares foi imediata, tanto que o entrevistado, juntamente a Edgard dos Anjos, outro diretor, foram intimados a comparecer à Polícia Federal para prestar esclarecimentos.

Aos entrevistados foi perguntado se eles arquitetavam estratégias para burlar as proibições prescritas nos bilhetinhos e comunicados. Um deles, com várias passagens pela Polícia Federal, respondeu que, ao contrário do que fizeram o jornal *O Estado de São Paulo*, que inseria poemas, conforme já descrito por Aquino (1999), ou pela *Veja*, que veiculava nos espaços em branco, devido aos cortes nas matérias, imagens de árvores alusivas à Editora Abril (ALMEIDA, 2009), no jornal *O Diário* esse artifício era muito complicado de ser colocado em prática. A alegação principal era a de que, como o jornal circulava com apenas oito páginas, se deixassem espaços em brancos ou incluíssem algum tipo de mensagem que aludisse à censura, cada publicação sairia com um volume menor de notícias, o que poderia desagradar aos leitores, fazendo com que eles passassem a comprar os jornais concorrentes.²⁷

Entretanto, outro jornalista entrevistado assegurou-nos de que houve, decerto, situações em que tiveram de substituir uma matéria censurada por poemas, crônicas e quadrinhos. Segundo ele, a censura era tão férrea e repressora, que, como forma de protestar, os jornalistas volta e meia escreviam notícias “capciosas”, com o intuito de atingir o regime.²⁸

Uma das produções jornalísticas apontadas por este entrevistado que visava a “cutucar” o regime foi a criação da coluna social concebida por Milson Henriques, porém redigida por um fictício *Seu Justino*. O nome *Seu Justino* era uma referência direta a um comandante, que também se chamava Justino, extremamente rigoroso no que tangia aos vetos às reportagens do jornal *O Diário* e às constantes intimações efetivadas por ele

²⁶ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

²⁷ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

²⁸ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

para que os jornalistas comparecem para prestar esclarecimentos acerca de determinadas matérias.

Ainda dissertando sobre o personagem *Seu Justino*, Monjardim (1998) recorda de uma ocasião em que o “colunista”, por meio de suas notas, acabou por atingir em cheio o exército.

[...] como o Exército também não podia vestir essa carapuça, o Milson fazia isso todo dia. Só que uma vez ele escreveu que o “seu” Justino não havia gostado e um determinado fato relacionado ao general Justino (MONJARDIM, 1998, p. 55).

Em nossa visita ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, lançamo-nos numa busca para tentar localizar a coluna do *Seu Justino*, no entanto, só encontramos exemplares do *Diário* relativos ao ano de 1969 e os que circularam em janeiro de 1970. A partir das nossas entrevistas, deduzimos que a seção elaborada pelo jornalista Milson Henriques foi produzida nos anos de 1971 a 1972.

Como resultado dessa publicação da coluna do *Seu Justino*, Monjardim (1998) relata-nos que, como ele era um dos diretores do Diário, foi intimado pelos militares e enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

Em relação aos temas que incomodavam o regime militar, um outro entrevistado assinalou que, apesar de os “bilhetinhos” contendo aquilo que não poderia ser noticiado chegarem geralmente “em mãos” e, imediatamente, afixados em murais nas redações, várias foram as ocasiões em que supostos policiais e agentes ligavam pedindo para que não produzissem nenhuma matéria relativa a tal acontecimento. O jornalista utilizou o termo “suposto” e justificou que, embora esses policiais e agentes assim se apresentassem, no decorrer da ligação não mencionavam o nome completo, e, por sua vez, quem atendia o telefone, sob medo, evitava alongar a conversa.²⁹

No que concerne ao eixo temático que compunha a maior parte dos pedidos para que a imprensa capixaba não noticiasse nenhuma linha a respeito, houve um alinhamento com

²⁹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 13/09/2010.

o ocorrido nos grandes jornais brasileiros. Os temas geralmente evitados eram ligados à política, economia, oposição e cultura.

Um dos jornalistas entrevistados forneceu-nos um depoimento extremamente contraditório, no entanto, enriquecedor e que merece uma análise mais apurada. Ele, que à época cuidava da definição da pauta diária do jornal, relatou-nos que não se recorda de nenhum colega do *Diário* que tenha sido ameaçado pelo regime, todavia observou que, por ter produzido uma matéria jornalística dissertando sobre o patrimônio dos deputados capixabas, foi demitido da publicação por pressão externa. Ele próprio declara que tinha pleno conhecimento do risco que seria publicar aquela matéria, contudo não desejava perder todo um trabalho investigativo empreendido.³⁰

Esse fato citado nos traz à luz uma nova leitura de como operou a censura no Espírito Santo. A demissão sumária do jornalista entrevistado descortina um cenário de extrema fragilidade da imprensa em relação ao poder. A pressão para que os proprietários do veículo o dispensassem não ocorreu por ordens militares, mas sim por políticos capixabas incomodados por terem o patrimônio revelado aos leitores. Esse fato expõe quão vulneráveis estavam os jornais diante das ameaças, sejam elas identificadas, sejam anônimas.

O jornalista Álvaro José Silva concorda com esse postulado de que a censura não foi exercida somente por militares. “Muita gente se aproveitava das restrições oficiais para exercer censura privada ou corporativa. Muitos políticos fizeram isso, sobretudo os que eram ligados ao partido do governo, a Arena” (2009, p. 30).

Esse mesmo jornalista relata em seu artigo intitulado *De ordem superior*, em que versa sobre a censura à imprensa capixaba e que a classifica de selvagem, despótica e violenta, uma ocorrência policial datada de 1973, que ficou conhecida como o *Caso Aracelli*³¹. Na ocasião vários jornais locais noticiaram o ocorrido, ocupando

³⁰ Informação repassada em entrevista realizada no dia 13/09/2010.

³¹ O caso Aracelli refere-se ao assassinato da criança Aracelli Cabrera Sanches. A menor foi sequestrada em abril de 1973, sendo o seu corpo encontrado seis dias depois em um terreno atrás do Hospital Infantil de Vitória. Em seu corpo, havia marcas de muitos abusos e de ácido que foi jogado posteriormente. Entre os acusados de cometer esse crime estavam duas pessoas que frequentavam a alta sociedade capixaba e que nunca chegaram a ser indiciadas pelo crime. A morte de Aracelli virou um símbolo do combate contra abusos sexuais contra crianças e adolescentes.

frequentemente as principais manchetes. Contudo, um dos acusados era filho de um importante empresário, proprietário de uma loja de departamentos. Esse empresário, juntamente com o sócio, pediu aos responsáveis dos jornais locais para que não publicassem o caso. O jornalista do *Diário* Marien Calixte negou-se a atender o pedido e continuou cobrindo o fato. Dias depois, Calixte recebeu um “convite” do então governador do Estado Elcio Álvares para se reunir com os demais diretores e editores dos jornais capixabas. Na reunião, o governador comentou que os jornais estavam explorando em demasia o caso Araceli e que isso poderia causar transtornos à sociedade. Posteriormente, a palavra foi passada ao secretário de Segurança Pública, coronel Hugo Eisenlohr, que, de posse de recortes das manchetes sobre o caso em questão, começou a acusar *O Diário* de ser um jornal que só publica mentiras. Nesse momento, de acordo com Álvaro José Silva:

[...] Marien (Calixte) se levantou, olhou para o governador, que estava surpreso com seu secretário e disse: “Governador, está cumprida socialmente a minha vinda. Eu me retiro. O jornal continua o mesmo. Espero que na próxima oportunidade o café seja mais farto e longo”. E saiu. Os demais participantes, diretores de outros jornais vieram atrás (2009, p. 37).

Retirar-se da reunião por ter se negado a seguir os ditames propostos pelo governador, que visava a impor uma autocensura nos meios de comunicação em relação ao caso Araceli, fez do jornalista Marien Calixte vítima de novas retaliações. Conforme nos conta Silva (2009), poucos dias depois, em uma solenidade na Escola de Aprendizes Marinheiros (EAMES), em Vila Velha, Calixte apreciava umas pinturas quando subitamente recebeu um murro nas costas que o fez cair. No chão, ao olhar para trás, avistou o mesmo secretário Hugo Eisenlohr que acusou *O Diário* de ser uma publicação que só noticiava inverdades, acompanhado de um coronel do exército.

O jornalista, ilustrador e ator Milson Henriques traz em sua vida e obra marcas relevantes e esclarecedoras da imposição da censura à atividade jornalística e artística no Espírito Santo. Independente da área profissional que exerceu, é possível ver o quanto a prática do cerceamento da liberdade de expressão interferiu em sua carreira. Foram mais de uma dezena de passagens pela Polícia Federal, entre detenções e intimações para prestar esclarecimentos.

Em seu livro publicado em 1992, Milson Henrique apresenta um sem-número de situações em que teve de lidar com o apetite dos censores. Em entrevista ao jornalista Paulo Torre, para matéria do próprio jornal *O Diário*, Milson Henriques comentou sobre sua vida pessoal, abordou questões relativas às drogas e à homossexualidade, relatando, inclusive, suas experiências nesse sentido. O jornal, a fim de amplificar e dar destaque à reportagem, veiculou como manchete da capa um trecho da entrevista, aludindo para a reportagem com os dizeres: “Milson: o homem é mais bonito que a mulher” (Figura 22).



Figura 22 – Manchete do jornal *O Diário* com entrevista de Milson Henriques.

Fonte: Henriques (1992, p. 21).

Ao consultar as fontes bibliográficas redigidas por Milson Henriques, percebemos que muitas passagens precisavam ser melhor contextualizadas e discutidas. Diante disso, entramos em contato para entrevistá-lo a fim de que ele comentasse de forma mais detida os fatos apresentados. Nesse momento desta dissertação, tomamos a liberdade de identificar o entrevistado com a devida autorização do próprio Milson Henriques, para que ele nos narrasse e relatasse a relação entre os militares e o conseqüente impacto em sua produção jornalística e artística.

Ao ser questionado sobre a repercussão dessa mesma entrevista ao jornal *O Diário*, Milson Henriques declarou-nos que o ponto mais polêmico, sem dúvida, era por ter dito que achava o corpo do homem mais bonito que o da mulher, mas que sua resposta, em momento algum, buscava insinuar algum tipo de apologia a qualquer orientação sexual. Prosseguiu nos dizendo que, como artista, apreciava mais os traços do corpo masculino, e

sua escolha fundamentava-se tendo como base os corpos dos guerreiros gregos recorrentemente retratados em pinturas e esculturas.³²

A justificativa fornecida a nós parece não ter sido a entendida pelos militares sobre a intenção da reportagem, como indica a citação a seguir extraída da obra do próprio Milson Henriques.

Esta entrevista foi motivo de uma de minhas “visitas” à Polícia Federal, onde estava acostumado a dormir e já conhecia os policiais pelo nome. O motivo alegado desta vez foi “mau exemplo à juventude, atentado ao pudor público e incitamento do uso de tóxicos”. O escândalo provocado por minhas declarações ao então repórter Paulo Torre foi tão grande que a entrevista foi motivo de um debate na UFES (1992, p. 20).

Episódio como esse referente à entrevista com Milson Henriques não foi uma experiência isolada em terras capixabas. Definitivamente não. Muitos veículos, de maior ou menor porte, editoras e repórteres sofreram algum tipo de sanção dos militares ou de algum tipo de esfera do poder, por terem publicado ou declarado algo que os desagradassem.

A título de exemplificação temos o ocorrido com a revista *Realidade*, da Editora Abril, já narrado neste estudo, no capítulo sobre a censura no Brasil. Embora observasse que a publicação tivesse em seu histórico uma amistosa relação com os militares, Moraes (2007) cita que isso não isentou o veículo de ser penalizado por publicar matérias com conteúdos temáticos que iam de encontro aos interesses de alguma casta do poder, como por exemplo, o juiz que impediu que fosse publicada a segunda parte da reportagem sobre *A Juventude e o Sexo*, bem como pela decisão de apreender todos os exemplares de edição especialmente produzida com o título *A mulher brasileira, hoje*.

A represália a Milson Henriques por conta de sua entrevista ao jornal *O Diário* parece encontrar eco na mesma motivação utilizada para impedir a circulação de edições da revista *Realidade* que continham as citadas matérias especiais:

³² Informação repassada em entrevista realizada no dia 22/10/2010.

[...] a defesa da moral e dos bons costumes. [...] O juiz responsável pela censura em Realidade estava alinhado com o pensamento militar, no que diz respeito aos costumes sociais. [...] Uma vez que estes [os militares], embora defensores, como a revista, do progresso material e tecnológico no país, não queriam mudanças profundas na estrutura da sociedade e da família brasileiras (MORAES, 2007, p. 52-53).

Reconhecido tanto no meio jornalístico, como no artístico por ser um profissional atuante em diversas esferas profissionais, Milson Henriques elenca, em sua carreira, uma quantidade incontável de vetos impostos pelos militares em praticamente todas as áreas em que atuou: como chargista e articulista dos principais jornais capixabas, além de sentir o peso das mãos da censura também em peças de teatro e poesias escritas por ele.

Ao ser indagado se ele se aproveitava do fato de estar constantemente sob os olhares dos militares para fazer dessa perseguição uma bandeira política para si próprio, Milson Henriques respondeu: “[...] não gosto de política. A burrice dos militares é que me levou, naturalmente, para a esquerda. Os militares nos provocavam tanto que parti para a oposição”.³³ A seguir, complementou que o patrulhamento era tão ostensivo, que a autocensura, por muito tempo, norteou o seu trabalho, objetivando não ter de retornar à Polícia Federal.

Outros entrevistados, assim como Milson Henriques, também assinalaram que na imensa maioria das situações obedeciam, de fato, a autocensura imposta, a fim de evitar transtornos com os militares. Um dos jornalistas com quem dialogamos, sintetizou, de uma maneira enfática, o motivo de tamanha obediência: “[...] nós éramos empregados!”.³⁴ Depreendemos, a partir dessa sucinta, no entanto, esclarecedora resposta, que pesavam sobre os jornalistas, tanto razões de ordem financeira, ou seja, dependiam do salário para a sobrevivência e não poderiam colocar o emprego em risco por tentar subverter hierarquias, como determinações superiores de seus empregadores que deveriam ser acatadas.

Engana-se, porém, quem acredita que havia um critério ou um padrão na prática da censura. Invariavelmente, os jornalistas eram convidados a comparecer à Polícia Federal

³³ Informação repassada em entrevista realizada no dia 22/10/2010.

³⁴ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

ou ao Batalhão do Exército por razões que eles próprios desconheciam. Um dos entrevistados chegou a utilizar o termo “absurdo” para classificar a incoerência com que a censura se manifestava.³⁵

Milson Henriques discursa sobre uma ocasião em que foi “convidado” a prestar esclarecimentos. O autor salienta que revisou todo o material produzido no período anterior ao da intimação e não encontrou nada que depusesse conta ele. Na data e no local marcados, após horas de espera, foi chamado por um Comandante, que, em seguida, gritou: “O senhor acha que o Vice-Presidente da República é um tocador de violão como o senhor?” (HENRIQUES, 1992, p. 114). Sem entender o motivo das acusações, deixou o militar prosseguir: “O Vice-presidente da República tem uma prima aqui no nosso Estado” (1992, p. 114). Foi a partir daí que, segundo o autor, lembrou de uma nota publicada, há tempos, que se referiu ao Vice-Presidente, cujo sobrenome era Rademaker, como “aquele do nome complicado”. Esse fato bastou para incomodar o regime.

Na mesma linha do relato anterior que enfoca os absurdos perpetrados pelos militares no afã de se “direcionar” a produção de notícias, encontramos o depoimento de Antonio Rosseti, que, classifica a censura de “engraçada”. O jornalista de *O Diário* revela que, certa vez, receberam o comunicado, por meio da autocensura, de que estariam proibidos de citar o nome da filha única do general Ernesto Geisel. “Provavelmente, ela e o pai não participaram dessa decisão, que mais parece um preciosismo de dedicados censores de escalão menor” (ROSSETI, 1998, p. 126).

Uma pergunta que constantemente fizemos aos entrevistados era sobre o grau de instrução e informação dos censores. As repostas apontavam para uma discrepância nesse quesito. Alguns, inclusive, declararam que certos censores “descobriam” indícios de subversão até em materiais que não haviam sido produzidos com o propósito de criticar o regime. Um desses exageros é apontado por Henriques (1992) na peça *Ponha as flores no bidê para que não murchem*. Segundo o autor, o título da apresentação foi extraído da fala de uma das personagens. Convém reproduzir o diálogo operado entre o próprio Milson Henriques e o censor:

³⁵ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

- Não entendo! A peça versa sobre o confronto da patroa com uma empregada, não tem nada de política nem sacanagem!
- Foi por causa do título – respondeu ele – com um título assim não pode mesmo ser aprovada.
- Mas como? Bidê não é palavrão! É até anunciada sua venda nos jornais.
- Seu Milson, não tente me fazer de otário que não sou. O problema não é o bidê, são as flores (1992, p. 114).

O autor da peça comenta que recebeu com espanto aquela interpretação de sua obra. Ele admite que aquela interpretação realizada pelo censor sequer havia passado pela sua cabeça (HENRIQUES, 1992).

A propósito, pudemos notar quão malquistos eram os censores pelos jornalistas consultados. Recorrentemente aqueles recebiam destes alcunhas pejorativas e bem pouco elogiosas como “puxa-saco”, “batepauzinho”. Na nossa visão, demonstra claramente um posicionamento bem antagônico e de intensa rivalidade.

Milson Henriques dedica um capítulo de 15 páginas de seu livro para descrever a tensa relação com os censores (Figura 23). Em que pese elencar uma série de restrições e proibições às obras de que participou, Henriques ironicamente intitula os censores como “Estes grandes humoristas esquecidos” (1992, p. 113). O motivo de tal reconhecimento por parte do autor, acreditamos, relaciona-se à falta de critério para praticar a censura na época. No intuito de encontrar alguma menção pejorativa ao regime, os censores acabavam deixando passar alusões mais explícitas de ataque ao golpe e deixando passar aquilo que era, de fato, produzido para incomodar os militares.

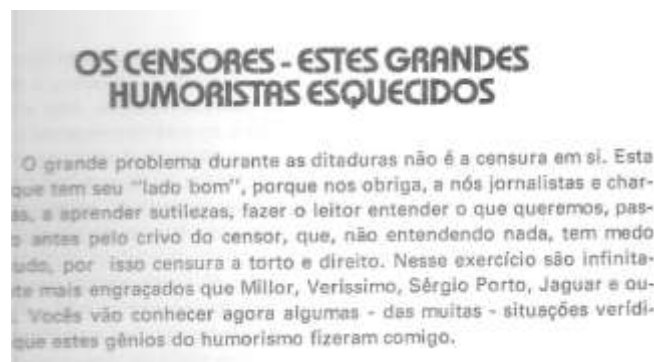


Figura 23 – Trecho do artigo em que Milson Henriques comenta a relação com os censores.

Fonte: Henriques (1992, p. 113).

Sobre o patrulhamento ostensivo em sua obra, declara ironicamente:

O grande problema durante as ditaduras não é a censura em si. Esta até que tem seu “lado bom”, por que nos obriga, a nós jornalistas e chargista, a aprender sutilezas, fazer o leitor entender o que queremos, passando antes pelo crivo do censor, que, não entendendo nada, tem medo de tudo, por isso censura a torto e direito (HENRIQUES, 1992, p. 113).

Henriques (1992) faz conhecer as estratégias utilizadas para driblar os vetos dos censores. Uma das mais curiosas e que expõe a falta de uma metodologia específica para avaliar se o conteúdo era ofensivo ou não aos militares diz respeito à produção de uma peça de teatro. Era praxe o censor acompanhar o ensaio geral a fim de autorizar ou não o espetáculo. No entanto, no caso de um censor especificamente, percebeu-se que ele apreciava declaradamente uma jovem que participava da produção. A equipe da peça orientou a moça, que passou a ser apelidada por *boi de piranha*, a sentar ao lado do censor enquanto ensaiavam.

[...] ela caprinhava na mini-saia, botava um decote pra lá de generoso e sentava ao lado dele com as pernas cruzadas, segurando a lanterna para que ele conseguisse acompanhar o texto, já que a platéia ficava escura por causa da iluminação. Toda vez que a situação ficava mais forte no palco, ela, previamente ensaiada, arranjava um jeito de languidamente puxar algum assunto extra-peça. E assim vários palavrões foram aprovados (HENRIQUES, 1992, p. 118).

Um dos jornalistas entrevistados, ao ser perguntado se os censores tinham uma formação que os qualificasse para avaliar se um material jornalístico ou produção artística tinha conotações políticas, respondeu-nos de uma maneira enfática: “Não. Não precisavam”³⁶. Ou seja, bastava encontrar algo que desagradasse para vetar de bate-pronto. Raramente questionavam ou buscavam uma contextualização ou uma explicação sobre o porquê de algo ter sido escrito ou mencionado. Os critérios de veto poderiam ser meramente interpretativos, o que prejudicava ainda mais o entendimento de certas proibições. Julgamos válido ressaltar o incômodo que a pergunta causou em nossa fonte, o que de certa forma tem relação ao tom agressivo com que nos respondeu. A isso reforça o relevante dado de que o entrevistado foi detido inúmeras vezes.

³⁶ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

Em relação a esse questionamento sobre uma suposta ausência de critérios mais específicos de imposição do cerceamento da liberdade de expressão, Skidmore (1988) nos adverte que, embora circulassem obras de caráter questionador e que intentassem enfrentar o regime, os militares aproveitaram o período de “caças às bruxas” para punir indivíduos, tendo como base “ressentimentos pessoais e enormes ambições” (1988, p. 168).

Um entrevistado nos apontou o que, por meio da autocensura, representou alguns dos absurdos impostos pelos censores, proibindo a divulgação de certas temáticas: “[...] é proibido noticiar que foi censurada a peça *Roda Viva*, de Chico Buarque. É proibido registrar conflito quando um grupo invadiu o teatro e espancou atores”.³⁷

A despeito de respeitarmos o depoimento do entrevistado acerca dos dois exemplos que para ele eram proibições ilógicas, preferimos não corroborar com a classificação de “absurda”, uma vez que ao consultar Graf (2003) percebemos que o nome de Chico Buarque estava constantemente ligado a artistas que, por meio de sua música e demais produções artísticas, faziam oposição ao regime autoritário, sendo que alguns, inclusive, saíram do país. De acordo com Graf (2003), o clima de perseguição e restrições a certos nomes da Música Popular Brasileira (MPB) era altamente repressor, o que

[...] levou artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Edu Lobo não só a deixarem o país, como alguns veículos de comunicação, ligados ao regime militar proibiram a apresentação desses artistas em seus programas (2003, p. 105).

Sobre as contradições e a falta de unidade apresentadas no que tange à intervenção censora, conseguimos um relevante depoimento de um dos entrevistados. De acordo com esse jornalista, por volta de 1970, houve um concurso de música, tendo sido a canção vencedora submetida ao crivo dos militares, recebendo autorização oficial para a divulgação. Contudo, assim que o jornal *O Diário* noticiou o prêmio e divulgou a canção, os militares perceberam que ela trazia em sua composição evidentes e contundentes ataques ao golpe. Diante disso, juntamente com outro diretor, o entrevistado foi intimado a comparecer na Polícia Federal para prestar esclarecimentos.

³⁷ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

O que os livrou de uma detenção e uma punição mais severa, conforme nos disse, foi ter conseguido autorização prévia de um militar na ocasião do prêmio. Ou seja, caso fossem presos, isso representaria um oficial desautorizando um colega de corporação.³⁸

Exemplo emblemático sobre as contradições e a falta de critérios mais claros para autorizar ou não uma determinada obra, seja ela jornalística, seja artística, está na produção de charges de Milson Henriques (1992). De acordo com o ilustrador, é uma tarefa complicada compreender a metodologia dos censores ao analisar e avaliar a possibilidade de liberação de uma produção. O artista nos seleciona algumas tiras em quadrinhos que foram proibidas, contudo nos afirmou que nesses materiais não teve nenhuma intenção de alfinetar o regime militar (Figura 24). Como chargista para o jornal *O Diário*, entre outras publicações ao longo de sua trajetória profissional, essas obras visavam a retratar de uma maneira bem-humorada o momento político e histórico vivido em plena ditadura militar.

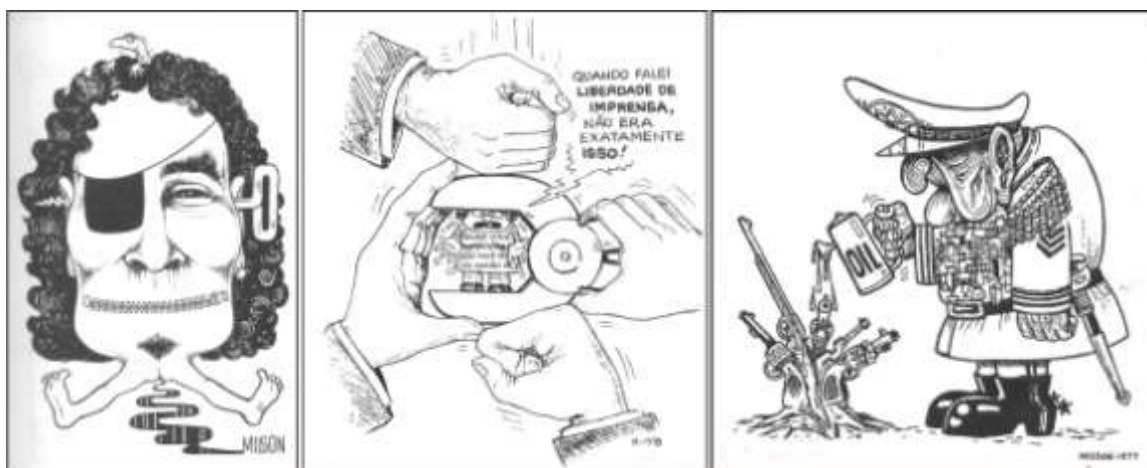


Figura 24 – Charges de Milson Henriques que foram censuradas.

Fonte: Henriques (p. 43; p. 62; p. 09).

Por outro lado, Henriques (1992) também nos revela a charges de sua autoria, produzidas em um período extremamente cerceador e repressor, com referências diretas aos militares. O autor relata-nos que pelo teor crítico e, muitas vezes, ácido das ilustrações, temia pela repercussão e por sofrer retaliações por parte dos órgãos repressores da época. Entretanto, muitas dessas charges (Figura 25), surpreendentemente, não sofreram qualquer tipo de veto e acabaram passando pelo

³⁸ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

pena fino dos censores e até mesmo dos diretores dos jornais, que, segundo Henriques, exerciam a autocensura e o pressionavam a não carregar nas tintas sob risco de não perderem os anúncios oficiais (governo federal e estadual, prefeituras, secretarias e demais órgãos ligados ao setor público).



Figura 25 – Charges de Milson Henrique que, apesar da alusão direta ao regime militar, não foram censuradas.

Fonte: Henriques (1992, p. 60-61).

Mattos (2005), ao dissertar sobre a formação dos censores em todo o Brasil, fornece-nos algumas explicações sobre a falta de critérios para aprovação ou vetos. O autor, que quantificou em 250 o total de censores responsáveis pelos cortes em jornais, revistas, programas de televisão, filmes e peças de teatros, comenta que para exercer a função, deveriam ser aprovados em um concurso e possuir nível superior em uma destas áreas: ciências sociais, direito, filosofia, jornalismo e psicologia. Posteriormente, fariam um curso de quatro meses, em tempo integral, onde

[...] o futuro censor aprendia noções básicas sobre o direito aplicado à censura, estatuto policial, história da arte, comunicação, psicologia, teatro, literatura, cinema e televisão. Isso porque o censor tinha que ser polivalente (MATTOS, 2005, p. 125).

Mattos (2005) ainda acrescenta que, em que pese os censores possuírem uma espécie de manual intitulado *Normas doutrinárias da censura federal*, que continha diretrizes para orientar o julgamento de programas de diversão pública, possivelmente o fato de serem formados em áreas distintas, somado à questão de a função exigir que fossem polivalentes, analisando materiais das mais diversas áreas, contribuiu para a falta de critério nas avaliações.

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, em 1990, a jornalista Leda Flora, citada por Mattos, reflete sobre quão frágeis, tênues, e, por vezes, subjetivos eram os critérios de censura:

Os casos que ferem a moral e os bons costumes são resolvidos mais facilmente, enquanto o problema de segurança nacional dá mais trabalho. Mas os censores atuam com a lei na mão e a orientação na cabeça (2005, p. 126).

Smith (2000) ratifica as considerações de Mattos (2005) e Flora (1990) sobre o trabalho do censor. A autora confirma a tese de que a temática ligada à “moral e aos bons costumes” norteava o trabalho dos censores no que se refere à apreciação de publicações e espetáculos artísticos. Complementa que o ofício deles era examinar materiais de toda natureza: reportagens, charges, anúncios de publicidade e até obituários. Smith ainda cita que o trabalho era extremamente cansativo e repetitivo, todavia necessitava ser executado com muita velocidade, a fim de dar conta de rastrear tudo o que havia de ser noticiado em várias publicações.

Parece um trabalho maçante. A minúcia de algumas proibições leva a crer que os censores por vezes estavam peneirando o texto com cuidado à procura de certos nomes ou somas. Era um volume enorme de material, tanto o que era lido como o que era proibido. A seleção devia ser enfadonha, mas eram considerações de segurança nacional em vez de questões de gramática ou ortografia que decidiam os casos duvidosos (SMITH, 2000, p. 100).

Ou seja, devido ao grande volume de trabalho, os censores poderiam se equivocar, seja ao vetar algo que, a princípio, não tivesse sido concebido com o intuito de provocar o regime, bem como deixar passar algum tipo de material que havia sido produzido

objetivando incomodar os militares, conforme observado em algumas charges produzidas por Milson Henriques.

Aquino (1999) narra um episódio curioso que aconteceu no jornal de humor *O Pasquim*, em 1970. Embora também estivesse sob a imposição da censura prévia, encontrou entre os censores pessoas como D. Marina, com quem se podia negociar e explicar com mais detalhes algumas matérias produzidas. Com o tempo, o grau de afinidade entre os jornalistas e a D. Marina foi se expandindo tanto que os vetos começaram a ser feitos com menos rigor que os praticados pelos colegas censores em outros veículos. Segundo Aquino, era comum que D. Marina analisasse as matérias enquanto “[...] conversava e bebericava com a equipe” (1999, p. 228). O consequente relaxamento com os vetos no *Pasquim* fez com que deixasse passar uma matéria tida como agressiva aos olhos militares. Em virtude desse ato, “[...] a censura endurece com a substituição de D. Marina (demitida) pelo General Juarez Paz Pinto” (AQUINO, 1999, p. 228).

No entanto, a prática mais recorrente e, por que não afirmar, mais segura nos Anos de Chumbo e, sobretudo, recomendada por boa parte dos diretores dos jornais era orientar os jornalistas no sentido de evitar um enfrentamento direto com o governo ao noticiar algo que o desagradasse.

Um fato representativo citado por dois entrevistados foi o ocorrido em julho de 1968, que intercalou tanto a atividade jornalística, quanto a comercial e publicitária no jornal *O Diário*³⁹. Os jornalistas versaram sobre um suposto caderno especial, de oito páginas produzido por eles, cujo título era *A Juventude Hoje*, que tratava de assuntos atrelados aos movimentos sociais e renomados intelectuais da esquerda, além de um panorama sobre a juventude em vários países. Na capa, uma foto destacada de Mao Tse Tung, líder da revolução socialista chinesa. O referido encarte estava rodado e pronto para circular. No entanto, poucas horas antes de ir para as ruas, o diretor responsável na época, Cacau Monjardim, não somente proibiu a circulação do material, como recolheu todos os jornais, rasgou uma parte dos exemplares, guardou o restante no porta-malas do carro e o escondeu em casa. Em entrevista, nos narrou que os jornais haviam virado forro de parede na casa que habitou.

³⁹ Informações repassadas em entrevistas realizadas nos dias 04/11/2010 e 30/11/2010.

Porém, como justificar aos leitores a ausência daquele caderno que havia sido anunciado no próprio jornal *O Diário*? De acordo com dois entrevistados, o embaraço e o constrangimento foram tão grandes, que levaram o próprio Cacau Monjardim a redigir um texto, que foi exposto na primeira página da edição prometida, “[...] falando que uma máquina havia quebrado e que o Caderno 2 deixava de circular excepcionalmente naquele dia”.⁴⁰

A revolta dos jornalistas que pesquisaram à exaustão e confeccionaram o caderno *Juventude Hoje* contra o ato de proibição de circulação daquele material foi drástica e resultou em uma carta de demissão, datada de 1º de julho de 1968, endereçada à direção.

De forma muito gentil e prestativa, conseguimos com um dos entrevistados, a quem somos muito gratos, com exclusividade para este estudo, uma cópia dessa carta (Figura 26). Pela redação do texto, percebe-se claramente a insatisfação da equipe de jornalistas, ao exporem a falta de unidade e critérios dos mandatários do jornal, uma vez que dentre os três diretores do jornal *O Diário*, dois haviam autorizado a circulação do caderno. O trecho a seguir é uma reprodução do original, no entanto, devido à ação do tempo, certas partes estão completamente ilegíveis. Diante desse fato, o entrevistado que nos cedeu a carta, por conta própria datilografou o texto original em outro papel, a fim de preservar o conteúdo da polêmica carta de demissão (Figura 27). Para melhor utilização dessa fonte documental, em certos momentos desta dissertação exibiremos a cópia datilografada recentemente a fim de proporcionar uma leitura mais fácil.

⁴⁰ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

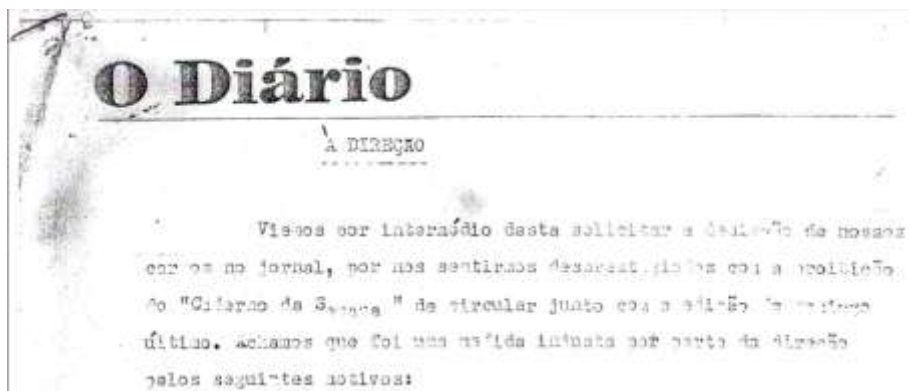


Figura 26 - Reprodução da Carta original que, devido à ação do tempo, tornou-se ilegível.

Fonte: Arquivo pessoal de um dos entrevistados.

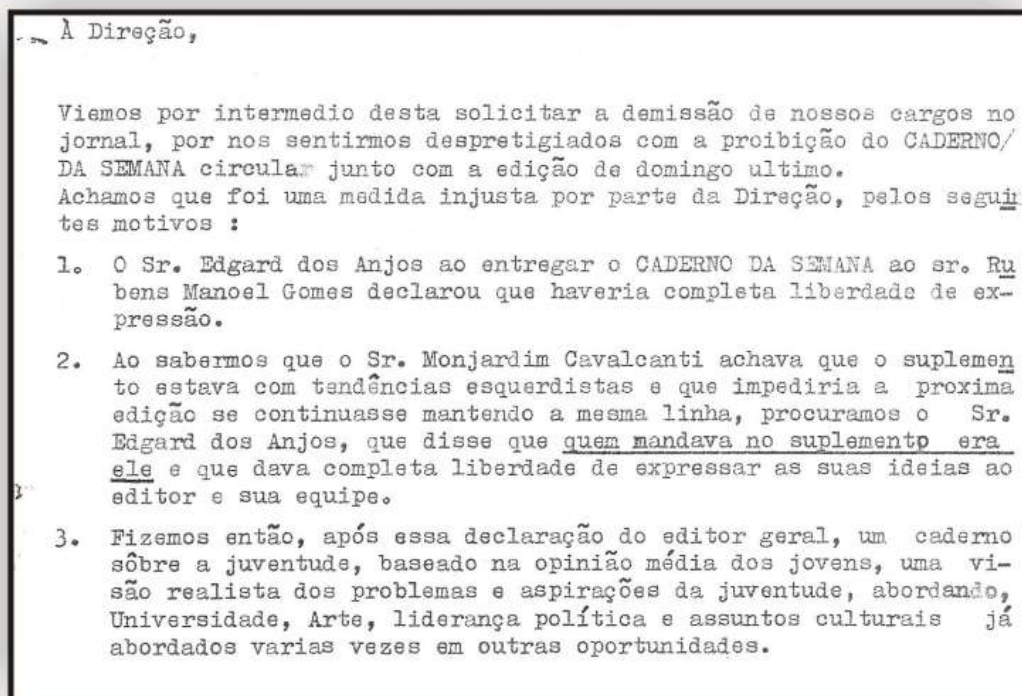


Figura 27 - Cópia da carta original, empreendida por um dos entrevistados.

Fonte: Arquivo pessoal de um dos entrevistados.

Pelo teor da redação fica evidente a insatisfação dos jornalistas com a decisão da direção, pois haviam se dedicado àquele caderno, desenvolveram pesquisas com os jovens capixabas. Segundo a carta, os jornalistas haviam produzido um material de vanguarda, altamente qualificado e informativo. Apresentamos a seguir trechos extraídos da carta de demissão que ilustram bem o quadro de revolta de quem havia se empenhado na elaboração do encarte especial (Figura 28).

Após uma semana de trabalho, com dois reporteres entrevistando os estudantes sôbre o acordo MEC/USAID e dois reporteres escrevendo cerca de doze laudas e consultando mais de dez revistas para a impressão de originais para clichês, na sexta-feira, 29/6/1968, editamos o suplemento até as duas horas da manhã (desde 7 da noite) sob a vista e aprovação do Sr. dignissimo Fernando Jakes Teubner, gerente deste jornal e do dignissimo Edgar dos Anjos, editor de suplementos dominicais.

Impressos 3.600 exemplares e separados para circulação junto com a edição de domingo, eis que o jornal do dia seguinte, sábado, pedia desculpa com uma noticia de que o suplemento havia sido descartado do Caderno Imobiliário e levado para a sala da Direção. Foi adintado que ele não circularia porque era subversivo.

Além disso todas as pessoas consultadas declaram que o Caderno estava magnifico e que nunca se fez nada melhor no gênero que, até em materia de paginação merecia elogios, como afirmou o sr. Monjardim Cavallenti.

Só não concordamos e achamos injusto é como nos autorizaram fazer, editar, compor e imprimir um Caderno e depois dizeram que ele não pode circular. Então dissolvemos a equipe, dizendo que nós não poderíamos continuar fazendo o Caderno e não estávamos dispostos a perder o nosso precioso tempo.

O que houve e o que há em nosso querido jornal é que todo mundo manda, mas ninguém se entende. Por isto, senhores Diretores, pedimos a nossa demissão.

Figura 28 - Cópia datilografada pelo diretor do jornal *O Diário* a partir da original, em que os jornalistas pediam demissão em virtude da proibição interna de circulação do caderno especial *Juventude Hoje*.

Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

O imbróglio gerado adquiriu grandes proporções, chegando ao ponto de dividir a equipe do *Diário* entre os que aderiram à decisão de pedir demissão e um grupo que manifestou-se apoiador da resolução tomada pelo diretor Cacau Monjardim em impedir a circulação do caderno. A seguir, carta redigida pelo jornalista José Carlos Corrêa, representando parte da equipe, que, além de concordar com a decisão de vetar o caderno, expõe as divergências internas entre os repórteres do *Diário* (Figura 29).

O Diário

Cacau,

Rubinho e Paulo Torre resolveram deixar o jornal por causa da censura que foi feita ao Caderno da Semana de domingo. E não ficaram só nisso, tendo reunido alguns repórteres na redação e, no meio de grande balbúrdia ~~xxxxx~~ de portas fechadas - tentaram atrair os demais para o mesmo caminho. Até agora, apenas a Maura veio me dizer que não mais trabalhará.

Tive até algumas discussões com eles e tenho minha opinião formada que se eles não saíssem era melhor botá-los para fora, pois eles não foram corretos com nenhum de nós.

Eu e o Alagerte já estamos resolvendo o problema dos repórteres e não haverá perigo de queda de produção.

Depois explico melhor,


José Carlos
1.7.1968

Figura 29 – Carta redigida por um dos jornalistas do jornal *O Diário*, contrário à decisão dos colegas que decidiram se demitir.

Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

Segundo um entrevistado, após o calor da discussão, os jornalistas e os diretores voltaram a conversar, ponderando sobre a situação, buscando um acordo sobre o episódio da censura interna. No fim das contas, a equipe continuou a mesma e nenhum colaborador deixou de trabalhar no *Diário*.

Sobre esse fato, tomamos a liberdade de perguntar a um dos jornalistas que participaram da redação desse pedido de demissão coletiva sobre qual era o real motivo da censura

feita internamente por um diretor e que impediu a circulação do caderno *Juventude Hoje*. Mesmo passados 42 anos do episódio, o entrevistado pareceu-nos guardar rancor da atitude do diretor do jornal, já que nos respondeu, de forma muito enérgica e contrariado, que para ele houve um medo exagerado de Cacau Monjardim. A seguir, o jornalista, mais calmo, ponderou nos dizendo que naquele período a pressão militar começava a ficar ostensiva, inclusive com frequentes visitas à redação do jornal *O Diário*. Como a direção tinha boas relações com altas esferas do poder, que muitas vezes era simbolizada por meio de anúncios publicitários, acabou sendo uma decisão prudente, na visão dele.⁴¹

Por sua vez, Monjardim (1998) alega que o motivo da suspensão do caderno foi preservar a equipe de detenções e perseguições pelos militares. Para o diretor comercial, aquele material continha elementos alusivos ao socialismo, o que, conseqüentemente incomodaria o regime, resultando em represálias não somente aos jornalistas, mas também ao *Diário*.

Depois que passou a fase da Revolução, evidentemente, eles deveriam até me agradecer, porque eu sabia que, naquele tempo, sem qualquer segurança, aqueles rapazes poderiam ir parar num DOI-Codi da Vida. E a gente tinha mais experiência do que eles, era um pouco mais velho (MONJARDIM, 1998, p. 55).

Por mais uma ocasião tomamos a liberdade de identificar o entrevistado, uma vez que as fontes bibliográficas pareceram-nos insuficientes para compreender o ocorrido e por percebermos aí nesse tocante uma possibilidade de obter novas informações que se relacionassem não só a questões de segurança, mas também ligadas a fatores comerciais.

Entramos em contato com o senhor Cacau Monjardim, que educada e prontamente aceitou a nossa solicitação de agendamento de uma entrevista. Na ocasião de nosso encontro, recapitulamos o episódio da suspensão do caderno *Juventude Hoje*, na tentativa de fisgar novas informações relevantes. Para nossa felicidade, Monjardim

⁴¹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010.

relembra do episódio com muita vivacidade e nos trouxe novas informações, que nos permitiram fazer mais imersões sobre a relação entre poder e imprensa.

Primeiramente, Monjardim confirmou-nos que proibiu a circulação e que recolheu sim todo o material já rodado. Contudo, a revolta dos jornalistas esteve muito além de uma carta de demissão direcionada à direção de *O Diário*. Um deles conseguiu, sorrateiramente, um exemplar e levou a uma reunião promovida pela União dos Estudantes, na qual entre outros assuntos, os participantes discutiam fervorosamente o momento vivido e reivindicavam liberdade de expressão. O problema é que nesse encontro estavam também espiões do regime que acabaram tendo acesso à informação sobre a produção de um caderno, que, dentre as reportagens, fazia evidente apologia ao socialismo e ao movimento estudantil.⁴²

Não tardou e a notícia do caderno chegou aos militares. Monjardim assinala que, naquele momento, vários órgãos ligados aos militares o colocaram em xeque. Embora afirme que tivesse um excelente relacionamento com os militares, isso não impediu que fosse pressionado por um alto comandante, o qual ordenou que queria ver aquele caderno. Monjardim nos disse que respondeu nos seguintes termos: “Que exemplar? Não circulou nada. Houve uma intenção, mas o caderno não circulou”. Mesmo diante do apelo do comandante sobre a importância de ter aquele exemplar, o diretor comercial do Diário despistou, declarando que não havia mais jornal. Na realidade, todos os exemplares estavam escondidos na casa de Monjardim.

Boa parte dos entrevistados e das fontes bibliográficas consultadas atestam que a ditadura militar brasileira representou um período em que os jornais circulavam sob forte vigilância dos órgãos de repressão. Qualquer matéria que desagradasse ao regime poderia causar transtornos a muitas carreiras profissionais. E como diretor responsável pela captação de recursos publicitários, Cacau Monjardim relatou-nos que, ao preservar os jornalistas de serem alvo dos militares, tornava mais fácil a tarefa de estabelecer e manter bom relacionamento com os mandatários no período.

⁴² Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

Para entender o porquê desse ato de censurar *O Diário* e a preocupação de Monjardim em estabelecer um bom convívio com os militares, torna-se mister retomar as considerações de Smith (2000) acerca das relações entre o Estado e a imprensa. A autora adverte que, conforme citado no capítulo anterior, a despeito de ser vista por desempenhar um relevante papel como propagadora de informação para a sociedade, a maioria dos veículos de comunicação é constituída por grupos empresariais e, por conseguinte, com fins comerciais. Alinhar-se ideologicamente ao Estado e evitar o enfrentamento muitas vezes representava a obtenção de favorecimentos, como empréstimos vantajosos, licenças para importação de papéis, direcionamento de anúncios publicitários de fontes oficiais, entre outros benefícios.

Voltando ao jornal *O Diário*, perguntamos aos entrevistados de atuação jornalística se saberiam estimar qual a importância dos anúncios publicitários para a sobrevivência financeira do veículo. Nenhum soube responder com relativa precisão, sendo que um ainda observou que o jornal quase não tinha anunciantes. “Os anunciantes eram tão poucos. O governo era o anunciante principal. Sempre foi”.⁴³

Importante figura que também compunha o departamento comercial do jornal *O Diário* é o publicitário Fernando Jakes Teubner, mais conhecido pelos colegas de equipe pela alcunha de *Jacaré*. Teubner (1998) confirma a tese de que O Governo do Estado do Espírito Santo era um dos maiores anunciantes, mas não o único. Havia também empresários locais, como os do Centro de Comércio do Café.

Quando interpelamos os entrevistados que tiveram uma atuação mais íntima com o departamento comercial, prospectando investimento publicitário para as páginas impressas de *O Diário*, obtivemos alguns números extremamente relevantes e expressivos para compreender quão fundamental era a importância da publicidade nas páginas do jornal *O Diário*. Todos afirmaram que a publicidade exercia um papel preponderante no sustento do veículo. Os dados chegam a impressionar. Um dos profissionais consultados estima que a publicidade era responsável por aproximadamente 80% do faturamento do *Diário*, entre 1968 a 1974. Os 20% restantes vinham da venda avulsa e dos assinantes.⁴⁴

⁴³ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

⁴⁴ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

Como pesquisadores, optamos por adotar certa cautela em relação a esses dados fornecidos. Quando questionados se teriam alguma forma de comprovar esse faturamento expressivo vindo da publicidade, seja via dado contábil, seja expresso em qualquer outra modalidade, os entrevistados disseram que não dispunham de documentos que manifestassem essa preponderância. Externamos, aqui, neste momento da dissertação, nossa preocupação caso os entrevistados tenham superestimado a importância da publicidade.

Um breve comparativo com o ocorrido com os grandes jornais do eixo Rio-São Paulo nos dá um panorama sobre o investimento oriundo da publicidade em relação à venda avulsa. Entre os autores, há uma discrepância nos dados relacionados à participação média em investimento publicitário em veículos de comunicação. Para Aquino (1999), há um padrão internacional que sugere que 50% do investimento seja captado por meio de propaganda, e a fração restante, em vendas avulsas e assinaturas. Já para Smith (2000), a tendência é que esse percentual relacionado à publicidade fique entre 15 a 30%.

Um entrevistado foi ainda mais além, ao atribuir uma importância extremamente representativa aos cadernos especiais, como o censurado internamente *Juventude Hoje*. Segundo ele, o lucro obtido com os cadernos era tão impressionante que se tornava possível bancar os custos operacionais do jornal *O Diário* por até quatro meses.⁴⁵

Diante do relato do entrevistado em que atribui aos cadernos especiais uma importância fundamental no faturamento do *Diário*, resolvemos procurar no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo algum exemplar desses encartes. Encontramos o *Caderno de Veículos*, de outubro de 1969, apresentado a seguir. Nele, é possível constatar a presença de dois anúncios em formatos de tamanho consideráveis. Deduzimos daí que procede atribuir aos cadernos uma boa fonte de receita financeira (Figura 30).

⁴⁵ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.



Figura 30 - Caderno de veículos do jornal *O Diário*.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Novamente, optamos por fazer ressalvas no depoimento do entrevistado ao dissertar sobre os rendimentos adquiridos na comercialização de encartes especiais. De modo algum rechaçamos essa informação, no entanto, consideramos válido confrontá-la com dados contábeis do *Diário*, à época. Depreendemos, a partir desse cenário, que havia duas realidades instituídas na publicação: de um lado, temos os jornalistas e demais funcionários que reclamavam dos baixos salários, que volta-e-meia faziam com que recorressem aos “vales”; em lado oposto, os diretores, que recebiam quantias consideráveis em salário, comissões, e que gostavam de exaltar as virtudes financeiras do *Diário*, obtidas por meio da publicidade.

Há, aí, um hiato que cremos necessitar de um novo estudo mais apurado para se averiguar as razões de tamanho disparate no que diz respeito aos ganhos diferenciados entre proprietários e funcionários, além de uma investigação mais detida sobre a saúde financeira do veículo.

Refletir sobre o papel da publicidade no jornal *O Diário*, cujos investimentos atingiam a incrível marca de 80% dos custos operacionais, segundo relato de um dos entrevistados, nos sugere repensar as relações estabelecidas entre anunciantes e a própria publicação. Ao serem indagados em nosso encontro previamente agendado sobre o perfil dos

anunciantes do *Diário*, três entrevistados foram enfáticos ao manifestar que estavam basicamente o governo, prefeituras, secretarias e empresas estatais. Os empreendimentos da iniciativa privada também se faziam presente, porém em um volume consideravelmente menor.⁴⁶

Os anúncios a seguir, que têm a assinatura do Banco do Brasil e da Usiminas, foram veiculados em várias edições do jornal *O Diário*, no ano de 1969, conforme pudemos visualizar em nossa pesquisa no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (Figura 31).



Figura 31 – Anúncios nas páginas do jornal *O Diário*.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

A partir desse cenário composto basicamente por anunciantes ligados ao governo, decidimos investigar mais a fundo como se procedia a abordagem para se obter os materiais publicitários. No que tange a essa temática algumas respostas que nos foram dadas merecem uma reflexão mais contextualizada à luz de autores como Barbosa (2007), Fico (1997; 2001), Marconi (1980) e Smith (2000).

⁴⁶ Informação repassada em entrevista realizada no dia 04/11/2010, 16/11/2010 e 30/11/2010.

Um dos entrevistados revelou-nos que, não obstante orientarem os responsáveis pelo departamento comercial atuarem com postura agressiva na busca de anunciantes, é impossível negligenciar o fato de que um deles, em especial, possuía uma carreira profissional caracterizada pela proximidade com os políticos locais. Havia sido Secretário de Comunicação em vários governos e, segundo ele, “[...] tinha ligações de amizades bastante dilatadas”⁴⁷. Inclusive nos salientou que, no período em que Chiquinho de Aguiar simultaneamente atuou como governador do Espírito Santo e proprietário de *O Diário*, entre 1963 e 1966, o jornal beneficiou-se tremendamente, em virtude da influência que o governador exercia, direcionando anúncios relacionados não só à sua gestão, mas também encaminhando materiais alusivos às secretarias.

O entrevistado prossegue fornecendo-nos informações valiosas. Ao ser questionado se com a tomada do poder pelos militares em 1964 e com a posterior deposição de Chiquinho de Aguiar, em 1966, o jornal *O Diário* havia perdido força de influência no mercado capixaba, uma vez que o então governador era muito próximo do ex-presidente João Goulart, respondeu-nos que isso não ocorreu. De acordo com o jornalista, mesmo com a deposição de Chiquinho, o jornal tomou o cuidado de logo se posicionar como um defensor e porta-voz capixaba do golpe imposto pelos militares. “Por uma questão transitória, fomos obrigados a caminhar para um alinhamento ao governo”⁴⁸.

Essa mudança de posicionamento ideológico ainda foi favorecida, segundo um dos entrevistados, pelo fato de o ex-governador ter se cansado de ficar à frente do *Diário*, e decidiu arrendá-lo, em 1966, para os publicitários Edgard dos Anjos e Jacaré, além do jornalista Cacau Monjardim.

Somado a esse novo alinhamento, o *Diário* também passou a se conclamar um defensor da livre-empresa, da modernidade e do capitalismo. Ou seja, empreendeu a mudança para seguir a cartilha desejada pelos militares à imprensa e continuar prospectando o investimento publicitário oriundo de fontes oficiais. Uma das ações implementadas foi inserir em suas páginas anúncios ou matérias jornalísticas que evocassem os valores de ufanistas propagados pelo regime ditatorial instituído, conforme podemos visualizar nos exemplos a seguir. Chamamos a atenção para o primeiro exemplo da esquerda, uma vez

⁴⁷ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

⁴⁸ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

que ele foi visto inúmeras vezes em várias edições do *Diário*, no ano de 1969, que traz uma mensagem de cunho altamente nacionalista (Figura 32).



Figura 32 – Anúncios com mensagens patrióticas.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Barbosa (2007) ajuda-nos a compreender como essa mudança, digamos, de lado do *Diário* acabou sendo bem-vinda pelo regime, que, por sua vez, viu nessa adesão do jornal a possibilidade de contar com um novo aliado para divulgar seus feitos.

Ao empunhar a bandeira da livre concorrência e dos avanços tecnológicos no Brasil, independente de reproduzir ou não os seus verdadeiros valores institucionais, os responsáveis pela condução do jornal *O Diário* colocaram-se prontamente a serviço do governo, tendo em vista evitar perseguições políticas e, sobretudo, obter vantagens comerciais desse alinhamento. Como pudemos conferir em nossa visita ao Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, não foram poucas as matérias jornalísticas exaltando os dirigentes militares (Figura 33).



Figura 33 – Matérias do jornal *O Diário* retratando os presidentes militares.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Vale lembrar que vivia-se em um período de ausência de democracia, de alto controle da sociedade civil pelos militares, o que tornava fundamental para o regime calar focos de oposição e questionamentos que se insurgissem contra ele. Daí, a grande importância de contar com a adesão e popularidade dos meios de comunicação na reprodução dos ideais que interessavam ao regime (BARBOSA, 2007).

No entanto, para o jornal *O Diário*, alinhar-se ao regime e se declarar um porta-voz dele não se restringia a um discurso meramente profissional, visando a obter lucros e favorecimentos comerciais. Os militares também reconheciam sim a publicação como uma aliada legítima e “autorizada” para divulgar notícias interesses dos militares. A afinidade entre veículo e poder foi oficializada inclusive por meio de documentos, conforme narra Monjardim:

Até hoje tenho em minha casa cópia de uma correspondência do coronel Aguiar, dizendo que O DIÁRIO era o porta-voz da Revolução no Espírito Santo. E realmente foi o porta-voz da Revolução. Publicamos todos os artigos dogmáticos sobre o movimento (1998, p. 55).

Entramos em contato, em mais uma oportunidade, com o senhor Cacau Monjardim, solicitando uma cópia dessa carta que legitima o jornal *O Diário* como porta-voz do movimento, entretanto, o jornalista explicou-nos que, devido à ação do tempo, esse documentou tornou-se ilegível, ao ponto de ele ter descartado o material.

Para melhor ilustrar como se processava essa relação entre imprensa e o poder estabelecido, um dos entrevistados descreveu como era a sua atuação como captador de verbas publicitárias e como usufruía do trânsito livre nos órgãos de poder mais representativos do Espírito Santo:

O Diário tinha maior mobilidade junto às entidades federais, principalmente o Ministério dos Transportes, que liderava todo o processo das grandes rodovias federais. No Espírito Santo nós temos a BR 262 e BR 101. A partir daí estabelecemos um estreito relacionamento com a equipe do Mario Andreatta (Ministro dos Transportes no Brasil, de 1967 a 1974). E por indicação da equipe, chegávamos às empreiteiras. E chegando às empreiteiras, chegaram as faturas. Nós, mais abertos, oferecíamos almoços e jantares, coisa que a Gazeta não fazia. Isso nos ajudava a faturar tranqüila e sossegadamente.

Quando o jornalista refere-se às *faturas*, entenda-se o pagamento efetuado pelas empresas anunciantes decorrente das inserções publicitárias nas páginas do jornal *O Diário*.

Fico (2001) constata que no período de 1969 a 1977, principalmente nos governos Médici e Geisel, houve uma incidência relevante de anúncios publicitários enfocando o chamado *milagre econômico*⁴⁹, recorrentemente carregados de ufanismo e traços que valorizavam o povo brasileiro. E pelo depoimento do nosso entrevistado é possível atestar que a mesma situação ocorrida nos grandes centros no país também se aplicou no jornal *O Diário*. Divulgar a construção ou até mesmo melhorias em rodovias que cortam o território capixaba, como a BR 262 e a BR 101, significava noticiar o impacto do crescimento econômico brasileiro e, conseqüentemente, os grandes feitos do governo federal.

Com efeito, a estratégia colocada em prática pelo *Diário* foi divulgar em demasia as realizações do Ministro dos Transportes Mario Andreazza, conforme pode ser visualizado nos exemplos a seguir de exemplares entre setembro de 1969 e janeiro de 1970 (Figura 34).

⁴⁹ O Milagre Econômico Brasileiro é descrito por Graf (2003) como um plano que visava a incrementar a produção industrial no país, no crescimento da importação e exportação, geração de empregos, e construção de rodovias, pontes, ferrovias e usinas.



Figura 34 – Matérias no jornal *O Diário* que mencionam o Ministro dos Transportes Mario Andreazza.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Em que pese atuarem orientados por uma estratégia ousada do ponto de vista comercial, visando a estreitar o contato com os mandatários e aqueles que detinham o poder de decisão empresarial, há de se reconhecer que os diretores do jornal *O Diário* souberam aproveitar o contexto apresentado para alavancar os investimentos publicitários em seu veículo. Conforme Fico aduz, era fundamental, no período ditatorial, mostrar à população, por meio da propaganda comercial, os feitos advindos do milagre econômico, além de “[...] afirmar a inevitabilidade do futuro grandioso do país, reiterar a autenticidade de certos ‘valores nacionais’, sugerir que ‘finalmente’ o Brasil havia encontrados seu ‘rumo certo’” (1997, p. 117). E o que nos parece, fruto da nossa pesquisa e reflexão, é que foi nesse nicho que o *Diário* buscou se posicionar e focar seus esforços profissionais. Ao reproduzir a vontade dos ideólogos do regime, obteve como recompensa inúmeras vantagens de ordem comercial.

Outro ponto que nos despertou curiosidade no comentário do entrevistado foi o trecho “[...] por indicação da equipe, chegávamos às empreiteiras. E chegando às empreiteiras, chegaram as faturas”⁵⁰. Ora, empreiteiras são por natureza empresas formadas por grupos particulares. No entanto, é sabido que muitas delas obtêm bons e vultosos rendimentos prestando serviços para o setor público, via licitação. Em tese, não são empresas que tradicionalmente anunciam visando a convencer o leitor habitual de um jornal, como o do *Diário*, da qualidade ou do preço especial de seus serviços. Esse fato leva-nos a crer que essa referência feita pelo jornalista acerca da aproximação da equipe do *Diário* com as empreiteiras tinha como objetivo, decerto, também divulgar as grandes obras realizadas pelo governo vigente. Se para os militares era mais um canal de divulgação dos benefícios gerados pelo *milagre econômico*, no caso do jornal *O Diário*, tornou-se mais uma relevante fonte de renda publicitária que precisava ser bem trabalhada, conforme podemos visualizar a seguir na “reportagem” de uma página inteira, sobre a empreiteira Queiroz Galvão, publicada no dia 7 de setembro de 1969, ou seja, dia da Independência do Brasil (Figura 35).



Figura 35 – Matéria no jornal *O Diário* destacando a ação da empreiteira Queiroz Galvão.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

⁵⁰ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

Para compreender de uma maneira precisa o que levava as empreiteiras que construía obras em terras capixabas a anunciar seu próprio capital em benefício do governo federal, convém consultar Smith (2000). A autora salienta que, além do conteúdo jornalístico, boa parte do material publicitário inserido nos veículos de comunicação também estava vinculado ao Estado. Várias empresas privadas dependiam do Estado para a sobrevivência e manutenção dos seus respectivos negócios. E essa situação nos parece ser similar à enfrentada pelas empreiteiras, que também tinham o Governo como contratante, cliente e patrão. A autora ainda assinala que para manter uma boa relação e usufruir de novos contratos vantajosos, seria interessante para as empresas contratadas seguirem as orientações propostas pelo Estado, inclusive no que se referia ao encaminhamento da publicidade.

Uma firma particular que tinha um empréstimo pendente em um banco oficial poderia ser induzida a reconsiderar onde estava gastando seu orçamento para publicidade. As companhias com contratos do governo também estavam sujeitas a esse tipo de pressão. Mesmo na ausência de instruções diretas, uma similaridade de perspectivas poderia levar anunciantes privados a aceitar demonstrações de desaprovação do Estado com referência a um ou outro jornal (SMITH, 2000, p. 58).

Teubner (1998), que, juntamente com Cacau Monjardim e o George Bomfin, também atuava ativamente à frente do departamento comercial do *Diário*, admite que ao estabelecer uma relação de proximidade com o governo, poderia beneficiar o jornal financeiramente. Ele foi um dos idealizadores de algumas das estratégias visando à prospecção dos investimentos publicitários via governo federal e órgãos a ele relacionados para as páginas do *Diário*. Assim como um dos nossos entrevistados, Teubner também relata como explorou essa relação com o então Ministro dos Transportes, Mario Andreazza, desta vez inserindo um novo personagem do setor público, as Prefeituras:

Ele [Mario Andreazza] veio ao Estado fazer inspeção na BR-262. Na rota da rodovia existia uma série de municípios e todos os prefeitos queriam aproveitar a visita do ministro para fazer uma estradinha até a sede do município. Vendo isto, eu falei o seguinte: “se vocês fizerem uma fotografia com ele no local onde querem a obra, depois vocês podem ir à Brasília e convencer o ministro”. Eu me comprometi a registrar tudo isto no *Diário* e, com isto, conseguimos fazer uma série

de reportagens com umas 10 prefeituras da região, cada uma pagando por uma página (1998, p. 42).

A partir de nossa investigação nas fontes documentais, foi possível confirmar que realmente o *Diário* beneficiou-se comercialmente dessa proximidade com o Ministério dos Transportes. Os anúncios a seguir demonstram que foram produzidas reportagens encomendadas para as prefeituras capixabas, tendo como temática a inauguração de rodovias (Figura 36).



Figura 36 – Matérias no jornal *O Diário* que destacam inauguração de estradas.
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Torna-se relevante prosseguir na análise das relações estabelecidas entre os diretores do jornal *O Diário* e o Estado. Depreende-se da citação anterior de Smith (2000) que o encaminhamento de uma publicidade de uma empresa que prestasse serviços ou estava em uma condição de dependência do governo a um veículo de comunicação estava muito além de uma escolha por critérios meramente técnicos. O Estado tinha sim voz suficientemente imponente e respeitada para interferir no direcionamento das peças publicitárias produzidas por uma empresa que dependesse dele. E essa “orientação” envolvia não só a decisão de criar ou não um anúncio para divulgar algo que fosse de interesse do governo, como também decidir em quais jornais deveriam utilizar e quais, definitivamente, deveriam rechaçar.

A seguir temos uma amostra de vários anúncios extraídos do jornal *O Diário*, datados de 1969, cujos anunciantes são de origem estatal. Vale a menção de que muitas dessas publicações são de caráter obrigatório e não precisam levar em consideração a tiragem dos veículos, como por exemplo, os editais (Figura 37).



Figura 37 – Editais e anúncios oficiais nas páginas do jornal *O Diário*.
 Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

Mais uma vez extraímos um trecho da fala do nosso entrevistado, o qual após narrar o trâmite até chegar às empreiteiras, apresenta *O Diário* como possuidor de um diferencial que o seu maior concorrente (*A Gazeta*) à época não dispunha. “Nós, mais abertos, oferecíamos almoços e jantares, coisa que a *Gazeta* não fazia”.⁵¹

Retomemos novamente as fontes bibliográficas. Vejamos como alguns dos autores consultados referem-se ao jornal *A Gazeta*. Dos Anjos (1998) indica *A Gazeta* como o jornal mais importante da década de 60 e 70. Para Alves (1998), *A Gazeta* era o maior

⁵¹ Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

jornal do Estado com foco na organização empresarial e distribuição. Rossetti (1998) reconhece que, embora se esforçassem na confecção do *Diário*, não havia como competir em pé de igualdade com *A Gazeta*. Soma-se a essas declarações o depoimento de dois entrevistados que, coincidentemente, nos disseram que *A Gazeta* sempre teve o maior prestígio dos leitores.

Encontramos aí uma contradição que merece ser bem refletida à luz da fala dos entrevistados e das fontes bibliográficas: se era notório, conforme comentário dos entrevistados e autores pesquisados, que o jornal *A Gazeta* era mais prestigiado, mais estruturado e organizado jornal em circulação no Espírito Santo no período dos Anos de Chumbo, por que *O Diário* é que recebia anúncios, vindo de fontes oficiais e das empresas por elas influenciadas, como no caso das empreiteiras, com exclusividade?

A tentativa em responder a essa questão pode ser melhor explicada a partir de Marconi. O referido autor assevera que o governo tinha pleno conhecimento de sua força e influência nas empresas particulares. Poderia conceder empréstimos a partir do posicionamento dessas firmas, “[...] com a evidente finalidade de receber a devida retribuição, no caso o apoio, mesmo que discreto, a todos os seu atos” (MARCONI, 1980, p. 134).

Retribuição parece mesmo ser a questão chave. Se por um lado o jornal *O Diário* envidou esforços promovendo almoços e jantares em prol do regime, além de publicar matérias que enaltecessem o movimento e buscassem legitimá-lo perante seus leitores, por outro havia a possibilidade real de se receber a contrapartida por parte do governo. Monjardim confirma essa tese ao relatar que: “Participamos de todos os movimentos para levantar fundos financeiros em benefício da Revolução, ao lado do empresariado, e passamos a ter um campo de faturamento para o jornal” (1998, p. 55).

Em nossa visita ao Arquivo Público pudemos conferir *in loco* o resultado desse empenho do departamento comercial do *Diário* em arrogar para si o alinhamento com os militares e fazer desse posicionamento uma oportunidade de incrementar sua receita financeira. Pudemos constatar uma grande quantidade de anúncios, tanto de origem estatal quanto privada, alusivas a datas comemorativas ao regime. Um exemplo foi a posse do presidente Emílio Garrastazu Médici, em 25 de outubro de 1969, que gerou ao

jornal *O Diário* vários anúncios, em grandes formatos, de prefeituras capixabas, da Assembleia Legislativa, Associação Municipal Espírito-Santense (AMES) e Caixa Econômica Federal, como podem ser visto a seguir (Figura 38).



Figura 38 – Anúncios em homenagem o presidente eleito Emílio Garrastazu Médici. Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

As datas comemorativas, sobretudo, as ligadas aos valores ufanistas, também foram bem exploradas pelo departamento comercial do *Diário* para atrair para as suas páginas as empresas da iniciativa privada. Não obstante o sentimento de patriotismo que pode até ter se manifestado de forma sincera por parte dos empresários e que, por ora, preferimos não discutir e nem questionar neste estudo, temos como base Smith (2000) que nos adverte que muitas empresas sabiam da importância de causar uma boa impressão ao governo para obter com isso vantagens comerciais. Um desses meios, no intuito de tentar conseguir favorecimentos, era a divulgação de conteúdos editoriais em apoio ao movimento golpista. Não podemos assegurar qual foi a real intenção dos anunciantes ao inserir suas marcas nas páginas de *O Diário*, todavia, ao autorizarem a inserção do material publicitário com dizeres em apologia a uma data como a Independência do Brasil, de grande importância para os militares, que costumam inclusive desfilarem em avenidas, temos aí uma bela demonstração desses empresários em desejarem ser vistos como alinhados e apoiadores do regime.

Os recortes a seguir, datados de 7 de setembro de 1969, reforçam a hipótese do apoio do empresariado aos militares (Figura 39).



Figura 39 – Anúncios de empresas particulares no jornal *O Diário* mencionando as comemorações alusivas à data da Independência do Brasil.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

O Governo também tinha pleno conhecimento da dependência dos veículos de comunicação em relação à publicidade. Favorecer um veículo concentrando nele o investimento publicitário em detrimento de outros representava uma manifestação de aprovação à linha editorial adotada. Já para quem fazia oposição, isso poderia redundar no não recebimento dos anúncios ligados ao setor público. Marconi (1980) ilustra essa modalidade de sanção a partir do ocorrido ao *Jornal do Brasil*, tema desenvolvido no capítulo anterior, ao publicar matérias criticando a política nuclear no país. “[...] o *Jornal do Brasil* vinha em oposição ao governo e este deu uma ordem a todas as empresas estatais, paraestatais, autarquias de que era proibido anunciar no jornal (1980, p. 133).

Entretanto, ao se analisar o enredamento das relações entre *O Diário* e o poder estabelecido de então e um suposto favorecimento do periódico no que tange aos investimentos publicitários, em contraste ao concorrente jornal *A Gazeta*, mais uma vez recorremos a Marconi. O jornalista afirma que

Retirar a publicidade oficial ou então pressionar os anunciantes particulares para não programarem os órgãos incômodos ao governo foi outra técnica largamente utilizada (1980, p. 130).

Não nos parece e sequer ousamos assinalar que houve uma oposição do jornal *A Gazeta* em relação ao regime militar. Seja nas entrevistas, seja nas fontes bibliográficas pesquisadas foram raras as menções sobre um papel de oposição exercido pelo jornal *A Gazeta*. Também não ensejamos insinuar que *A Gazeta* foi vítima de alguma modalidade de censura comercial. Apenas no depoimento de um dos nossos entrevistados encontramos alguns indícios que justificasse um favorecimento explícito ao *Diário* em relação ao jornal *A Gazeta*; no entanto, em confronto com as demais fontes pesquisadas, pareceu-nos isolada e sem consistência. “O *Diário* naquela época defendia a livre-empresa, enquanto *A Gazeta* tinha uma simpatia maior pelo Janguismo, porque o diretor da época tinha uma formação meio de esquerda”.⁵²

O diretor a que nosso entrevistado se refere é Eloy Nogueira, simpatizante do comunismo, e que anos antes de assumir a direção do jornal *A Gazeta* também fez parte

⁵² Informação repassada em entrevista realizada no dia 30/11/2010.

do quadro funcional de *O Diário*. No entanto, reiteramos, não encontramos indícios ou dados concretos que atestem e comprovem que sob seu comando *A Gazeta* fez campanha contra o regime militar de então. Pelo contrário do apontado pelo nosso entrevistado, vários autores, como Gomes (1998), Dos Anjos (1998) e Calixte (1998), classificam *A Gazeta* de conservadora do ponto de vista político.

O que convém destacar como fruto desta pesquisa empreendida para esta monografia é o fluxo desproporcional de investimento publicitário recebido pelo *Diário* originário do setor público e ramificações, como o obtido também via empreiteiras. Segundo constata Marconi (1980), havia pressões do governo sobre empresas particulares, sobretudo aquelas que dependiam diretamente dele, no sentido de favorecer ou prejudicar um veículo de comunicação a partir do perfil ideológico adotado. E esse cenário apresentado, no nosso entendimento, assemelha-se a situação das empreiteiras, que eram ora recomendadas, ora pressionadas a anunciar no jornal *O Diário*, divulgando os grandes feitos do governo, à época.

Outra questão que precisa ser melhor avaliada, em um estudo futuro, concerne às tabelas de comercialização dos jornais *O Diário* e *A Gazeta*. Neste trabalho não tivemos acesso a esse material de ambos os veículos. Acreditamos que de posse dele poderíamos fazer um confronto também dos valores de venda de espaço nas páginas de ambos os jornais. Caso fosse configurado que os preços dos anúncios do *Diário* eram mais baixos que os do jornal *A Gazeta*, poderíamos ter evidenciado que o custo poderia ser um fator que colaborava para o direcionamento dos anúncios oficiais.

Um outro ponto que necessita ser discutido posteriormente com o devido apuro incide sobre o conteúdo editorial adotado pelo jornal *A Gazeta*. Nas leituras e entrevistas empreendidas até este momento não encontramos nenhum dado que apontasse *A Gazeta* como subversiva ou questionadora do regime. Uma hipótese que levantamos é a de que apesar de não questionar abertamente em suas páginas o movimento golpista, *A Gazeta* acabou encontrando no *Diário*, um concorrente mais entusiasta e “efusivo” em relação às doutrinas dos militares e com um departamento comercial mais perspicaz. Com efeito, diante desses fatores, pode ter sido preterida como opção de veiculação dos anúncios oficiais.

No intuito de tentar decifrar um pouco mais dessa intrincada relação estabelecida entre o *Diário* e o poder, encontramos no depoimento de outro entrevistado uma declaração fundamental e polêmica, que nos permite ampliar este debate. Em nosso colóquio, descreveu que sua função principal na publicação era a captação de anúncios publicitários. Ao contrário do relatado por outro profissional que atuava no setor comercial, confessou que o trabalho lá não era fácil. “Era difícil vender espaço para o jornal O Diário. Não tinha **credibilidade**”⁵³. Pedimos licença neste momento para destacar a palavra *credibilidade*, por considerá-la fundamental para as análises que virão a seguir.

Decidimos, então, no ato da nossa conversa buscar mais dados sobre essa ausência de credibilidade a que o entrevistado referiu-se. “Os anunciantes desconfiavam do Jornal. Era um jornal de muito pouco conteúdo”. Ao ser indagado sobre a carência de conteúdo mais expressivo nas páginas do *Diário*, nos disse que nem os encartes e cadernos especiais causavam tanta repercussão assim entre os leitores, não obstante o reconhecido capricho com a estética e, em especial, o excelente retorno financeiro que propiciavam aos cofres da publicação.

A opinião exposta por este entrevistado, que nos disse que trabalhou no *Diário* buscando “[...] viabilizar a área comercial [...]”, descortina novas formas de pensar o papel do periódico tanto para a sociedade como para quem detinha o poder no período do regime militar. Ao ser questionado sobre como se constituía o mercado e a concorrência entre os jornais na época, comentou. “[...] Eles [os proprietários do jornal O Diário] queriam espaço. A Gazeta tinha visibilidade. Eles queriam ser o segundo [jornal em vendas]”⁵⁴.

Novamente retomamos o conceito de memória de Seixas (2004) para refletir com acuidade sobre o depoimento do entrevistado. É função do resgate da memória preencher lacunas, dar voz a grupos sociais heterogêneos, mesmo que incorra na subversão de paradigmas já sedimentados. Ao expor as dificuldades do *Diário* em ocupar um lugar mais expressivo no mercado, o entrevistado acabou por nos fornecer novos caminhos para investigação.

⁵³ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

⁵⁴ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

Ao desejar ser a segunda publicação em vendagem, subentende-se que, além de haver um líder incontestado, no caso *A Gazeta*, o jornal *O Diário* ainda tinha um segundo concorrente: o jornal *A Tribuna*. Ou seja, lutava-se para ocupar a vice-liderança no mercado de jornais. Vários autores corroboram essa descrição do panorama de competição por vendas, prestígio e visibilidade enfrentada pelos veículos, como Calixte (1998) e Feu Rosa (1998). O jornalista Paulo Maia, que teve oportunidade de trabalhar em vários veículos de comunicação, é tático ao dizer que “[...] a briga era entre *O Diário* e *A Tribuna*” (1998, p. 64). *A Gazeta* definitivamente era a líder e ocupava um patamar difícil de ser nivelado.

Até mesmo dentre os que ressaltam que havia uma disputa mais acirrada no mercado dos jornais aponta a liderança de *A Gazeta*. “Naquela época *A Gazeta*, *A Tribuna* e *O Diário* pode se dizer que se igualavam, ou, se havia supremacia de *A Gazeta*, não era tanta assim” (FEU ROSA, 1998, p. 51).

Não pretendemos nessas páginas fazer qualquer tipo de defesa do ponto de vista técnico, de que as empresas estatais ou privadas devem anunciar o seu material publicitário somente em veículos de comunicação líderes. Definitivamente refutamos e, pessoalmente, discordamos dessa tese e com efeito não iremos avançar nessa seara, uma vez que não queremos incorrer no risco de desvirtuar o objetivo deste trabalho.

Novamente trazemos à baila o debate do porquê de o jornal *O Diário* receber alguns privilégios do ponto de vista publicitário, que, conforme relato dos publicitários entrevistados, beiravam a exclusividade no recebimento de anúncios relacionados a questões de interesse governamental, incluindo aí as empresas prestadoras de serviços e empreiteiras.

Uma das possíveis respostas a esse questionamento pode ser encontrada em um depoimento concedido a nós por um dos entrevistados de maneira extremamente sintética e beirando a rispidez. “O jornal tinha anúncio do governo e de estatais. Uma espécie de ‘cala a boca’ para não falar mal das empresas”⁵⁵. A expressão *cala a boca* manifesta com precisão o real significado da importância dos anúncios publicitários

⁵⁵ Informação repassada em entrevista realizada no dia 16/11/2010.

durante o período. Tão (ou até mais) importante que informar a população sobre as obras, as conquistas e os grandes feitos de uma ação empreendida pelo Governo, o material publicitário servia como uma espécie de coleira nos veículos de comunicação.

Dessa forma, vivendo em pleno período de cerceamento de liberdade de expressão, ditadura, censura e tortura, o regime tentava controlar o que haveria de ser noticiado. Caso um jornal se “comportasse” bem e se alinhasse ao regime, poderia ganhar como “bônus” um bom volume de anúncios. Se, por outro lado, atacasse o golpe ou se se mantivesse neutro, estaria sujeito a não receber materiais publicitários, independente de sua credibilidade como veículo. O governo exercia, assim, uma espécie de bloqueio comercial ao promover uma asfixia financeira nas contas da empresa de comunicação.

O jornal *O Diário*, por sua vez, diante dos relatos e das fontes bibliográficas consultadas, oportunizou ao máximo a possibilidade de, ao adotar um alinhamento ideológico desejado pelo regime à época e evitar enfrentamento com os governos e militares, usufruir com certa frequência e assiduidade do investimento publicitário vindo de verbas públicas e das empresas contratadas pelo setor estatal. A subserviência do *Diário* foi tamanha que, se não bastasse a censura instituída pelos próprios militares que decidia o que poderia ou não ser divulgado, foi internalizada também pelos próprios diretores da publicação que chegaram ao extremo de impedir a circulação de um caderno especial, tendo como tema a juventude e os movimentos sociais de então. Apesar da alegação de que assim estariam protegendo os jornalistas do jugo militar, vemos aí uma evidente constatação de que, ao promover a autocensura dentro da redação do *Diário*, tal ato colaboraria para a manutenção de uma relação profícua com o Estado, sob a perspectiva dos lucros gerados pela publicidade.

Ou seja, de uma maneira intrincada e enredada, a imposição da censura pelos militares foi tão bem absorvida por alguns veículos de comunicação, em especial para este estudo o jornal *O Diário*, que não conseguimos delimitar até que ponto iniciam-se e findam as classificações *autocensura* e *censura prévia* proposta por Smith (2000). Se a censura prévia dependia de uma figura externa, treinada pela Polícia Federal, já na prática da autocensura, os militares, na tarefa de decidir o que deveria ou não ser divulgado, contaram com a colaboração dos próprios gestores do jornal, que decidiam internamente quais temas estavam proibidos de noticiar. E, subjacente a todas as modalidades de

censura, ainda incidiu a possibilidade de ser vitimada pela censura comercial. Caso adotassem uma linha de enfrentamento e questionamento do regime à época, perderiam os anúncios que colaboravam para o sustento dos veículos, provendo-os financeiramente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se vão mais de dois anos desde que iniciamos esta pesquisa acerca da censura e do papel da publicidade no jornal capixaba *O Diário*. Nesse percurso pudemos resgatar um pouco da história da imprensa no Espírito Santo, sobretudo nos anos 60 e 70. Tivemos também a oportunidade de confrontar e refletir sobre a relação assimétrica entre a imprensa, como componente de reprodução de informações relevantes à sociedade, e o poder estabelecido. Outra contribuição diz respeito à análise dedicada ao papel da publicidade no sustento dos veículos, bem como sendo utilizada pelos órgãos públicos como forma de pressionar um meio de comunicação.

Das muitas dúvidas iniciais boa parte foi sanada. No entanto, no decorrer deste estudo novas questões foram levantadas e que merecem uma contínua e renovada investigação. Um ponto que nos chamou muita atenção focaliza-se na relação entre imprensa e poder. Houve, e há, certamente, um reconhecimento mútuo da importância desses atores no âmbito da sociedade. Alinhar-se ou não pode representar muito mais que uma mera adesão a um posicionamento ideológico. Pode configurar-se numa estratégia comercial que garanta bons resultados às partes envolvidas.

Smith (2000) nos avisa que nunca houve na história brasileira um período em que a imprensa gozasse de plena autonomia em relação ao Estado. Ao propagar informações, promovendo debates e expondo comentários, muitas vezes a imprensa atuou de forma a incomodar governos. Estes, por sua vez, também não negligenciavam a importância da imprensa. Não à toa impuseram censuras, perseguiram e torturaram jornalistas e até utilizaram o investimento em publicidade como meio de exercer controle econômico sobre as mídias.

Vimos que, se a imprensa atuou ativamente cobrindo os últimos dias no poder do presidente João Goulart e a sua posterior deposição, no início da ditadura militar, ela teve que obrigatoriamente tomar partido a favor ou contra o governo. Não havia outras opções. Eram somente as duas alternativas e nada mais. A independência editorial representava um risco que poderia custar caro. Os exemplos dos jornais *Opinião* e *O movimento* comprovam isso.

O Brasil viveu de 1964 a 1985, sobretudo nos Anos de Chumbo (1968 a 1974), um período de cerceamento de liberdade de expressão, vigilância exagerada dos indivíduos, suspensão dos direitos do cidadão e muitas outras arbitrariedades por conta do regime imposto. O autoritarismo dos militares agiu violenta e decisivamente em todas as esferas da sociedade. Seja na política, educação, cultura, comunicação e até nas arenas jurídicas.

A imprensa, composta pelos veículos de comunicação, sofreu e teve de se reinventar diante de tantas sanções. Uma delas foi manifestada pelos “bilhetinhos” emitidos pela Polícia Federal, que constantemente eram deixados nas redações, elencando diversos temas que não deveriam ser divulgados pelos jornais. Era a *autocensura* que ganhava corpo. Da concepção original do bilhetinho, essa modalidade de cerceamento passou a agir também em novos formatos: seja via telefone, sendo que muitas vezes o falante sequer se identificava, mas por receio acabava-se acatando a recomendação; seja internalizada pelos próprios diretores dos veículos e jornalistas que, ao presumirem que uma matéria poderia ser motivo de retaliações, acabavam por evitar sua divulgação.

A restrição ao trabalho jornalístico também pode ser verificada no contato presencial. Expressava-se, assim, a *censura prévia*. Caracterizou-se por ser um formato que exigia a apreciação minuciosa de todo o material produzido pelos jornalistas por meio de um censor designado e formado pela Polícia Federal. Somente após essa leitura empreendida por ele, é que se decidiria se poderia ser liberado para circulação ou não.

Em tese, a *autocensura* e a *censura prévia* são classificadas como as duas modalidades de controle de informação impostas à imprensa brasileira no período do regime militar. Apenas em tese. No decorrer deste estudo, em especial sobre a censura no jornal *O Diário*, pudemos ter acesso a vários dados que desnudam novas possibilidades de aplicação da atividade censora.

Fundado em 1955, o jornal *O Diário* teve seu momento de ápice na década de 60 e início na de 70. Ficou conhecido como “a escolinha”, em virtude da quantidade e, principalmente, da qualidade dos excelentes profissionais do jornalismo que ajudou a formar. Em seu dia a dia, inserido em plena ditadura militar, também vivenciou a experiência da censura em diversas ocasiões e situações.

Assim como a grande imprensa do eixo Rio-São Paulo, *O Diário* também sofreu com os censores, que, segundo fontes bibliográficas e entrevistas, cortavam reportagens e impediam que matérias fossem postas em circulação. Em diversas ocasiões, os diretores receberam intimações e tiveram de comparecer à Polícia Federal para prestar esclarecimentos acerca do material noticiado.

No caso do *Diário*, com essa vigilância e esse monitoramento tinha todos os ingredientes para ser um veículo de comunicação bastante visado pelo regime, uma vez que o seu ex-proprietário era o ex-governador e amigo de João Goulart, Chiquinho de Aguiar. Essa proximidade afetiva poderia fazer do *Diário* um alvo preferencial dos militares, na tentativa de impor um controle ostensivo à produção das notícias.

No entanto, naquele momento, o jornal trocou as peças-chaves de seu comando empresarial. Saiu de cena Chiquinho, que, segundo um dos entrevistados, nunca interessou-se de verdade e nem se dedicou com afinco ao *Diário*, e emergiram novas lideranças gerenciais: o jornalista Cacau Monjardim e os publicitários Fernando Jakes Teubner e Edgard dos Anjos. A partir dessa nova formação, *O Diário* imediatamente mudava seu posicionamento ideológico-político, passando a aderir integralmente aos ditames propostos pelos militares.

Todavia, tratava-se também de uma empresa responsável pela geração de informações, formada por uma equipe jovem e que clamava por liberdade de expressão. Se, por um lado, havia os jornalistas cheios de juventude, frescor, ousadia e vontade de questionar, por outro, existia um aparato militar altamente repressor que controlava ativamente os passos da imprensa.

Um ponto que nos chamou a atenção nesta pesquisa é que entre esses dois opostos, com todos os predicados para se digladiarem constantemente, havia no *Diário* a figura dos novos diretores. Sob o comando destes, o jornal deu uma guinada estratégica declaradamente para o viés comercial, com o intuito de conseguir, com isso, bons rendimentos financeiros e oportunidades empresariais.

Mesmo não sendo líder em venda de jornais à época, *O Diário* conseguiu canalizar grande parte da propaganda oficial, como também os anúncios ligados a secretarias,

prefeituras e até empresas privadas que prestavam serviços ao setor público. O departamento comercial do *Diário* não hesitou em investir nesse filão. Oportunismo ou não, durante vários anos, foram declaradamente subservientes aos militares, colocando-se a serviço do movimento. E de acordo com os entrevistados responsáveis pela área comercial, o lucro financeiro advindo dessa ação foi enorme.

Na nossa interpretação, isso não significa afirmar que aí se estabeleceu uma relação totalmente pacífica. Refletindo acerca desse cenário reconstruído, não nos furtamos em apontar que os diretores do *Diário*, a despeito da proeminente inclinação administrativa e empresarial, eram dotados de uma incrível habilidade interpessoal, comumente chamada de *jogo de cintura*. Vejamos: o fato de *O Diário* ter aderido à doutrina dos militares não necessariamente significava que os jornalistas que compunham a equipe também comungavam do mesmo pensamento. Decerto que não. Todos os entrevistados para esta dissertação e que atuavam no setor jornalístico foram enfáticos em afirmar que não apoiavam as propostas dos militares. Ademais, advertimos aqui: eram eles, os jornalistas, quem apuravam e produziam as matérias. Não era por que os diretores de *O Diário* decidiram apoiar o regime que isso os livrava de ter de encarar a censura, tampouco dos jornalistas estarem sujeitos a enfrentar a violência repressora. Convém lembrar que vários jornalistas entrevistados afirmaram terem sido detidos, e um deles ainda perdeu o emprego do *Diário* em virtude de uma matéria em que divulgou o patrimônio de políticos capixabas.

Novamente, retomamos o tema da censura para externar, que não obstante a valorosa contribuição dos autores como Smith (2000), Aquino (1999), Marconi (1980) e Barbosa (2007) ao sugerirem classificações que a enquadrem em uma dada modalidade, na prática, e sobretudo no jornal *O Diário*, percebemos quão complicada e, por vezes, imprecisa é a tarefa de defini-la e identificá-la em um dado formato, contemplando as suas especificidades.

A prática da censura no *Diário* não nos pareceu indicar claramente um ou outro formato. No cotidiano dos jornalistas e diretores, ela era presença viva e estava enredada na própria atividade, tal qual a sombra de nosso corpo contra a luz. Concordamos com Foucault (1979) ao asseverar que a prática da censura está diretamente relacionada à detenção do poder, e que este, nas próprias tramas da

sociedade, não é propriedade exclusiva do Estado, podendo migrar de posições a partir das relações humanas.

Não pretendemos, com o fundamento citado anteriormente, rechaçar as classificações de *autocensura* e *censura prévia* propostas pelos autores. Definitivamente não. Na nossa perspectiva, juntamente com o aporte teórico fornecido pelas duas modalidades de restrição da liberdade de expressão, é preciso lançar uma lupa de aproximação para se analisar e refletir que nessas relações entre Estado e *O Diário* também estão embutidas ligações pessoais em que se envolvem empregadores e empregados, contratantes e contratados.

O caso dos diretores do *Diário* é emblemático para tentar compreender essa dinâmica fluida, volúvel, quase amorfa, de fluxo e influxo da censura associada à detenção do poder. Ao submeter-se aos militares com o intuito de obter vantagens comerciais e prover financeiramente o veículo, os diretores, hierarquicamente, precisavam se colocar em uma posição que beirava à sujeição e à obediência total. O poder, nesse cenário, era posse dos militares. Insurgir e abrir fogo, naquele momento, contra o regime poderia representar a perda dos privilégios adquiridos, incorrendo no risco de sofrer com a censura comercial, ou seja, a perda da propaganda oficial que nutria as contas da publicação.

Já por outro viés, temos a relação estabelecida entre os diretores e jornalistas. Como proprietários de um veículo de comunicação, precisavam também dotá-lo de qualificado conteúdo editorial. E esse papel era desempenhando primordialmente pelos jornalistas. Convém relembrar o perfil dos jornalistas do *Diário*: geralmente jovens, idealistas, com ímpeto e com muito amor ao jornal em que trabalhavam. Não raras foram as situações em que esses profissionais, no afã de produzir materiais de relevância para a sociedade, acabaram sofrendo sanções por isso.

O veto à circulação do caderno *Juventude Hoje*, de 1968, exemplifica com precisão quão tênue era a fronteira entre o poder e a prática da censura. Dois dos três diretores do *Diário* haviam concordado com a produção e circulação daquele encarte. Porém, Cacau Mojardim, na condição de diretor responsável e profissional que se relacionava com os representantes do regime no Espírito Santo, outorgou para si o direito de censurar o

caderno especial. Sequer ponderou se os demais diretores haviam autorizado anteriormente. Naquele momento, o poder exercido por ele foi manifestado, imposto aos jornalistas, sem qualquer abertura para diálogo e esclarecimento, sendo acatado até mesmo pelos outros diretores. Enfim, agiu seguindo o mesmo padrão coercitivo, imperativo, dos militares para com a imprensa.

Em nosso entendimento, Monjardim tomou aquela atitude porque não queria ver comprometido todo o esforço empreendido, sobretudo por ele, em ter feito do *Diário* um jornal com bom trânsito entre as esferas de poder. Transitar nesse nicho privilegiado de onde vinham as decisões políticas significava vantajosos contratos, autonomia financeira ao veículo, boas retiradas em formato de salários, além de prestígio entre os militares e o reconhecimento da classe empresarial.

Também acreditamos que a decisão de censurar o caderno *Juventude Hoje* não foi realizada friamente, ou que estivesse eivada de qualquer sentimento de revanchismo contra os jornalistas. Descartamos por completo esta última hipótese. Os jornalistas, segundo nossas pesquisas, demonstravam muita consideração e afeto pelos colegas e pela empresa em que trabalhavam, apesar de todas as dificuldades de recebimento dos salários e precárias condições operacionais, conforme vários profissionais nos relataram.

Por sua vez, os cadernos especiais representavam expressiva fonte de renda. Ora, para abrir mão daquela receita que não só sustentava mensalmente *O Diário*, bem como fornecia uma reserva financeira para os meses seguintes, a decisão de censurá-lo deve ter sido ponderada a partir de diversos fatores intrínsecos entre si. Entre eles, relembramos que uma das maiores consequências da imposição da ditadura militar no Brasil foi a instalação de uma cultura do medo na sociedade (REIS, 2005). Os passos da imprensa estavam sob constante vigilância. As torturas já haviam vitimado vários jornalistas sem deixar rastros, o que certamente colaborou para aumentar o clima de insegurança.

Retomando Bauman (2008) e Balandier (1997), o medo gera incertezas quanto à sequência de nossas vidas, nos expõem diante do imprevisível. Acerca da decisão do diretor Cacau Monjardim de vetar o caderno, acreditamos ter sido influenciada

diretamente pelo contexto de insegurança e de medo suscitados diante de uma possível e intempestiva reação contrária perpetrada pelo regime militar. Zelar pela segurança de si próprio e da equipe que comandava no *Diário*, especialmente os jornalistas que idealizaram aquele caderno, deve ter sido um dos nortes que justificasse a sua deliberação.

Outro ponto que apresentamos como motivador da resolução da proibição da circulação do caderno especial diz respeito às relações de poder. Embora o *Diário* desfrutasse de prestígio, com reconhecimento “oficializado”, aquele caderno poderia ser considerado uma afronta aos militares. No pensamento de Monjardim decerto haveria uma retaliação, que poderia vir manifestada em uma intimação para esclarecimentos, detenções ou até na geração de desconfiança e descrédito do *Diário* como um jornal alinhado ao regime. E o diretor, mesmo com reconhecido bom trânsito e nos revelando que possuía favoráveis laços de amizade com os militares, deve ter refletido que, naquela situação, não teria força persuasiva suficiente para convencer o regime de que aquele material era meramente de cunho informativo. Ou então, de que manter a circulação do caderno especial geraria um confronto desnecessário com os militares, em um embate de forças desproporcionalmente desiguais, resultando, possivelmente, em grande revezes para ele, o seu jornal e sua equipe.

A publicidade, muitas vezes encarada apenas pelo seu viés comercial, entra em cena com uma importância vital para se conceituar e contextualizar a prática da censura. Geralmente, ao se referir à censura, logo a associamos às questões da imprensa e do jornalismo. Porém, nesta dissertação, intentamos mostrar que ela também pode ser uma ferramenta capaz de silenciar os veículos de comunicação. A ausência da publicidade no formato dos anúncios pode representar uma queda abrupta de receita financeira, refletindo diretamente no sustento financeiro dos veículos de comunicação.

A retirada proposital dos anúncios oficiais e até os das empresas privadas dependentes do setor público no período dos Anos de Chumbo foi exercida com relativa frequência, embora pouco documentada, como forma de enfraquecer as finanças dos veículos. Impôs-se, assim, uma espécie de bloqueio comercial àqueles meios de comunicação considerados inconvenientes e contrários ao regime militar.

Por sua vez, alguns veículos que se alinharam ao governo da época foram amplamente beneficiados. O jornal *O Diário* é um bom exemplo. Longe de ser líder de vendas no mercado capixaba, conseguiu bons contratos comerciais, expresso na forma de anúncios, por motivos que nos pareceram meramente políticos. Os lucros advindos da relação próxima com o poder permitiram que o veículo, durante o período mais repressor da ditadura militar brasileira, obtivesse boas margens de faturamento comercial. Em certos casos, segundo nossos entrevistados, com exclusividade para o jornal *O Diário*.

Por fim, acreditamos que ainda há muito a ser pesquisado para compreender a dinâmica e o processo de imposição da censura à imprensa no Brasil. As classificações que a subdividem em *autocensura* e *censura prévia* colaboram no entendimento dessa temática, embora sejam insuficientes para explicá-la. Classificar as tipificações de censuras é uma tarefa árdua, que pode dar margem a interpretações subjetivas, uma vez que o cerceamento da liberdade não foi executado em momentos específicos, como alguns exemplos documentados podem sugerir, mas permearam ativamente toda a relação da imprensa e veículos de comunicação com a ditadura militar.

O que consideramos válido destacar é que, ao abordarmos o tema censura subjacente às suas classificações, devemos sempre remeter e contextualizar obrigatoriamente às questões relativas à detenção do poder estabelecido. Isso nos permitirá contemplar mais precisamente o papel dos atores, a dinâmica e as relações em um determinado momento histórico e social.

Nesse ínterim, de fato, a retirada intencional da publicidade oficial também foi uma estratégia para punir e cercear os veículos de comunicação considerados inimigos do regime. A maioria deles dependia diretamente da verba investida em propaganda. O objetivo com a retirada dos anúncios era asfixiar financeiramente os meios, com o intuito de fazer com que eles não sobrevivessem ou parassem de bombardear o regime com matérias que desagradassem o regime vigente. Entendemos que ao agir assim, impondo uma espécie de bloqueio comercial aos veículos, também estavam impondo uma modalidade de censura.

REFERÊNCIAS

AHLMARK, Per. A tragédia da tolerância: a conciliação com as tiranias. In: BARRET-DUCROT, Françoise (Org.). **A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância**, Unesco, 27 de março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, Eleisson de. Gato por galinha. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. **Veja sob censura: 1968-1976**. São Paulo: Jaboticaba, 2009.

ALVES, Ronald; DAL COL, Thiago. Uma paixão chamada O Diário. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo**, 2005.

ALVES, Rosental Calmon. Garotos na redação. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

ANSART, Pierre. **Ideologias, conflitos e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e resistência: O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BALANDIER, Georges. **A desordem:** elogio do movimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa:** Brasil, 1900 – 2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história:** da escolha do tema ao quadro teórico. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

BIGAL, Solange. **O que é criação publicitária ou (O estético na publicidade).** 2. ed. – São Paulo: Nobel, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 1, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CABRAL, Maurílio. Começo de tudo. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete:** 40 versões de uma paixão. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

CALIXTE, Marien. Longa trajetória. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete:** 40 versões de uma paixão. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

CHAVEAU, Agnes. **Questões para a história do presente.** Bauru, SP: EDUSC, 1999

COTA, Pery. **Calandra:** O sufoco da imprensa nos Anos de Chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRAIDY, Graça. Subversivos no liquidificador. In: MACHADO, Maria Berenice (Org.) **Publicidade e propaganda:** 200 anos de história no Brasil. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

DOS ANJOS, Tinoco. A melhor das escolas. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ECO, Umberto. Definições léxicas. In: BARRET-DUCROT, Françoise (Org.). **A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância**, Unesco, 27 de março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FEU ROSA, Antonio José Miguel. Rolo compressor. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

FICO, Carlos. **Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. A pluralidade das censuras e das propagandas da ditadura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

_____. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

FIGUEIREDO, Celso. **A última impressão é a que fica**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

_____. **Redação publicitária: sedução pela palavra**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONSECA, Karla Monteiro Sanches de Moraes. 1964 Na ponta do lápis: A política retratada nas primeiras charges da imprensa capixaba. CAMPOS, A. P.; FELDMAN, S. A.; FRANCO, S. P.; NADER, M. B.; SILVA, G. V. (Org.) **Anais eletrônicos do II congresso Internacional de História Ufes/Université de Paris-Est**: cidade, cotidiano e poder. Vitória: GM Gráfica & Editora, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GAGNO, José Maria Ramos. No fim, apenas dívidas. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete**: 40 versões de uma paixão. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GENTILLI, Victor. **O jornalismo brasileiro nos anos 70**, 2000. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/artigos/1517.html>>. Acesso em: 20 dez. 2010.

GOMES, Rubinho. Revolução Cultural. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete**: 40 versões de uma paixão. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – a esquerda brasileira**: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRAF, Marília. **Propaganda de lá para cá**. São Paulo: IBRASA, 2003.

HENRIQUES, Milson. **Entregando os veados de Vitória**: 25 anos de graça que custaram caro... Vitória, 1992.

HERITIÉR, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. In: BARRET-DUCROT, Françoise (Org.). **A intolerância**: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HOBSBAWM, E. J. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: Angela Arruda (Org.). **Representando a alteridade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. esp, p. 37-45, 2007.

MAIA, Paulo. Tempo quente na Rua Sete. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

MAIA, Pedro. Sobrinho do coronel. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MATTOS, Sérgio. **Mídia controlada: a história da censura no Brasil e no mundo**. São Paulo: Paulus, 2005.

MEDEIROS, Rogério. Academia de jornalismo. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

MONJARDIM, Cacau. O homem da revolução. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

MORAES, Letícia Nunes de. **Cartas ao editor: leituras da revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo: Alameda, 2007.

MULLER, Helena Isabel. História do tempo presente: algumas reflexões. In: PORTO JR., Gilson (Org.). **História do tempo presente**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RESENDE, Maria Esperança de. A censura de diversões públicas no Brasil durante o regime militar. In: **Dimensões – Revista de História da**

Ufes. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n. 12, p, 150-161, 2001.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PEREIRA, Valter Pires e MARVILLA, Miguel. **Ditaduras não são eternas: Memórias da Resistência ao Golpe de 1964, no Espírito Santo**. Vitória: Flor e Cultura, 2005.

PERROT, Michelle. O intolerável. In: BARRET-DUCROT, Françoise (Org.). **A intolerância: Foro Internacional sobre a Intolerância, Unesco, 27 de março de 1997**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PESSALI, Hésio. Anos dourados. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

PINHEIRO NETO, João. **Jango: um depoimento pessoal**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROSSETI, Antonio. Aprendendo todo dia. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org.). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

SÁ MOTTA, Rodrigo Pato. João Goulart e a crise de 1964 no traço da caricatura. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; SÁ MOTTA, Rodrigo Pato (Orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

SILVA, Álvaro José. De ordem superior. **Revista A'angaba**. Vitória, ano 1, n. 5, p. 27-40, 2009.

SILVA, Gilvan Ventura da. Representação Social, identidade e estigmatização: algumas considerações de caráter teórico. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; SILVA, Gilvan Ventura; LARANJA, Anselmo Laghi (Orgs.). **Exclusão social, violência e identidade**. Vitória: Flor & Cultura, 2004.

SILVA, Janaina; DUARTE, Roberta; SHAMYLLE, Alves; RUTH, Sylvia. Pós-guerra, pré-golpe: a mídia capixaba de 1945 a 1964. In: MARTINUZZO, José Antonio (Org.). **Quase 200: a imprensa na história capixaba**. Vitória: DIO, 2008.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo e Tancredo, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

STEPAN, Alfred C. **Os militares: da abertura à nova república**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TATAGIBA, Suzana. O O diário da Rua Sete de Setembro. In: BRITTES, Juçara Gorski (Org). **Aspectos históricos da imprensa capixaba**. Vitória: EDUFES, 2010.

TEUBNER, Fernando Jakes. A arte de garimpar dinheiro. In: GURGEL, Antonio de Padua (Org). **O Diário da rua Sete: 40 versões de uma paixão**. Vitória: Contexto Jornalismo & Assessoria Ltda, 1998.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro-história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VESTERGAARD, Torben. **A linguagem da propaganda**. 4. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ANEXO A

ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTAS

- Como classifica sua experiência no Jornal *O Diário*?
- Você percebeu a prática da censura no dia a dia do jornal? (Se a resposta for positiva, complementar com a pergunta: “Como ela se manifestava?”).
- Qual a relação entre o jornal *O Diário* e poder?
- Alguma vez o seu trabalho sofreu algum tipo de ingerência ou interferência? (Se a resposta for positiva, complementar com a pergunta: “Que tipo de ameaças sofreu?”).
- Conhece alguma história ou relato de jornalistas do *Diário* que tenham sido vítimas da censura?
- Como você define o *Diário* em relação ao jornal *A Gazeta* à época de sua atuação profissional do primeiro?
- Alguma matéria ou produção jornalística de sua autoria sofreu algum tipo de veto?
- Como o jornal *O Diário* encarava a importância da publicidade em suas páginas?
- Havia algum tipo de dependência do jornal *O Diário* em relação aos anunciantes de origem estatal?
- Já presenciou alguma modalidade de boicote econômico no *Diário*?

ANEXO B



Título e Texto:

Já era tempo de denunciá-los à nação. Olha as armas terríveis que eles têm nas mãos. São armas que podem abalar governos ou vender produtos. Com elas, esses homens são capazes de mudar a história de um país ou a história de um produto. Basta apertar um botão. De uma máquina fotográfica. Uma câmera de cinema. Um aparelho de TV. A tecla de uma máquina de escrever. Eles usam essas armas para gerar insatisfações, criar descontentamentos, acender desejos [...]. Seu filho barbudinho passa a [...] a velha geração porque você não quer ver o último filme do Jean-Luc Godard. Sua filha passa a odiar você porque você admite as mini-saias bem minis, mas só para as filhas dos outros. São homens tão perigosos que só poderiam estar em dois lugares. Na cadeia. Ou numa agência de propaganda. A Norton Publicidade conseguiu pegá-los antes. Agora eles estão na Norton, de armas em punho. A sua ideologia está infiltrada em uma das principais cidades brasileiras, onde a Norton mantém focos de subversivos plenamente insatisfeitos. Subversão não é um negócio novo na Norton. Há 25 anos que ela vem unindo todos os recursos de comunicação para subverter a vida das pessoas. Eles vão tentar convencer você a morar numa casa própria. Ou a mudar para uma casa melhor. Vão tentar convencer você de que ar condicionado num país tropical é necessidade, e não luxo. Vão tentar convencer você a concordar com a sua mulher, quando ela quer um fogão avançado. Calçar um bom sapato. Comprar coisas boas numa grande loja. Movimentar a sua conta num banco sólido. Vão tentar convencer você a ter a coragem de ambicionar tudo aquilo que torna a vida um pouco melhor. [...] comendo um chocolate, por exemplo. Ou tomando uma bebida. Mas eles sabem também que você pode ser um conformista. Esse é o risco que eles correm. E ninguém é subversivo sem correr um grande risco.

